

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	23
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	24
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	58
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	308
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	316
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	317
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	320

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	322
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	18.829
Preferenciais	18.829
Total	37.658
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	990.224.751	838.535.727	779.011.514
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	163.426.338	125.473.179	125.855.124
1.01.01	Caixa	19.522.250	9.543.649	11.358.459
1.01.01.01	Disponibilidades	19.522.250	9.543.649	11.358.459
1.01.02	Aplicações de Liquidez	143.904.088	115.929.530	114.496.665
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	62.644.146	28.703.365	45.325.687
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	80.071.025	76.924.193	61.302.911
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	10.301.972	7.868.067
1.02	Ativos Financeiros	677.147.200	572.188.715	532.871.264
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	97.661.575	43.744.131	57.718.825
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	65.380.859	32.557.896	47.827.195
1.02.02.02	Derivativos	32.280.716	11.186.235	9.891.630
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	134.119.306	118.471.594	106.498.971
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	134.119.306	118.471.594	106.498.971
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	445.366.319	409.972.990	368.653.468
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	16.317.905	11.739.597	11.256.327
1.02.04.04	Operações de Crédito	279.580.268	211.251.830	184.740.287
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-21.835.445	-18.661.967	-16.734.154
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	171.303.591	205.643.530	189.391.008
1.03	Tributos	35.748.981	28.074.411	24.447.559
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	35.748.981	28.074.411	24.447.559
1.03.01.06	Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	35.748.981	28.074.411	24.447.559
1.04	Outros Ativos	78.494.353	75.701.458	64.941.064
1.04.03	Outros	78.494.353	75.701.458	64.941.064
1.04.03.01	Outros Ativos	78.494.353	75.701.458	64.941.064
1.05	Investimentos	23.208.562	26.831.540	21.491.544
1.05.01	Participações em Coligadas	23.187.617	26.810.793	21.470.777
1.05.05	Outros Investimentos	20.945	20.747	20.767

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.06	Imobilizado	6.102.538	6.214.168	5.825.407
1.06.01	Imobilizado de Uso	6.102.538	6.214.168	5.825.407
1.07	Intangível	6.096.779	4.052.256	3.579.552
1.07.01	Intangíveis	6.096.779	4.052.256	3.579.552

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	990.224.751	838.535.727	779.011.514
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	638.983.840	591.787.854	524.110.209
2.01.01	Depósitos	292.520.822	214.983.542	199.067.946
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	119.188.451	111.939.869	105.464.821
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	36.043.882	60.517.226	38.392.230
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	53.750.603	43.870.657	31.997.566
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	4.920.596	3.697.638	4.242.194
2.01.09	Outras Obrigações	89.024.053	122.383.166	103.298.510
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	17.389.567	3.774.395	3.161.676
2.01.11	Outros Passivos	26.145.866	30.621.361	38.485.266
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	266.355.217	170.283.938	185.244.584
2.02.01	Depósitos	99.950.659	59.228.624	60.018.496
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	99.950.659	59.228.624	60.018.496
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	40.783.009	17.692.578	31.485.359
2.02.02.02	Carteira de Livre Movimentação	40.783.009	17.692.578	31.485.359
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	125.621.549	93.362.736	93.740.729
2.02.03.04	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.015.924	31.062.142	38.879.874
2.02.03.05	Obrigações por Empréstimos	1.221.159	1.788.469	2.308.035
2.02.03.06	Obrigações por repasses do País - Instituição Oficiais	7.827.793	8.056.939	9.025.052
2.02.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	17.737.559	10.208.817	7.522.291
2.02.03.08	Outros Passivos Financeiros	14.239.221	11.009.883	11.292.200
2.02.03.09	Outros Passivos	33.579.893	31.236.486	24.713.277
2.03	Provisões	313.983	261.741	264.978
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	313.983	261.741	264.978
2.04	Passivos Fiscais	5.388.834	6.514.471	4.162.494
2.04.01	Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos	5.388.834	6.514.471	4.162.494
2.05	Outros Passivos	79.182.877	69.687.723	65.229.249
2.05.01	Capital Social Realizado	57.000.000	57.000.000	57.000.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.05.02	Reservas de Capital	302.665	197.369	140.707
2.05.04	Reservas de Lucro	23.128.797	12.909.736	9.620.554
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-457.227	261.753	-1.070.580
2.05.07	(-) Ações em Tesouraria	-791.358	-681.135	-461.432

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	99.165.058	74.721.192	70.682.676
3.01.01	Operações de Crédito	46.237.064	42.352.541	42.274.465
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	57.259.976	28.749.086	28.174.288
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-277.672	-2.509.211	-4.897.778
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	-5.605.733	2.308.073	1.354.843
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.551.423	3.820.703	3.776.858
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-83.174.153	-50.096.357	-49.934.547
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-44.594.777	-30.172.230	-31.690.413
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-24.511.485	-6.309.687	-7.496.709
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.216.424	-13.431.661	-10.605.611
3.02.05	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-851.467	-182.779	-141.814
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	15.990.905	24.624.835	20.748.129
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-8.238.856	-10.000.043	-8.097.463
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	14.126.335	14.668.997	13.522.010
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	14.126.335	14.668.997	13.522.010
3.04.03	Despesas com Pessoal	-6.220.134	-6.786.496	-6.960.989
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-11.337.530	-10.318.009	-9.627.874
3.04.05	Despesas Tributárias	-2.841.346	-3.228.943	-2.778.602
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	4.600.025	4.288.089	3.483.030
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-9.813.620	-11.450.684	-8.550.693
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.247.414	2.827.003	2.815.655
3.04.08.01	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	3.007.124	2.724.415	2.610.560
3.04.08.02	Resultado Não Operacional	240.290	102.588	205.095
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	7.752.049	14.624.792	12.650.666
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.036.741	2.811.547	1.502.014
3.06.02	Diferido	8.036.741	2.811.547	1.502.014
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	15.788.790	17.436.339	14.152.680
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-64.555	-1.790.837	-505.438

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-28.965	-1.061.570	-313.687
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-35.590	-729.267	-191.751
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	15.724.235	15.645.502	13.647.242
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-1.668.087	-1.557.012	-1.480.848
3.10.01	Participações	-1.668.087	-1.557.012	-1.480.848
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	14.056.148	14.088.490	12.166.394

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	14.056.148	14.088.490	7.995.872
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-718.979	1.332.333	567.523
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-1.291.042	2.011.633	1.551.570
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	572.063	-679.300	-984.047
4.04	Resultado Abrangente do Período	13.337.169	15.420.823	8.563.395

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	25.984.912	5.902.586	8.149.991
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	6.853.719	25.923.866	23.907.523
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	14.056.148	14.088.490	12.166.394
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-7.202.429	11.835.376	11.741.129
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	19.131.193	-20.021.280	-15.757.532
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-30.183.420	-4.051.571	-18.619.923
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-53.026.271	9.445.129	11.492.965
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-79.248.979	-38.153.003	-23.880.061
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	10.951.716	504.700	-7.241.688
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Créditos	19.854.630	-24.940.850	-42.392.925
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	-107.645	0	0
6.01.02.07	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	0	219.922	-121.468
6.01.02.08	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-7.476.244	1.394.199	-3.939.116
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Depósitos	118.259.315	15.125.724	29.118.379
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	30.339.013	-7.317.732	-5.757.262
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.318.412	8.473.611	-5.340.800
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	2.398.424	20.786.356	51.733.148
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	52.242	-3.236	-88.237
6.01.02.14	Imposto Pago	0	-1.504.529	-720.544
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.413.296	-5.103.483	-1.586.253
6.02.01	Aquisição de Investimento	-145	0	-202
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.076.414	-1.447.680	-1.265.380
6.02.03	Aplicações no Intangível	-1.746.278	-1.826.828	-754.305
6.02.04	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimento	0	0	1.649
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	639.346	752.653	493.272
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	101.729	16.060	157.118
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.293.445	1.299.937	1.170.871
6.02.08	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	-493.156	-2.613.249	-1.278.052

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.10	Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	0	0	-111.224
6.02.11	Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	-1.600.000	-1.291.630	0
6.02.12	Alienação de Participações em Coligadas e Controladas	6.294.769	7.254	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.628.469	-5.232.520	-3.373.171
6.03.02	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	0	9.347.750
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-110.223	-218.814	-312.304
6.03.04	Pagamento de Dívidas Subordinadas	0	-9.924.747	-544.566
6.03.05	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	71.204.332	45.052.823	73.765.081
6.03.06	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-82.628.491	-32.930.091	-78.903.009
6.03.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-10.094.087	-6.882.799	-6.042.340
6.03.08	Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	-328.892	-683.783
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-99	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.769.739	-4.433.516	3.190.567
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.421.432	25.854.948	22.664.381
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.191.171	21.421.432	25.854.948

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-15.068	-110.223	0	-3.837.087	0	-3.962.378
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-110.223	0	0	0	-110.223
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-15.068	0	0	0	0	-15.068
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-512.087	0	-512.087
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.325.000	0	-3.325.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	14.056.148	0	14.056.148
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.056.148	0	14.056.148
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	120.364	10.219.061	-718.980	-10.219.061	0	-598.616
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	702.807	0	-702.807	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	702.807	0	-702.807	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	120.364	9.516.254	-718.980	-9.516.254	0	-598.616
5.06.02.01	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	120.364	0	0	0	0	120.364
5.06.02.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	9.516.254	0	-9.516.254	0	0
5.06.02.03	Ajuste de Valiação Patrimonial	0	0	0	-1.291.042	0	0	-1.291.042
5.06.02.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	572.062	0	0	572.062
5.07	Saldos Finais	57.000.000	302.665	22.337.439	-457.227	0	0	79.182.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	140.707	9.159.122	-1.070.580	0	0	65.229.249
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	140.707	9.159.122	-1.070.580	0	0	65.229.249
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.796	-219.703	0	-10.800.000	0	-11.013.907
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	-889	0	0	0	-889
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	5.796	-218.814	0	0	0	-213.018
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-6.790.000	0	-6.790.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-4.010.000	0	-4.010.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	14.088.490	0	14.088.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.088.490	0	14.088.490
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	50.866	3.289.182	1.332.333	-3.288.490	0	1.383.891
5.06.01	Constituição de Reservas	0	50.866	3.289.182	0	-3.289.182	0	50.866
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	704.459	0	-704.459	0	0
5.06.01.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	2.584.723	0	-2.584.723	0	0
5.06.01.03	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	50.866	0	0	0	0	50.866
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	2.011.631	0	0	2.011.631
5.06.02.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	2.011.631	0	0	2.011.631
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-679.298	692	0	-678.606
5.06.03.01	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	-679.298	0	0	-679.298
5.06.03.02	Outros	0	0	0	0	692	0	692
5.07	Saldos Finais	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.07.04	Outros	0	197.369	0	0	0	0	0
5.07.05	Capital Social	57.000.000	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	172.398	3.905.720	-1.584.172	0	0	59.493.946
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	172.398	3.905.720	-1.584.172	0	0	59.493.946
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-15.868	-312.992	0	-6.600.000	0	-6.928.860
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	-688	0	0	0	-688
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-312.304
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-15.868	-312.304	0	0	0	-15.868
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-2.520.000	0	-2.520.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-4.080.000	0	-4.080.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	12.166.394	0	12.166.394
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	12.166.394	0	12.166.394
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-15.823	5.566.394	513.592	-5.566.394	0	497.769
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-15.823	5.566.394	0	-5.566.394	0	-15.823
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	608.320	0	-608.320	0	0
5.06.01.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	4.958.074	0	-4.958.074	0	0
5.06.01.03	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	-15.823	0	0	0	0	-15.823
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-366.660	0	0	-366.660
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	880.252	0	0	880.252
5.07	Saldos Finais	57.000.000	140.707	9.159.122	-1.070.580	0	0	65.229.249
5.07.05	Capital Social	57.000.000	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	95.105.153	69.008.987	70.579.527
7.01.01	Intermediação Financeira	99.165.058	74.721.192	70.682.676
7.01.02	Prestação de Serviços	14.126.335	14.668.997	13.522.010
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-13.216.424	-13.431.661	-10.605.611
7.01.04	Outras	-4.969.816	-6.949.541	-3.019.548
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-69.957.729	-36.664.696	-39.328.936
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	434.939	-4.841.695	-7.251.461
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-253.865	-255.961	-250.930
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.067.985	-1.951.254	-1.863.132
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.489	-110.466	-341.006
7.03.04	Outros	2.760.278	-2.524.014	-4.796.393
7.04	Valor Adicionado Bruto	25.582.363	27.502.596	23.999.130
7.05	Retenções	-2.641.934	-2.217.366	-2.008.195
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.641.934	-2.217.366	-2.008.195
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.940.429	25.285.230	21.990.935
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.007.124	2.724.415	2.610.560
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.007.124	2.724.415	2.610.560
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.947.553	28.009.645	24.601.495
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	25.947.553	28.009.645	24.601.495
7.09.01	Pessoal	7.093.344	7.619.942	7.537.255
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.623.045	3.978.454	4.034.284
7.09.01.02	Benefícios	1.243.870	1.351.522	1.304.875
7.09.01.03	F.G.T.S.	315.165	430.344	394.537
7.09.01.04	Outros	1.911.264	1.859.622	1.803.559
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.003.628	5.523.566	4.188.622
7.09.02.01	Federais	3.312.646	4.900.468	3.471.911
7.09.02.02	Estaduais	567	855	913
7.09.02.03	Municipais	690.415	622.243	715.798

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	794.433	777.648	709.224
7.09.03.01	Aluguéis	794.433	777.648	709.224
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	14.056.148	14.088.489	12.166.394
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.325.000	4.010.000	4.080.000
7.09.04.02	Dividendos	512.087	6.790.000	600.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.219.061	3.288.489	7.486.394

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	936.201.485	762.237.452	723.865.007
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.148.725	20.127.364	19.463.587
1.01.01	Caixa	20.148.725	20.127.364	19.463.587
1.02	Ativos Financeiros	825.275.064	660.675.731	628.993.677
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	160.609.881	89.874.594	113.825.525
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	159.866.418	89.534.662	113.481.591
1.02.02.02	Derivativos	743.463	339.932	343.934
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	109.740.387	96.120.233	85.436.677
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	109.740.387	96.120.233	85.436.677
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	554.924.796	474.680.904	429.731.475
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	554.924.796	474.680.904	429.731.475
1.03	Tributos	41.063.782	33.599.178	31.565.767
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	3.082.084	3.304.116	3.885.189
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	37.981.698	30.295.062	27.680.578
1.04	Outros Ativos	8.315.320	6.386.672	6.180.698
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.092.909	1.325.335	1.380.231
1.04.02	Ativos de Operações Descontinuadas	7.222.411	5.061.337	4.800.467
1.05	Investimentos	1.094.985	1.070.762	1.053.315
1.05.01	Participações em Coligadas	1.094.985	1.070.762	1.053.315
1.06	Imobilizado	9.537.111	9.781.957	6.588.975
1.06.01	Imobilizado de Uso	9.537.111	9.781.957	6.588.975
1.07	Intangível	30.766.498	30.595.788	30.018.988
1.07.01	Intangíveis	2.406.361	2.220.784	1.640.700
1.07.02	Goodwill	28.360.137	28.375.004	28.378.288

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	936.201.485	762.237.452	723.865.007
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	84.681.757	51.384.085	52.885.048
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	707.288.791	575.230.401	547.295.169
2.02.04	Outras Captações	707.288.791	575.230.401	547.295.169
2.03	Provisões	13.814.978	16.331.825	14.695.898
2.04	Passivos Fiscais	10.130.248	10.960.075	8.074.764
2.05	Outros Passivos	14.195.839	11.121.905	9.318.668
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	106.089.872	97.209.161	91.595.460
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	105.776.987	96.650.580	91.065.470
2.07.01.01	Capital Social Realizado	106.205.067	96.736.290	91.944.333
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-428.080	-85.710	-878.863
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	312.885	558.581	529.990

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	62.774.940	72.841.060	70.478.393
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	62.774.940	72.841.060	70.478.393
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-18.332.228	-28.519.953	-28.557.051
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-18.332.228	-28.519.953	-28.557.051
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	44.442.712	44.321.107	41.921.342
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-34.778.737	-22.047.958	-26.011.571
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	16.228.214	15.713.152	14.132.159
3.04.03	Despesas com Pessoal	-8.871.482	-9.327.714	-9.206.007
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-8.243.478	-7.613.812	-7.586.131
3.04.05	Despesas Tributárias	-12.233.482	-1.394.289	-6.456.242
3.04.05.01	Receitas de Instrumentos de Patrimônio	33.754	18.933	32.623
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (líquidos)	12.998.060	2.462.545	-2.782.802
3.04.05.03	Variações Cambiais Líquidas	-24.700.962	-2.788.537	-2.806.471
3.04.05.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais	-872.510	-1.107.719	-1.055.850
3.04.05.05	Resultado na Alienação de Ativos não Classificados como Ativos não Correntes Mantidos para Venda	230.713	10.646	-25.476
3.04.05.06	Resultado na Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda não Classif. como Op. Descont.	77.463	9.843	181.734
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-21.770.770	-19.574.783	-16.961.308
3.04.07.01	Depreciação e Amortização	-2.579.127	-2.391.857	-1.739.959
3.04.07.02	Provisões (Líquidas)	-1.656.547	-3.681.586	-1.999.604
3.04.07.03	Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	-17.450.188	-13.369.905	-12.713.435
3.04.07.04	Perdas com Outros Ativos (Líquidas)	-84.908	-131.435	-508.310
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	112.261	149.488	65.958
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	9.663.975	22.273.149	15.909.771
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.786.778	-5.641.699	-3.109.853
3.06.01	Corrente	-5.111.380	-6.692.328	-4.704.293
3.06.02	Diferido	8.898.158	1.050.629	1.594.440
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	13.450.753	16.631.450	12.799.918
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	13.450.753	16.631.450	12.799.918

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.418.529	16.406.932	12.582.477
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	32.224	224.518	217.441
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	13.450.753	16.631.450	12.799.918
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	13.418.529	16.406.932	12.582.477
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	32.224	224.518	217.441
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,71345	2,09483	1,60434
3.99.01.02	PN	1,8848	2,30132	1,76478
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,71345	2,09483	1,60434
3.99.02.02	PN	1,8848	2,30132	1,76478

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	13.450.753	16.631.450	12.799.918
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-342.372	793.154	192.307
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-897.996	1.468.651	558.967
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	555.624	-675.497	-366.660
4.04	Resultado Abrangente do Período	13.108.381	17.424.604	12.992.225
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	13.076.157	17.200.086	12.774.784
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	32.224	224.518	217.441

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	42.317.956	24.871.800	8.277.374
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	-17.817.323	31.286.329	27.565.322
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	13.450.753	16.631.450	12.799.918
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-31.268.076	14.654.879	14.765.404
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	60.135.279	-6.414.529	-19.287.948
6.01.02.01	Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	-21.361	855	16.629.126
6.01.02.03	Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-26.198.034	11.080.730	-8.791.116
6.01.02.04	Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	0	0	1.692.154
6.01.02.05	Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	-41.445.329	11.831.411	-16.412.738
6.01.02.06	Ativos financeiros não destinados a neg mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-328.267	746.024	-419.851
6.01.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-14.905.798	-8.835.552	-4.323.459
6.01.02.10	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	-80.778.996	-60.462.247	-75.906.801
6.01.02.12	Outros ativos	25.776.658	3.306.269	7.619.372
6.01.02.14	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	31.578.621	-4.874.323	1.616.446
6.01.02.15	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	1.516.522	3.373.359	1.946.056
6.01.02.16	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	165.920.919	40.961.046	57.833.935
6.01.02.17	Outros passivos	289.494	1.759.083	2.897.499
6.01.02.18	Impostos pagos	-1.269.150	-5.301.184	-3.668.571
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.163.097	-2.513.335	-2.360.080
6.02.01	Investimentos no Ativo Tangível	-1.235.923	-1.924.783	-1.394.299
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-769.785	-1.519.725	-1.616.222
6.02.03	Alienação de Ativo Tangível	47.096	29.911	122.009
6.02.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	146.018	148.273	112.100
6.02.05	Ativos não correntes mantidos para venda	0	-55.245	0
6.02.06	Redução de Capital em Investida em Controle Conjunto	0	0	-36.051
6.02.08	Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	-13.570	-746	-111.224
6.02.09	Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	663.067	808.980	563.607
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.151.714	-26.199.863	-3.303.036

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.01	Aquisição de ações próprias	-110.223	-219.703	-312.305
6.03.02	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	0	9.347.750
6.03.03	Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	60.047.656	53.017.039	73.765.081
6.03.04	Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio	-10.280.430	-6.953.718	-6.076.073
6.03.05	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	-82.900.914	-61.914.716	-78.903.009
6.03.06	Pagamentos de dívida subordinada	0	-9.885.607	-544.566
6.03.07	Pagamentos de juros dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-914.645	-328.892	-683.783
6.03.08	Aumento em participações não-controladoras	6.842	-14.266	55.869
6.03.09	Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras	0	100.000	48.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-99	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.003.145	-3.841.497	2.614.258
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.443.663	25.285.160	22.670.902
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.446.808	21.443.663	25.285.160

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	23.329.357	0	0	16.406.932	-85.709	96.650.580	558.581	97.209.161
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	23.329.357	0	0	16.406.932	-85.709	96.650.580	558.581	97.209.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.296.709	0	0	-16.406.932	-3.837.085	-3.949.751	-277.920	-4.227.671
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	16.406.932	0	0	-16.406.932	0	-2.443	-277.920	-280.363
5.04.03.01	Apropriação do Lucro Líquido	0	16.406.932	0	0	-16.406.932	0	0	0	0
5.04.03.02	Outros	0	0	0	0	0	0	-2.443	-277.920	-280.363
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-110.223	0	0	0	0	-110.223	0	-110.223
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	-512.000	-512.000	0	-512.000
5.04.06.02	Dividendos do Exercício Atual	0	0	0	0	0	-512.000	-512.000	0	-512.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	-3.325.085	-3.325.085	0	-3.325.085
5.04.07.02	JCP do Exercício Atual	0	0	0	0	0	-3.325.085	-3.325.085	0	-3.325.085
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-2.443	0	0	13.418.529	-342.372	13.076.157	32.224	13.108.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	13.418.529	0	13.418.529	32.224	13.450.753
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2.443	0	0	0	-342.372	-342.372	0	-342.372
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	-2.443	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	0	-342.372	-342.372	0	-342.372
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	57.000.000	39.623.623	0	0	13.418.529	-4.265.166	105.776.986	312.885	106.089.871

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	-1.478.432	30.377.693	0	5.982.477	-878.863	91.002.875	592.585	91.595.460
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	-1.478.432	30.377.693	0	5.982.477	-878.863	91.002.875	592.585	91.595.460
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.600.000	0	-4.200.000	0	-10.800.000	0	-10.800.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-6.600.000	0	-4.200.000	0	-10.800.000	0	-10.800.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	12.582.477	0	3.824.455	793.154	17.200.086	0	17.200.086
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	12.582.477	0	-12.582.477	0	0	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	16.406.932	793.154	17.200.086	0	17.200.086
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	730.297	-1.482.678	0	0	0	-752.381	-34.004	-786.385
5.07	Saldos Finais	57.000.000	-748.135	34.877.492	0	5.606.932	-85.709	96.650.580	558.581	97.209.161

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	-1.165.440	28.966.451	0	2.624.064	-774.368	86.650.707	436.894	87.087.601
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.245.023	0	0	-296.802	-1.541.825	0	-1.541.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	-1.165.440	27.721.428	0	2.624.064	-1.071.170	85.108.882	436.894	85.545.776
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.300.000	0	-300.000	0	-6.600.000	0	-6.600.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-6.300.000	0	-300.000	0	-6.600.000	0	-6.600.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	8.924.064	0	3.658.413	192.307	12.774.784	217.441	12.992.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	8.924.064	0	-8.924.064	0	0	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.582.477	192.307	12.774.784	217.441	12.992.225
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-312.992	32.201	0	0	0	-280.791	-61.750	-342.541
5.07	Saldos Finais	57.000.000	-1.478.432	30.377.693	0	5.982.477	-878.863	91.002.875	592.585	91.595.460

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	56.540.563	71.158.923	65.035.711
7.01.01	Intermediação Financeira	62.774.940	72.841.060	70.478.393
7.01.02	Prestação de Serviços	16.228.214	15.713.152	14.132.159
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-17.450.188	-13.369.905	-12.713.435
7.01.04	Outras	-5.012.403	-4.025.384	-6.861.406
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-18.332.228	-28.519.953	-28.557.051
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.946.539	-7.544.695	-7.219.152
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-641.831	-659.656	-544.237
7.03.02	Serviços de Terceiros	-6.424.755	-6.047.498	-5.572.127
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-84.908	-131.435	-508.310
7.03.04	Outros	-795.045	-706.106	-594.478
7.04	Valor Adicionado Bruto	30.261.796	35.094.275	29.259.508
7.05	Retenções	-2.579.127	-2.391.857	-1.739.959
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.579.127	-2.391.857	-1.739.959
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.682.669	32.702.418	27.519.549
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	112.261	149.488	65.958
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	112.261	149.488	65.958
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	27.794.930	32.851.906	27.585.507
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	27.794.930	32.851.906	27.585.507
7.09.01	Pessoal	7.943.711	8.457.212	8.185.896
7.09.01.01	Remuneração Direta	5.749.669	5.961.765	5.863.584
7.09.01.02	Benefícios	1.514.611	1.637.099	1.534.560
7.09.01.03	F.G.T.S.	448.457	502.173	448.699
7.09.01.04	Outros	230.974	356.175	339.053
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.298.717	7.674.704	5.813.381
7.09.02.01	Federais	10.088.318	6.571.450	4.864.176
7.09.02.02	Estaduais	-830.771	54	224
7.09.02.03	Municipais	-2.958.830	1.103.200	948.981

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	101.749	88.540	786.312
7.09.03.01	Aluguéis	101.749	88.540	786.312
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.450.753	16.631.450	12.799.918
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.837.085	10.800.000	6.600.000
7.09.04.02	Dividendos	9.581.444	5.606.932	5.982.477
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.224	224.518	217.441

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no quarto trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando a chamada “segunda onda” de contaminação na esteira do abrandamento de políticas de distanciamento social. Entretanto, o Banco destaca também a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos e vários formulando a mesma iniciativa para os primeiros meses de 2021. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando continuidade da tendência de retomada após a forte retração observada no segundo trimestre de 2020. O Santander avalia que estes estímulos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,8 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

No país, o Banco Santander considera que os infortúnios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultarão em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável.

Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira – notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,36% em 2020. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores – a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,4% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre – continuaram justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encerrado 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários – a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Santander entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda receosos quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Entretanto, esta postura não foi obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período em 143 pontos básicos, patamar semelhante ao nível médio registrado no primeiro trimestre (portanto, antes da declaração de pandemia), quando o indicador estava ao redor de 150 pontos – patamar inferior aos 250 pontos registrado no final do terceiro trimestre. No caso da taxa de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar recuando de R\$5,60/US\$ ao final de setembro de 2020 para R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre do ano passado, ainda que tenha sido negociada próxima a R\$5,80/US\$ ao longo do período. Em ambos os casos, o Santander avalia que o gatilho para a melhora registrada ao longo do período diz respeito à redução das dúvidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos, na esteira de declarações oficiais que sinalizaram a disposição em respeitar às regras impostas pelo marco legal do teto de gastos públicos.

Portanto, para que haja melhora adicional no desempenho destes indicadores, o Banco avalia que serão necessárias medidas que sinalizem ainda maior comprometimento do governo brasileiro com a reversão da trajetória ascendente de gastos públicos esperada para os anos à frente. Na visão do Santander, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	108.988,3	82.740,4	31,7	7.641,5	21.783,3	(64,9)
Despesas da Intermediação Financeira	(87.751,0)	(51.759,7)	69,5	6.651,9	(14.493,7)	(145,9)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	21.237,3	30.980,7	(31,4)	14.293,4	7.289,6	96,1
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(12.555,1)	(14.218,8)	(11,7)	(3.838,5)	(2.595,8)	47,9
Resultado Operacional	8.682,3	16.761,9	(48,2)	10.454,9	4.693,7	122,7
Resultado não Operacional	239,0	8,5	2.718,3	(13,5)	15,9	(185,0)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.921,2	16.770,4	(46,8)	10.441,4	4.709,6	121,7
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	6.539,5	(462,1)	(1.515,2)	(6.113,8)	(412,6)	1.381,7
Participações no Lucro	(1.857,9)	(1.734,9)	7,1	(436,7)	(457,7)	(4,6)
Participações dos Acionistas Minoritários	(133,4)	(392,4)	(66,0)	(32,3)	(28,1)	14,9
Lucro Líquido Societário	13.469,4	14.181,0	(5,0)	3.858,7	3.811,2	1,2

Resultado Operacional antes da Tributação (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.921,2	16.770,0	(46,8)	10.441,4	4.709,6	121,7
Hedge Cambial	13.271,2	1.370,8	868,2	(4.248,0)	2.071,8	(305,0)
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	22.192,4	18.140,8	22,3	6.193,4	6.781,4	(8,7)

Imposto sobre a Renda (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.539,5	(462,0)	(1.515,5)	(6.113,8)	(412,6)	1.381,7
Hedge Cambial	(13.271,2)	(1.370,8)	868,2	4.248,0	(2.071,8)	(305,0)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	(6.731,7)	(1.832,8)	267,3	(1.865,8)	(2.484,5)	(24,9)

A rápida adaptação do Banco a cenários diversos, suportada por uma sólida posição de balanço e um modelo de negócios bem definido, possibilitou a captura de importantes oportunidades no período, priorizando sempre as necessidades dos clientes. Nesse sentido, oferecemos um plano de prorrogação de parcelas de vários tipos de financiamentos concedidos para os clientes com objetivo de proporcionar maior capacidade financeira. No exercício, foi constituída uma provisão adicional de R\$3,2 bilhões suportada por uma alteração no cenário macroeconômico, que impactou nosso modelo de provisionamento. Além disso, o Banco seguiu com evolução contínua dos nossos modelos de riscos, que ajudou na manutenção, em patamares controlados, da qualidade da carteira de crédito. Como efeito das nossas ações no período, observamos crescimento das margens enquanto atingimos o melhor patamar histórico do índice de eficiência.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 18,11% no exercício, queda de 2,90 p.p. e de 13,79% nos últimos 12 meses.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, toda variação cambial passará a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

A Lei 14.031/20, de 28 de julho de 2020, determina que, a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial dos investimentos no exterior será integralmente computada nas bases do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	16.791,9	1.511,3	1011,1	(5.015,4)	2.449,4	(304,8)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(30.374,9)	(2.776,6)	993,,9	9.723,8	(4.587,7)	(311,9)
IR/CSLL	13.271,2	1.370,8	868,1	(4.248,0)	2.071,8	(305,0)
PIS/COFINS - Despesas tributárias	311,8	(106,5)	(392,8)	(460,4)	66,5	(792,3)

b) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 18.464 milhões no acumulado do ano, queda de 1,2% sobre o 12M19, explicada, principalmente, pela menor receita de cartões e serviços adquirente. No 4T20, essas receitas somaram R\$ 5.133 milhões, 8,2% superiores ao 3T20, como resultado do melhor desempenho de quase todas as linhas de receitas

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Administração de Recursos	1.016,9	1.085,9	(6,4)	276,7	262,0	5,6
Serviços de Conta Corrente	3.965,6	3.857,1	2,8	1.057,7	1.021,6	3,5
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.437,6	1.379,3	4,2	389,1	378,2	2,9
Operações de Crédito	805,8	834,5	(3,4)	233,5	197,2	18,4
Rendas de Garantias Prestadas	631,8	544,7	16,0	155,6	181,0	(14,0)
Comissões de Seguros	3.116,9	3.118,3	(0,0)	907,4	745,3	21,7
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	5.590,2	6.118,4	(8,6)	1.621,7	1.406,5	15,3
Cobrança e Arrecadações	1.471,1	1.514,6	(2,9)	384,8	368,6	4,4
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.062,0	982,1	8,1	223,5	361,0	(38,1)
Outras	803,7	628,8	27,8	272,4	203,1	34,1
Total	18.464,0	18.684,5	(1,2)	5.133,3	4.746,3	8,2

Despesas Gerais - As despesas gerais, incluindo depreciação e amortização sem ágio, totalizaram R\$ 21.835 milhões no acumulado do ano, 2,7% superiores ao 12M19, e significativamente abaixo da inflação de 4,52% do período. Na comparação trimestral, as despesas gerais registraram um aumento de 9,4%.

As despesas com pessoal, incluindo PLR, somaram R\$ 9.035 milhões no acumulado do ano, queda de 4,9% sobre o mesmo período do ano anterior. Em três meses, essas despesas apresentaram aumento de 13,5%.

As despesas administrativas, excluindo depreciação e amortização, atingiram R\$ 9.705 milhões no ano, alta de 4,9% comparado ao 12M19, com destaque para o incremento de gastos com processamento de dados em função do desenvolvimento de projetos. Em relação ao 3T20, essas despesas expandiram 9,4% como resultado, principalmente, da maior despesa com serviços técnicos especializados e de terceiros, e com propaganda, promoções e publicidade, resultado dos maiores gastos com campanhas de final de ano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas Gerais (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(9.035,2)	(9.496,2)	(4,9)	(1.522,0)	(1.340,7)	13,5
Outras Despesas Administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(12.800,4)	(11.775,1)	8,7	(3.456,9)	(3.210,0)	7,7
Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(21.835,5)	(21.271,3)	2,7	(4.978,9)	(4.550,7)	9,4

2.2) Ativos e Passivos

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Dez/20	Dez/19	variação anual %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo Permanente	988.537,8 13.851,2	844.294,7 13.248,4	17,1 4,5
Total do Ativo	1.002.389,0	857.543,1	16,9
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	921.914,6	785.789,3	17,3
Resultados de Exercícios Futuros	355,5	285,2	24,7
Participação dos Acionistas Minoritários	1.150,7	1.695,4	(32,1)
Patrimônio Líquido	78.968,2	69.773,2	13,2
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.002.389,0	857.543,1	16,9

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R\$ Milhões)	Dez/20	Dez/19	variação anual %
Carteira de Crédito	411.654,8	352.027,9	16,9
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos	266.088,4	193.454,7	37,5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.698,3	43.367,5	60,7
Relações Interfinanceiras	91.011,3	89.265,0	2,0

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	Dez/20	Dez/19	variação anual %
Pessoa Física (1)	173.627,0	155.337,8	11,8
Financiamento ao Consumo	60.256,3	58.231,0	3,5
Pessoa Física (1)	53.974,2	50.671,1	6,5
Pessoa Jurídica	6.282,1	7.559,9	(16,9)
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	55.914,9	41.261,7	35,5
Grandes Empresas	121.183,5	97.197,3	24,7
Sim	673,1	0,0	673,1
Total Carteira de Crédito	411.654,8	352.027,9	16,9
Outras Operações com Riscos de Crédito	99.311,8	80.505,1	23,4
Total Carteira ampliada (bruta)	510.966,6	432.533,0	18,1
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (2)	(25.067,0)	(21.408,1)	17,1
Total Carteira de Crédito (líquida)	485.899,6	411.124,9	18,2

(1) Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$227.601 em 31 de dezembro de 2020 (31/12/2019 – R\$206.009).

(2) Adicional à provisão para empréstimos, também inclui debêntures, FIDC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de aquisição e avais e fianças.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A carteira de crédito alcançou R\$ 411.655 milhões em 2020 o que representa um aumento de 16,9% em relação ao ano anterior. Praticamente todos os segmentos registraram variação positiva no ano, sendo os segmentos PMEs e Grandes Empresas, as variações mais expressivas, 35,5% e 24,6%, respectivamente.

Além disso, o desempenho segue suportado pela plataforma +Negócios, que atua no segmento de veículos e oferece melhor experiências durante toda a jornada do cliente.

Inadimplência

O índice de inadimplência superior a 90 dias reduziu 0,9 p.p. no ano e atingiu 2,1% em dezembro de 2020, menor patamar já registrado. Esse movimento foi resultado da melhoria do índice dos segmentos PF e PJ que ainda são influenciados, em parte, pelo efeito das prorrogações de pagamentos oferecidas aos nossos clientes. Além disso, o mix de produtos, com menor participação dos rotativos, também contribui positivamente para o bom desempenho do índice de inadimplência. Em três meses, o indicador ficou estável.

O índice de inadimplência de 15 a 90 dias atingiu 2,8% em dezembro de 2020, redução de 1,0 p.p. no ano em ambos segmentos. No trimestre, o índice reduziu 0,3 p.p., beneficiado também pelo aumento da carteira de crédito no período.

O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa 6,1% da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2020, 6,1% em 31 de dezembro de 2019.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício de 2020 e de 2019, foi de R\$13.689 milhões e R\$13.447 milhões, respectivamente, apresentando aumento de 1,8%.

2.4) Captações com Clientes

Captações com Clientes (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %
Depósitos à vista	41.821,3	29.107,5	43,7
Depósitos de poupança	63.306,5	49.039,9	29,1
Depósitos à prazo	279.778,6	190.344,5	47,0
Debêntures/LCI/LCA/LIG (1)	52.382,8	50.635,2	3,5
Letras Financeiras/COE	18.462,0	34.526,5	(46,5)
Total das Captações	455.751,2	353.653,6	28,9

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

As captações de clientes totalizaram R\$455.751 milhões em 31 de dezembro de 2020, com crescimento de 28,9% em doze meses (ou R\$102 milhões), influenciadas principalmente pela expressiva expansão de 43,7% em depósitos à vista, e pelo crescimento de 47,0% em depósito a prazo.

2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notes) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U\$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notes, em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para composição do Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		dez-20		dez-19
Características Específicas	Nível I	Nível II	Nível I (1)	Nível II (1)
Emissão	nov-18	nov-18	nov-18	nov-18
Principal	US\$1.250	US\$1.250	US\$1.250	US\$1.250
Taxa de Juros (2)	7,250%	6,125%	7,250%	6,125%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28
Valor Contábil	R\$6.554	R\$6.565	R\$5.092	R\$5.083
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019

- (1) Notes recompradas, conforme autorização do Bacen em 18 de dezembro de 2018. A partir da data de autorização, os mesmos foram excluídos do Nível I e Nível II do PR.
- (2) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor. Dessa forma, a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

2.6) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 13,2% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do exercício no montante de R\$13.469 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial negativo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$890 milhões e em plano de benefícios a funcionários no montante de R\$572 milhões (líquidos dos efeitos tributários), em decorrência da remensuração das obrigações atuariais por conta da variação nas taxas de juros ocasionada pelo cenário macroeconômico observado no exercício de 2020.

Ações em Tesouraria

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	Dez/20	Dez/19
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do período	16.702	13.317
Aquisições de Ações	5.052	6.465
Alienações - Remuneração Referenciada em Ações	(2.925)	(3.080)
Ações em Tesouraria no Final do período	18.829	16.702
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$785.587	R\$679.364
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$1.771

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 787.358	R\$ 681.135
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado	R\$33,24	R\$32,10
Custo Máximo	R\$49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$44,83	R\$42,60

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, houve destaque de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	Dez/20	Dez/19
Juros sobre o Capital Próprio	3.325,0	4.010,0
Dividendos Intercalares	0,0	6.790,0
Total	3.325,0	10.800,0

2.7) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base de 2020, a exigência de PR é de 10,25%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I atinge 8,25% e o Capital Principal Mínimo 6,75%.

Diante do cenário de pandemia, o Banco Central do Brasil vem monitorando o mercado brasileiro e estabeleceu um conjunto de normativos para minimizar os impactos da pandemia. No caso de capital, estabeleceu a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal de 2,5% para 1,25%, visando ampliar a capacidade de concessão de novas operações de crédito.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Dez/20	Dez/19
Patrimônio de Referência Nível I	77.571,5	66.481,7
Capital Principal	71.006,3	61.389,5
Capital Complementar	6.565,2	5.092,2
Patrimônio de Referência Nível II	6.554,5	5.083,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	84.126,0	71.565,5
Risco de Crédito	478.303,5	407.786,2
Risco de Mercado	15.846,3	20.235,2
Risco Operacional	57.419,4	47.965,5
Total de RWA	551.569,2	475.986,9
Índice de Basileia Nível I	14,06	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	12,87	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,25	15,04

2.8) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, das principais controladas diretas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	PL	Lucro Líquido	Carteira de Crédito(1)	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	50.196,7	1.542,3	743,3	48.542,3	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	42.321,1	2.072,0	289,9	0,0	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Banco Bandepe S.A.	27.002,1	5.369,5	90,9	0,0	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	12.095,2	1.405,5	180,6	9.345,2	39,89%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	8.544,5	5.832,9	78,3	2.096,2	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	6.684,9	3.571,5	570,3	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	420,6	1,3	(14,7)	0,0	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	1.792,9	1.758,6	88,8	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.009,2	731,3	90,9	0,0	100,00%

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Outros Eventos

3.1) Plano de Benefício Pós Emprego

Em 30 junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos.

3.2) Reestruturações Societárias

Durante os exercícios de 2019 e de 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

i) Dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

ii) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2020, foi realizada a venda para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, o Banco deixou de ser acionista da Superdigital.

iii) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé).

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil e estão pendentes de homologação pelo Banco Central do Brasil.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

iv) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição pelo Banco das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e Auttar HUT Processamento de Dados LTDA. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direta da Toque Fale e detentora de 100% do seu capital.

v) Aquisição de Participação Residual na Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A.

Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual"), subsidiária integral do Banco Santander, e os acionistas minoritários da Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A. ("Return Capital") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Return Capital, no qual a Atual adquiriu a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 30% do capital social da Return Capital. A aquisição foi concluída em 01 de novembro de 2019, de modo que a Atual passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Return Capital.

vi) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

vii) Alienação dos Investimentos da Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A alienou sua participação nas empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 e R\$ 14.770, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

viii) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A., a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 60% do capital social da Toro Controle. A Toro Controle é uma holding que, em última instância, controla a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a Toro Investimentos S.A. (em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

ix) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2020. Com a efetivação da a operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

x) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos, A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

xi) Venda da totalidade da participação detida na CIBRASEC

Em 24 de julho de 2019, o Banco Santander alienou a totalidade de sua participação no capital social da CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização, correspondente a 4.000 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, para a ISEC Securitizadora S.A. pelo valor de R\$ 9.845. Em virtude do fechamento da transação, o Banco Santander deixou de ser acionista da CIBRASEC.

xii) Incorporação de parcela cindida da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a operação de cisão parcial da Integrity Tecnologia e Serviços AHU Ltda. (“Integrity”), subsidiária integral da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A (“Getnet”), com versão da parcela cindida de seu patrimônio, referente a seus ativos e passivos, à Getnet. A incorporação da parcela cindida pela Getnet encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 2019, a Getnet e a Santander Merchant Platform Solutions, S.L. (“SMPS Global”), sociedade sediada na Espanha e controlada pelo Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), celebraram Contrato de Compra e Venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Integrity, de modo que a SMPS Global passou a deter 100% do capital social da Integrity. Em 23 de Dezembro de 2019, a Integrity teve sua denominação social alterada para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 26 de dezembro de 2020, aprovar a proposta de declaração e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$665 milhões para pagamento a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 18 de dezembro de 2020, aprovar a eleição dos diretores sem designação específica Adriana Marques Lourenço de Almeida, Francisco Soares da Silva Junior, Marilize Ferrazza Santinoni e Ricardo Olivare de Magalhães na qualidade de Diretores sem Designação Específica.

Em 26 de outubro de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1 bilhão pago no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 26 de outubro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Em 09 de outubro de 2020, aprovar (i) a alteração do Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade e (ii) eleição do Sr Tasso Rezende de Azevedo como membro do Comitê de Sustentabilidade.

Em 22 de setembro de 2020 – aprovar a reeleição da Sra Monique Silvano Arantes Bernardes. como Ouvidora da Companhia para um novo mandato de 1 (um) ano.

Em 01 de setembro de 2020, ratificar as deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2020, que tratou da eleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para um novo mandato.

Em 28 de agosto de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Rafael Bello Noya, Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 29 de julho de 2020, aprovar (i) a proposta da incorporação da Bosan Participações S.A. pela Companhia; (ii) a proposta da incorporação do Banco Olé Consignado S.A. pela Companhia e (iii) a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para o dia 31 de agosto de 2020, às 15 horas, com a finalidade de deliberar as seguintes matérias: (a) ratificar a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada responsável pela elaboração dos respectivos laudos de avaliação das Incorporadas; (b)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

aprovar os Laudos de Avaliação; (c) aprovar o Protocolo e Justificação da Bosan; (d) aprovar a incorporação da Bosan pela Companhia; (f) aprovar a incorporação do Banco Olé pela Companhia; e (g) autorizar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações.

Em 28 de julho de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Em 28 de julho de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 770 milhões, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de julho de 2020, aprovar a eleição do Sr. João Marcos Pequeno De Biase como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 29 de junho de 2020, aprovar (i) a saída do Sr. René Luiz Grande da função de membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; e a (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande para a função de membro do Comitê de Auditoria do Banco.

Em 12 de junho de 2020, aprovar a eleição da Sra. Virginie Genès-Petronilho como membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de maio de 2020, aprovar a alteração dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Compliance.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco para um novo mandato, são eles: Sra. Deborah Stern Vieitas, Sr. Luiz Carlos Nannini e Sra. Maria Elena Cardoso Figueira.

Em 28 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Pedro Augusto de Melo como membro e Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de abril de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 890 milhões pagos no dia 26 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de abril de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Em 23 de abril de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Celso Clemente Giacometti aos cargos de membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro do Comitê de Remuneração do Banco; (ii) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Nomeação e Governança do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; (iii) aprovar a exoneração do Sr. Bernardo Parnes da função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; (iv) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê Riscos e Compliance do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; e (v) aprovar a exoneração do Sr. José Roberto Machado Filho, Diretor Executivo do Banco.

Em 07 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 28 de fevereiro de 2020 aprovar a exoneração do Sr. Ulisses Gomes Guimarães, Diretor sem designação específica do Banco; (ii) conhecer a renúncia do Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Diretor sem designação específica do Banco; e (iii) aprovar a eleição do Sr. Sandro Rogério da Silva Gamba como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 03 de fevereiro de 2020, aprovar a eleição dos Srs. Sandro Kohler Marcondes, Vítor Ohtsuki e Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto como Diretores sem designação específica.

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2019, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada de 31 de dezembro de 2019.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores no link <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2020.

7. Pessoas

Com a crise de saúde pública desencadeada no início deste ano, nunca se falou tanto em cuidado. Cuidar de si e também do outro. E no Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas, elemento essencial na Companhia. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 38.531 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, desenhamos nosso protocolo interno de atuação na contenção do COVID-19, orientados pelos órgãos sanitários e de saúde. Temos o serviço de Telemedicina em parceria com o Hospital Albert Einstein, garantindo atendimento médico de alto padrão a 100% dos colaboradores e seus dependentes, além do investimento no Programa de Saúde Emocional que tem apoiado nossas pessoas na adaptação e enfrentamento do distanciamento social.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Academia Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBT+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Desde 2007, o banco realiza a Semana Santander, uma semana que tem como objetivo celebrar a cultura institucional e se conectar com a comunidade, por meio de iniciativas que mobilizam os mais de 45 mil colaboradores. Na edição de 2020, os desafios impostos pela pandemia nos motivaram a extrapolar as fronteiras das agências e dos prédios corporativos, convidando toda a sociedade para participar ainda que de forma remota, mas multiplicando o efeito da campanha. Todo o esforço foi revertido ao projeto “Mães da Favela”, da Central Única das Favelas (CUFA), mais de R\$7.226 milhões distribuídos para mães chefes de família de mais de 5 mil favelas pelo Brasil. A disseminação do #efeitosantander para todo o Brasil!

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que são realizadas anualmente e que trazem excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 90% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os stakeholders.

8. Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

O ano de 2020 ficará marcado pela transformação nos negócios ESG (*environmental, social and governance*) com o lançamento de produtos inéditos no mercado; pela parceria com Itaú e Bradesco ao assumir dez compromissos para impulsionar o desenvolvimento sustentável na região Amazônica; e também pelo impacto social gerado nas comunidades, principalmente no apoio a instituições para o combate ao COVID-19.

No total, foram viabilizados R\$ 32,3 bilhões em negócios ESG, um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior. Entre as novidades de 2020 estão a primeira operação de ESG Linked Loan, que tem as taxas de juros atreladas ao atingimento de compromissos estratégicos ambientais; a participação na primeira emissão de Green Bonds de uma companhia brasileira do setor de logística no mercado internacional; a emissão da segunda operação realizada no mundo de Sustainable Linked-Bond no valor de US\$1,25 bilhão e o lançamento de uma linha de R\$ 5 bilhões para viabilizar investimentos em saneamento. Foi também o primeiro banco a comercializar CBIOS, títulos emitidos por fabricantes de biocombustíveis para ajudar as distribuidoras a compensarem suas emissões de carbono, e lançou um novo modelo de financiamento a cooperados agro nas áreas de energia solar e irrigação. O Banco relançou o fundo Ethical, um dos primeiros com a temática sustentável e lançou o Santander Go Global Equity ESG, fundo que aplica seus recursos em um offshore de renda variável com carteira diversificada e que investe em empresas de alta qualidade nos principais países do mundo e que apresentem sólidos critérios de sustentabilidade.

No âmbito social, o Banco promoveu uma série de ações para apoiar os clientes e a sociedade diante do cenário da crise de saúde global, cujo recursos aplicados somaram R\$ 100 milhões. Entre as ações destacam-se o apoio a cinco hospitais que atuaram na linha de frente no combate ao COVID-19, no qual mais de R\$ 7 milhões foram arrecadados, sendo metade dos valores doados por funcionários e a outra metade dobrada pelo Banco. Por meio de lives, funcionários arrecadaram ainda cerca de 800 toneladas de alimentos, além de roupas e produtos de higiene. Os materiais foram doados para mais de 500 instituições, impactando mais de 170 mil pessoas no país. Em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA), o Banco promoveu um festival de 12 horas, O Canal é Seu, transmitido em canais de televisão e rádio e arrecadou mais de R\$ 3 milhões para o projeto Mães da Favela. Considerando a doação do Banco, no total foram direcionados R\$ 7 milhões que serão distribuídos a 20 mil famílias por meio do SuperDigital. Por fim, a campanha do programa Amigo de Valor, no qual funcionários e clientes doam parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinou R\$ 15,7 milhões para 59 projetos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Entre os principais reconhecimentos, destacam-se a presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2021, da B3, pelo 11º ano consecutivo e o 1º Prêmio Notáveis CNN 2020, na categoria Responsabilidade Social. O Banco recebeu ainda o score A- no Carbon Disclosure Project (CDP) e com isso figura entre os 2% de empresas com melhor performance climática do Brasil e, entre os 1,5% melhores da América Latina.

9. Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Até a data desta divulgação, o Banco identificou (a) aumento em operações de empréstimo e financiamento, em especial para empresas; (b) incremento nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (c) impactos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e (d) aumento em captações realizadas.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

10. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à sua Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 02/02/2021).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado o contrário.*

Relatório dos Auditores	Demonstrações	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*).

1) Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no quarto trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando a chamada "segunda onda" de contaminação na esteira do abrandamento de políticas de distanciamento social. Entretanto, o Banco destaca também a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos e vários formulando a mesma iniciativa para os primeiros meses de 2021. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando continuidade da tendência de retomada após a forte retração observada no segundo trimestre de 2020. O Santander avalia que estes estímulos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,8 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

No país, o Banco Santander considera que os infortúnios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultarão em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável.

Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira – notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,36% em 2020. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores – a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,4% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre – continuaram justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encerrado 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários – a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Santander entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda receosos quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Entretanto, esta postura não foi obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período em 143 pontos básicos, patamar semelhante ao nível médio registrado no primeiro trimestre (portanto, antes da declaração de pandemia), quando o indicador estava ao redor de 150 pontos – patamar inferior aos 250 pontos registrado no final do terceiro trimestre. No caso da taxa de câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar recuando de R\$5,60/US\$ ao final de setembro de 2020 para R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre do ano passado, ainda que tenha sido negociada próxima a R\$5,80/US\$ ao

Relatório dos Auditores Demonstrações Notas Explicativas **Relatório da Administração** Composição da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

longo do período. Em ambos os casos, o Santander avalia que o gatilho para a melhora registrada ao longo do período diz respeito à redução das dúvidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos, na esteira de declarações oficiais que sinalizaram a disposição em respeitar às regras impostas pelo marco legal do teto de gastos públicos.

Portanto, para que haja melhora adicional no desempenho destes indicadores, o Banco avalia que serão necessárias medidas que sinalizem ainda maior comprometimento do governo brasileiro com a reversão da trajetória ascendente de gastos públicos esperada para os anos à frente. Na visão do Santander, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

2) Desempenho

2.1) Resultado

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros (2)	44.442,7	44.321,1	0,3	11.196,7	40.024,7	(72,0)
Receitas de instrumentos de patrimônio	33,8	18,9	78,3	9,7	5,5	76,8
Resultado de equivalência patrimonial	112,3	149,5	(24,9)	31,9	31,0	2,9
Tarifas e Comissões (líquidas)	16.228,2	15.713,2	3,3	4.432,8	4.026,6	10,1
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) +	(11.702,9)	(326,0)	3.489,9	4.824,8	(1.214,8)	(497,2)
Variações cambiais (líquidas)						
Outras despesas operacionais (líquidas)	(872,5)	(1.107,7)	(21,2)	(449,8)	15,8	(2.954,4)
Total de Receitas	48.241,5	58.769,0	(17,9)	20.046,1	42.888,7	(53,3)
Despesas administrativas e pessoal	(17.115,0)	(16.941,5)	1,0	(4.485,2)	(4.340,9)	3,3
Depreciação e amortização	(2.579,1)	(2.391,9)	7,8	(666,9)	(665,3)	0,2
Provisões (líquidas)	(1.656,5)	(3.681,6)	(55,0)	(284,7)	(388,2)	(26,7)
Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas)	(17.535,1)	(13.501,3)	29,9	(3.605,1)	(3.840,5)	(6,1)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	230,7	10,6	2.067,1	11,1	(0,8)	(1.474,3)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	77,5	9,8	687,0	40,9	8,8	366,5
Resultado Operacional Antes da Tributação ⁽¹⁾	9.664,0	22.273,1	(56,6)	11.056,2	33.661,7	(67,2)
Impostos sobre a renda	3.786,8	(5.641,7)	(167,1)	(7.335,4)	(951,1)	671,3
Lucro Líquido Consolidado	13.450,8	16.631,4	(19,1)	3.720,9	32.710,6	(88,6)

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, abaixo estão apresentados o Resultado Operacional Antes da Tributação e Imposto sobre a Renda, desconsiderando o efeito do hedge (vide item 1):

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Resultado Operacional Antes da Tributação	9.664,0	22.273,1	(56,6)	11.137,5	33.661,7	(66,9)
IR/CSLL (hedge)	13.271,2	1.370,8	868,1	(4.248,0)	2.779,4	(254,0)
PIS/COFINS (hedge)	311,8	(106,5)	(392,8)	(460,4)	102,2	(550,5)
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	23.247,0	23.537,4	(1,2)	6.397,1	36.543,3	(82,5)

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
--	--------------	--------------	-----------------------------	-------------	-------------	--------------------------------------

Relatório dos Auditores Demonstrações Notas Explicativas **Relatório da Administração** Composição da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Imposto sobre a Renda	3.786,8	(5.641,7)	(167,1)	(7.335,4)	(951,1)	671,3
IR/CSLL (hedge)	(13.271,2)	(1.370,8)	868,1	4.248,0	(2.779,4)	(254,0)
PIS/COFINS (hedge)	(311,8)	106,5	(392,8)	460,4	(102,2)	(550,5)
Imposto sobre a Renda ajustado	(9.796,2)	(6.906,1)	41,8	(2.595,0)	(3.832,7)	32,3

A rápida adaptação do Banco a cenários diversos, suportada por uma sólida posição de balanço e um modelo de negócios bem definido, possibilitou a captura de importantes oportunidades no período, priorizando sempre as necessidades dos clientes. Nesse sentido, oferecemos um plano de prorrogação de parcelas de vários tipos de financiamentos concedidos para os clientes com objetivo de proporcionar maior capacidade financeira. No exercício, foi constituída uma provisão adicional de R\$3,2 bilhões suportada por uma alteração no cenário macroeconômico, que impactou nosso modelo de provisionamento. Além disso, o Banco seguiu com evolução contínua dos nossos modelos de riscos, que ajudou na manutenção, em patamares controlados, da qualidade da carteira de crédito. Como efeito das nossas ações no período, observamos crescimento das margens enquanto atingimos o melhor patamar histórico do índice de eficiência.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 18,11% no exercício, queda de 2,90 p.p. e de 13,79% nos últimos 12 meses.

2.1.1) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, toda variação cambial passará a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

A Lei 14.031/20, de 28 de julho de 2020, determina que, a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial dos investimentos no exterior será integralmente computada nas bases do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN, LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R\$ Milhões)				variação		
	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	trimestral %
Variação Cambial	16.791,9	1.512,3	1.010,4	(5.015,4)	2.449,4	(304,8)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(30.374,9)	(2.776,6)	994,0	9.723,8	(4.587,7)	(312,0)
IR/CSLL	13.271,2	1.370,8	868,1	(4.248,0)	2.071,8	(305,0)
PIS/COFINS	311,8	(106,5)	(392,8)	(460,4)	66,5	(792,3)

2.1.2) Receita Líquida com Juros

Em 31 de dezembro de 2020, o incremento em comparação ao mesmo período do ano anterior ocorreu, principalmente, em função do aumento da carteira de crédito, principalmente à pessoas físicas e ao consumo.

2.1.3) Outros Eventos

Relatório dos Auditores Demonstrações Notas Explicativas **Relatório da Administração** Composição da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Plano de Benefício Pós Emprego

No período findo em Junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego

implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos.

b) Avaliação do Valor Recuperável

Em dezembro de 2020, o Banco Santander reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$59 milhões (2019 – R\$106 milhões), sobre ativos intangíveis na modalidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas. A perda foi registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos.

Análise de Resultado por Segmento

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Abaixo, o Banco apresenta o quadro por segmento:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	12M20	% sob lucro antes dos impostos	12M19	variação anual %	4T20	% sob lucro antes dos impostos	3T20	variação trimestral %
Banco Comercial (1)	4.666,4	48,3	18.375,1	(74,6)	10.061,4	91,0	3.405,7	(195,4)
Banco de Atacado Global	4.997,6	51,7	3.898,0	28,2	994,8	9,0	1.349,3	(26,3)
Resultado Operacional Antes da Tributação	9.664,0	100,0	22.273,1	(56,2)	11.056,2	100,0	4.755,1	132,5

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em Dólar, sendo que excluindo este efeito, o Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado para este segmento foi de R\$18.249,4 milhões e R\$19.639,4 milhões, respectivamente.

Despesas Gerais - As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente, os maiores gastos com serviços técnicos especializados e de terceiros, sendo grande parte direcionada para a contratação de serviços de tecnologia. Além disso, registrou um aumento nas despesas com propaganda, promoções e publicidade decorrentes de maior intensidade em ações comerciais sobretudo no quarto trimestre de 2019. As variações em despesas pessoais podem ser atribuídas ao crescimento da linha de benefícios e aos maiores gastos com remuneração, alinhados a meritocracia e desempenho dos negócios.

DESPESAS GERAIS (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Outras Despesas Administrativas	(8.243,5)	(7.613,8)	8,7	(2.377,4)	(2.112,3)	12,6
Despesas com Pessoal	(8.871,5)	(9.327,7)	(4,6)	(2.167,0)	(2.228,6)	(2,8)
Total de Despesas Gerais	(17.115,0)	(16.941,5)	1,4	(4.544,4)	(4.340,9)	4,7

2.2) Ativos e Passivos

Relatório dos Auditores Demonstrações Notas Explicativas **Relatório da Administração** Composição da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	dez-20	dez-19	variação dez/20 vs. dez/19 %
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	20.148,7	31.716,3	(36,5)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	60.900,4	32.342,3	88,9
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	98.466,2	57.020,9	72,3
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	499,8	171,5	191,5
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	109.740,4	96.120,2	14,2
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	554.924,8	417.478,7	32,9
<i>Derivativos Utilizados como Hedge</i>	743,5	339,9	118,7
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	1.092,9	1.325,3	(17,5)
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.095,0	1.070,8	2,3
Ativos Fiscais	41.063,8	33.599,2	22,2
Outros Ativos	7.222,4	5.061,3	42,7
Ativo Tangível	9.537,1	9.782,0	(2,5)
Ativo Intangível	30.766,4	30.595,8	0,6
Total do Ativo	936.201,5	716.624,2	30,6
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	77.643,3	46.064,7	68,6
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.038,5	5.319,4	32,3
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	707.288,8	575.230,4	23,0
<i>Derivativos Utilizados como Hedge</i>	144,6	201,0	(28,0)
Provisões	13.815,0	16.331,8	(15,4)
Passivos Fiscais	10.130,2	10.960,1	(7,6)
Outras Obrigações	14.051,2	10.920,9	28,7
Total do Passivo	830.111,6	665.028,3	24,8
Total do Patrimônio Líquido	106.089,9	97.209,2	9,1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	936.201,5	762.237,5	22,8

Captações

O total de captações (depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital), atingiu R\$647.552,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$519.664,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 24,6% no exercício.

CAPTAÇÕES (R\$ Milhões)	dez-20	dez-19	variação dez/20 vs. dez/19 %
Depósitos do Banco Central do Brasil e Instituições de Crédito	131.657,0	99.271,4	32,6
Depósitos de Clientes	445.814,0	336.514,6	32,5
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	56.875,5	73.702,5	-22,8
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	13.119,7	10.176,0	28,9
Total de Captações	647.466,1	519.664,4	24,6

Relatório dos Auditores Demonstrações Notas Explicativas **Relatório da Administração** Composição da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2.3) Carteira de Crédito

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO (R\$ Milhões)	dez-20	dez-19	variação dez/20 vs. dez/19 %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	112.858,8	109.247,2	3,3
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(9,1)	(13,5)	(33,1)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	112.849,7	109.233,1	3,3
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	417.822,0	347.256,7	20,3
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(24.054,0)	(20.557,2)	17,0
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	393.768,0	326.699,5	20,5
Instrumentos de dívida, bruto	49.945,2	40.857,7	22,2
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(1.577,4)	(2.055,0)	(23,2)
Instrumentos de dívida, líquido	48.367,8	38.802,6	24,7
Total de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	554.975,5	474.735,2	16,9

Perdas com Ativos Financeiros (Líquidos)

As despesas de provisão para perdas por não-recuperação, reduzidas pelas recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, somou R\$17.450,2 milhões e R\$13.369,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, apresentando um aumento de 30,5%.

2.4) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notes) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notes, em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Relatório dos Auditores Demonstrações Notas Explicativas **Relatório da Administração** Composição da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		Dez-20		Dez-19	
Características Específicas	Nível I	Nível II	Nível I	Nível II	
Emissão	nov/18	nov/18	nov/18		nov/18
Principal	US\$1.250	US\$1.250	US\$1.250		US\$1.250
Taxa de Juros (2)	7,250%	6,125%	7,250%		6,125%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov/28	Sem Prazo (Perpétuo)		nov/28
Valor Contábil	R\$6.554	R\$6.565	R\$5.092		R\$5.083
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	

(3) Notes recompradas, conforme autorização do Bacen em 18 de dezembro de 2018. A partir da data de autorização, os mesmos foram excluídos do Nível I e Nível II do PR.

(4) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor. Dessa forma, a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

2.5) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 9,7%, em comparação com dezembro de 2019.

A evolução do patrimônio líquido no período é decorrente, principalmente, pela variação negativa de outros resultados abrangentes no montante de R\$342,4 milhões, que inclui como principal evento as variações nos ativos financeiros disponíveis para venda e do Lucro Líquido do exercício no montante de R\$13.450,752 milhões e pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$3.325,0 milhões e Dividendos Intercalares no montante de R\$512,0 milhões.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

Relatório dos Auditores Demonstrações Notas Explicativas **Relatório da Administração** Composição da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	dez-20	dez-19
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no início do exercício	16.702	13.317
Aquisições de Ações	5.052	6.465
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(2.925)	(3.080)
Ações em Tesouraria no final do exercício	18.829	16.702
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$789.587	R\$679.364
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$791.358	R\$681.135
Custo/Valor de Mercado	Units	Units
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado	R\$33,24	R\$28,59
Custo máximo	R\$49,55	R\$43,84
Valor de mercado	R\$44,83	R\$42,70

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve destaque de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Intercalares, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	12M20	12M19
(R\$ Milhões)		
Juros sobre o Capital Próprio	3.325,0	4.010,0
Dividendos Intercalares	512,0	6.790,0
Total	3.837,1	10.800,0

2.6) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base de 2020, a exigência de PR é de 10,25%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemático. O PR Nível I atinge 8,25% e o Capital Principal Mínimo 6,75%.

Diante do cenário de pandemia, o Banco Central do Brasil vem monitorando o mercado brasileiro e estabeleceu um conjunto de normativos para minimizar os impactos da pandemia. No caso de capital, estabeleceu a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal de 2,5% para 1,25%, visando ampliar a capacidade de concessão de novas operações de crédito.

Relatório dos Auditores Demonstrações Notas Explicativas **Relatório da Administração** Composição da Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez-20	dez-19
Patrimônio de Referência Nível I	77.571,5	66.481,7
Capital Principal	71.006,3	61.389,5
Capital Complementar	6.565,2	5.092,2
Patrimônio de Referência Nível II	6.554,5	5.083,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	84.126,0	71.565,5
Risco de Crédito	478.303,5	407.786,2
Risco de Mercado	15.846,3	20.235,2
Risco Operacional	57.419,4	47.965,5
Total de RWA	551.569,2	475.986,9
Índice de Basileia Nível I	14,06	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	12,87	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,25	15,04

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízos) Líquido	Carteira de Participação Crédito (1)	%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	50.196,7	1.542,3	743,3	48.542,3	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	42.321,1	2.072,0	289,9	-	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	8.544,5	5.832,9	78,3	2.096,2	100,00%
Banco Bandepe S.A.	26.997,7	5.369,5	90,9	-	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	420,6	1,3	(14,7)	-	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	6.684,9	3.597,0	574,6	-	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.009,2	731,3	90,9	-	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	1.792,9	1.758,6	88,8	-	100,00%

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Eventos Societários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº3.

4) Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

<u>Relatório dos Auditores</u>	<u>Demonstrações</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>Relatório da Administração</u>	<u>Composição da Administração</u>
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5) Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 26 de dezembro de 2020, aprovar a proposta de declaração e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$665 milhões para pagamento a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 18 de dezembro de 2020, aprovar a eleição dos diretores sem designação específica Adriana Marques Lourenço de Almeida, Francisco Soares da Silva Junior, Marilize Ferrazza Santinoni e Ricardo Olivares de Magalhães na qualidade de Diretores sem Designação Específica.

Em 26 de outubro de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1 bilhão pago no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 26 de outubro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Em 09 de outubro de 2020, aprovar (i) a alteração do Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade e (ii) eleição do Sr Tasso Rezende de Azevedo como membro do Comitê de Sustentabilidade.

Em 22 de setembro de 2020, aprovar a reeleição da Sra Monique Silvano Arantes Bernardes como Ouvidora da Companhia para um novo mandato de 1 (um) ano.

Em 01 de setembro de 2020, ratificar as deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2020, que tratou da eleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para um novo mandato.

Em 28 de agosto de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Rafael Bello Noya, Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 29 de julho de 2020, aprovar (i) a proposta da incorporação da Bosan Participações S.A. pela Companhia; (ii) a proposta da incorporação do Banco Olé Consignado S.A. pela Companhia e (iii) a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para o dia 31 de agosto de 2020, às 15 horas, com a finalidade de deliberar as seguintes matérias: (a) ratificar a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada responsável pela elaboração dos respectivos laudos de avaliação das Incorporadas; (b) aprovar os Laudos de Avaliação; (c) aprovar o Protocolo e Justificação da Bosan; (d) aprovar a incorporação da Bosan pela Companhia; (e) aprovar a incorporação do Banco Olé pela Companhia; e (f) autorizar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações.

Em 28 de julho de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Em 28 de julho de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 770 milhões, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de julho de 2020, aprovar a eleição do Sr. João Marcos Pequeno De Biase como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 29 de junho de 2020, aprovar (i) a saída do Sr. René Luiz Grande da função de membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; e a (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande para a função de membro do Comitê de Auditoria do Banco.

Em 12 de junho de 2020, aprovar a eleição da Sra. Virginie Genès-Petronilho como membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de maio de 2020, aprovar a alteração dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Compliance.

<u>Relatório dos Auditores</u>	<u>Demonstrações</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>Relatório da Administração</u>	<u>Composição da Administração</u>
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco para um novo mandato, são eles: Sra. Deborah Stern Vieitas, Sr. Luiz Carlos Nannini e Sra. Maria Elena Cardoso Figueira.

Em 28 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Pedro Augusto de Melo como membro e Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de abril de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 890 milhões pagos no dia 26 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de abril de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Em 23 de abril de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Celso Clemente Giacometti aos cargos de membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro do Comitê de Remuneração do Banco; (ii) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Nomeação e Governança do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; (iii) aprovar a exoneração do Sr. Bernardo Parnes da função de Coordenador do Comitê de Riscos

e Compliance do Banco; (iv) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê Riscos e Compliance do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; e (v) aprovar a exoneração do Sr. José Roberto Machado Filho, Diretor Executivo do Banco.

Em 07 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 28 de fevereiro de 2020 aprovar a exoneração do Sr. Ulisses Gomes Guimarães, Diretor sem designação específica do Banco; (ii) conhecer a renúncia do Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Diretor sem designação específica do Banco; e (iii) aprovar a eleição do Sr. Sandro Rogério da Silva Gamba como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 03 de fevereiro de 2020, aprovar a eleição dos Srs. Sandro Kohler Marcondes, Vítor Ohtsuki e Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto como Diretores sem designação específica.

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2019, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada de 31 de dezembro de 2019.

6) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 46 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores no link <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

<u>Relatório dos Auditores</u>	<u>Demonstrações</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>Relatório da Administração</u>	<u>Composição da Administração</u>
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2020.

7) Pessoas

Com a crise de saúde pública desencadeada no início deste ano, nunca se falou tanto em cuidado. Cuidar de si e também do outro. E no Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas, elemento essencial na Companhia. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 38.531 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, desenhamos nosso protocolo interno de atuação na contenção do COVID-19, orientados pelos órgãos sanitários e

de saúde. Temos o serviço de Telemedicina em parceria com o Hospital Albert Einstein, garantindo atendimento médico de alto padrão a 100% dos colaboradores e seus dependentes, além do investimento no Programa de Saúde Emocional que tem apoiado nossas pessoas na adaptação e enfrentamento do distanciamento social.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Academia Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQ+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Desde 2007, o banco realiza a Semana Santander, uma semana que tem como objetivo celebrar a cultura institucional e se conectar com a comunidade, por meio de iniciativas que mobilizam os mais de 45 mil colaboradores. Na edição de 2020, os desafios impostos pela pandemia nos motivaram a extrapolar as fronteiras das agências e dos prédios corporativos, convidando toda a sociedade para participar ainda que de forma remota, mas multiplicando o efeito da campanha. Todo o esforço foi revertido ao projeto “Mães da Favela”, da Central Única das Favelas (CUFA), mais de R\$7.226 milhões distribuídos para mães chefes de família de mais de 5 mil favelas pelo Brasil. A disseminação do #efeitosantander para todo o Brasil!

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que são realizadas anualmente e que trazem excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 90% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco

<u>Relatório dos Auditores</u>	<u>Demonstrações</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>Relatório da Administração</u>	<u>Composição da Administração</u>
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os stakeholders.

8) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

O ano de 2020 ficará marcado pela transformação nos negócios ESG (environmental, social and governance) com o lançamento de produtos inéditos no mercado; pela parceria com Itaú e Bradesco ao assumir dez compromissos para impulsionar o desenvolvimento sustentável na região Amazônica; e também pelo impacto social gerado nas comunidades, principalmente no apoio a instituições para o combate ao COVID-19.

No total, foram viabilizados R\$ 27 bilhões em negócios ESG, um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior. Entre as novidades de 2020 estão a primeira operação de ESG Linked Loan, que tem as taxas de juros atreladas ao atingimento de compromissos estratégicos ambientais; a participação na primeira emissão de Green Bonds de uma companhia brasileira do setor de logística no mercado internacional; a emissão da segunda operação realizada no mundo de Sustainable Linked-Bond no valor de US\$1,25 bilhão e o lançamento de uma linha de R\$ 5 bilhões para viabilizar investimentos em saneamento. Foi também o primeiro banco a comercializar CBIOS, títulos emitidos por fabricantes de biocombustíveis para ajudar as distribuidoras a compensarem suas emissões de carbono, e lançou um novo modelo de financiamento a cooperados agro nas áreas de energia solar e irrigação. O Banco relançou o fundo Ethical, um dos primeiros com a temática sustentável e lançou o Santander Go Global Equity ESG, fundo que aplica seus recursos em um offshore de renda variável com carteira diversificada e que investe em empresas de alta qualidade nos principais países do mundo e que apresentem sólidos critérios de sustentabilidade.

No âmbito social, o Banco promoveu uma série de ações para apoiar os clientes e a sociedade diante do cenário da crise de saúde global, cujo recursos aplicados somaram R\$ 100 milhões. Entre as ações destacam-se o apoio a cinco hospitais que atuaram na linha de frente no combate ao COVID-19, no qual mais de R\$ 7 milhões foram arrecadados, sendo metade dos valores doados por funcionários e a outra metade dobrada pelo Banco. Por meio de lives, funcionários arrecadaram ainda cerca de 800 toneladas de alimentos, além de roupas e produtos de higiene. Os materiais foram doados para mais de 500 instituições, impactando mais de 170 mil pessoas no país. Em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA), o Banco promoveu um festival de 12 horas, O Canal é Seu, transmitido em canais de televisão e rádio e arrecadou mais de R\$ 3 milhões para o projeto Mães da Favela. Considerando a doação do Banco, no total foram direcionados R\$ 7 milhões que serão distribuídos a 20 mil famílias por meio do SuperDigital. Por fim, a campanha do programa Amigo de Valor, no qual funcionários e clientes doam parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinou R\$ 15,7 milhões para 59 projetos.

Entre os principais reconhecimentos, destacam-se a presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2021, da B3, pelo 11º ano consecutivo e o 1º Prêmio Notáveis CNN 2020, na categoria Responsabilidade Social. O Banco recebeu ainda o score Ano Carbon Disclosure Project (CDP) e com isso figura entre os 2% de empresas com melhor performance climática do Brasil e, entre os 1,5% melhores da América Latina.

9) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados para maiores informações vide nota explicativa 43.h das Demonstrações Financeiras em IFRS.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

<u>Relatório dos Auditores</u>	<u>Demonstrações</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>Relatório da Administração</u>	<u>Composição da Administração</u>
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho				

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria independente efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 25/02/2021)

Relatório dos Auditores

Demonstrações

Notas Explicativas

**Relatório da
Administração**

Composição da
Administração

Independentes

Financeiras

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Notas Explicativas

**(valores expressos em milhares, exceto quando indicado).*

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, serão divulgadas em 26 de fevereiro de 2021, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2019. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- I - hedge de risco de mercado; e
- II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524.

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

h) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

h.1 Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

i) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

Notas Explicativas

**(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).*

k) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

l) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

m) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

n) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

o) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 31. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 29) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

p) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado

Notas Explicativas

**(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).*

das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

q) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

r) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

s) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

t) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

u) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma determina que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

v) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

Notas Explicativas

w) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

A Resolução CMN nº 4.797 foi revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.820, a qual vigora a partir de 29 de maio de 2020, e determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

- (i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do:
 - (a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações;
 - (b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas.
- (ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);
- (iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;
- (iv) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

x) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

y) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

z) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

aa) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

ab) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 32.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019	Banco 31/12/2018
Disponibilidades	19.522.250	9.543.649	11.358.459
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	9.668.922	11.877.783	14.496.489
Aplicações no Mercado Aberto	7.348.568	110.746	4.925.769
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.131.436	1.465.065	1.702.653
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	10.301.972	7.868.067
Total	29.191.171	21.421.432	25.854.948

	31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Disponibilidades	19.512.315	9.924.644	11.629.112
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	9.487.000	11.519.019	13.656.870
Aplicações no Mercado Aberto	7.306.408	110.746	4.925.769
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	991.675	1.105.446	862.449
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	10.302.827	7.868.652
Total	28.999.315	21.443.663	25.285.982

(1) Referem-se as operações de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez cujo prazo de vencimento na data efetiva aplicação era igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudanças de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2020			Banco 31/12/2019
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	60.337.084	2.307.062	-	62.644.146
Posição Bancada	12.597.164	236.300	-	12.833.464
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.869.850	-	-	2.869.850
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.215.209	3.251	-	2.218.460
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.512.105	233.049	-	7.745.154
Posição Financiada	6.203.774	-	-	6.203.774
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	457.427
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.203.774	-	-	8.554.276
Posição Vendida	41.536.146	2.070.762	-	43.606.908
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.121.021	348.213	-	8.469.234
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.916.441	1.722.549	-	33.638.990
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.498.684	-	-	1.498.684
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.906.015	30.224.851	30.940.159	80.071.025
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	-	-	1.188.917
Total	80.432.016	32.531.913	30.940.159	143.904.088

Notas Explicativas

	31/12/2020			Consolidado	
				31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	60.294.924	2.307.062	-	62.601.986	28.703.365
Posição Bancada	12.597.164	236.300	-	12.833.464	821.425
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.869.850	-	-	2.869.850	10.500
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.215.209	3.251	-	2.218.460	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.512.105	233.049	-	7.745.154	810.925
Posição Financiada	6.203.774	-	-	6.203.774	9.011.703
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	457.427
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.203.774	-	-	6.203.774	8.554.276
Posição Vendida	41.493.986	2.070.762	-	43.564.748	18.870.237
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.121.021	348.213	-	8.469.234	2.906.634
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.916.441	1.722.549	-	33.638.990	15.963.603
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.456.524	-	-	1.456.524	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.718.022	2.607.709	1.581.619	5.907.350	4.361.302
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	-	-	1.188.917	10.302.827
Total	63.201.863	4.914.771	1.581.619	69.698.253	43.367.494

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

						Banco					Consolidado				
						31/12/2020	31/12/2019				31/12/2020	31/12/2019			
						Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado				
						Patrimônio					Patrimônio				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil					
Títulos para Negociação	64.541.983	838.876	-	65.380.859	32.557.896	73.951.570	1.054.706	-	75.006.276	35.977.471					
Títulos Públicos	63.792.139	829.459	-	64.621.598	30.755.634	70.992.973	1.045.289	-	72.038.263	33.158.573					
Títulos Privados	749.844	9.417	-	759.261	1.802.262	2.958.596	9.417	-	2.968.013	2.818.898					
Títulos Disponíveis para Venda	128.771.835	2.698.095	2.649.376	134.119.306	118.508.274	136.416.007	2.698.095	2.810.055	141.924.157	128.296.445					
Títulos Públicos	100.741.868	2.617.077	2.104.277	105.463.222	89.526.633	108.678.024	2.617.077	2.253.949	113.549.050	98.943.695					
Títulos Privados	28.029.967	81.018	545.099	28.656.084	28.981.641	27.737.983	81.018	556.106	28.375.108	29.352.750					
Títulos Mantidos até o Vencimento	16.317.905	-	-	16.317.905	11.739.597	16.317.905	-	-	16.317.905	11.739.597					
Títulos Públicos	14.739.539	-	-	14.739.539	11.275.488	14.739.539	-	-	14.739.539	11.275.488					
Títulos Privados	1.578.365	-	-	1.578.365	464.109	1.578.365	-	-	1.578.365	464.109					
Total de Títulos e Valores Mobiliários	209.631.722	3.536.972	2.649.376	215.818.070	162.805.767	226.685.482	3.752.801	2.810.055	233.248.338	176.013.513					

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

II) Títulos para Negociação

	31/12/2020	31/12/2019	Abertura por Vencimento					Banco		
									31/12/2020	
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado -	Valor		Sem					
Títulos para Negociação	Amortizado	Resultado	Contábil	Valor Contábil	Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	63.792.139	829.459	64.621.598	30.755.634	-	4.277.044	12.193.356	17.580.836	30.570.362	64.621.598
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.207.290	840	2.208.130	3.158.889	-	558.806	119.352	493.315	1.036.656	2.208.130
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.241.521	197.999	23.439.521	6.838.515	-	-	8.739.061	3.711.900	10.988.560	23.439.521
Notas do Tesouro Nacional - NTN	37.555.953	630.488	38.186.441	20.687.308	-	3.702.238	2.645.084	13.361.736	18.477.384	38.186.441
Títulos da Dívida Agrária - TDA	41.412	3.408	44.820	70.922	-	11.967	9.513	13.632	9.708	44.820
Títulos da Dívida Externa Brasileira	680.057	(1.524)	678.533	-	-	-	677.855	253	426	678.533
Debêntures	65.905	(1.752)	64.153	-	-	4.033	2.491	-	57.629	64.153
Títulos Privados	749.844	9.417	759.261	1.802.262	369.041	9.396	17.182	88.596	275.046	759.261
Cotas de Fundos de Investimento	356.192	12.849	369.041	834.063	369.041	-	-	-	-	369.041
Debêntures	275.780	(2.109)	273.671	439.819	-	9.396	17.182	12.267	234.826	273.671
Eurobonds	-	-	-	492.774	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	23.380	(372)	23.008	22.869	-	-	-	1.222	21.786	23.008
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	24.241	(376)	23.866	12.737	-	-	-	5.432	18.434	23.866
Letras Financeiras - LF	70.251	(576)	69.675	-	-	-	-	69.675	-	69.675
Total	64.541.983	838.876	65.380.859	32.557.896	369.041	4.286.439	12.210.538	17.669.431	30.845.409	65.380.859

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

										Consolidado
				31/12/2020	31/12/2019	Abertura por Vencimento				31/12/2020
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	70.992.973	1.045.289	72.038.263	33.158.573	-	5.651.083	12.674.424	21.326.029	32.386.727	72.038.263
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.318.355	(2.242)	7.316.112	3.530.356	-	1.445.764	444.272	4.238.509	1.187.568	7.316.112
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.252.588	198.270	23.450.858	6.838.515	-	11.337	8.739.061	3.711.900	10.988.560	23.450.858
Notas do Tesouro Nacional - NTN	39.634.657	849.130	40.483.786	22.718.780	-	4.177.981	2.801.231	13.361.736	20.142.838	40.483.786
Títulos da Dívida Agrária - TDA	41.412	3.408	44.820	70.922	-	11.967	9.513	13.632	9.708	44.820
Títulos da Dívida Externa Brasileira	680.057	(1.524)	678.533	-	-	-	677.855	253	426	678.533
Debêntures	65.905	(1.752)	64.153	-	-	4.033	2.491	-	57.629	64.153
Títulos Privados	2.958.596	9.417	2.968.013	2.818.898	1.741.333	9.396	49.800	88.596	1.078.889	2.968.013
Ações	1.339.892	-	1.339.892	665.075	1.339.892	-	-	-	-	1.339.892
Cotas de Fundos de Investimento	388.592	12.849	401.442	1.068.068	401.442	-	-	-	-	401.442
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	36.067	-	-	-	-	-	-
Debêntures	1.079.622	(2.109)	1.077.513	439.819	-	9.396	17.182	12.267	1.038.669	1.077.513
Eurobonds	-	-	-	492.774	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	23.380	(372)	23.008	22.869	-	-	-	1.222	21.786	23.008
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	24.241	(376)	23.866	12.737	-	-	-	5.432	18.434	23.866
Letras de Câmbio	32.618	-	32.618	81.489	-	-	32.618	-	-	32.618
Letras Financeiras - LF	70.251	(576)	69.675	-	-	-	-	69.675	-	69.675
Total	73.951.570	1.054.706	75.006.276	35.977.471	1.741.333	5.660.478	12.724.224	21.414.625	33.465.616	75.006.276

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

III) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2020	31/12/2019	Abertura por Vencimento					Banco			
									31/12/2020		
		Ajuste ao Valor de									
	Valor do	Mercado Refletido no:									
	Custo	Patrimônio		Valor	Valor						
Títulos Disponíveis para Venda	Amortizado	Resultado	Líquido	Contábil	Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	100.741.868	2.617.077	2.104.277	105.463.222	92.837.828	-	7.549.490	11.428.773	23.558.184	62.926.776	105.463.222
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	1.338	-	103	1.441	1.165	-	-	834	607	-	1.441
Crédito Securitizado	456	-	4	460	-	-	170	290	-	0	460
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.741.412	-	(108.198)	20.633.213	11.151.613	-	3.231.715	-	6.998.413	10.403.086	20.633.213
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.786.410	421.443	143.086	34.350.939	30.984.931	-	-	11.415.864	7.615.029	15.320.046	34.350.939
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	41.756.230	2.195.634	1.933.900	45.885.764	47.388.924	-	4.057.784	11.785	8.944.134	32.872.061	45.885.764
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	3.170.537	-	135.391	3.305.928	3.311.195	-	-	-	-	3.305.928	3.305.928
C-bonds	1.285.486	-	(9)	1.285.477	-	-	259.821	-	-	1.025.655	1.285.477
Títulos Privados	28.029.967	81.018	545.099	28.656.084	25.670.446	2.172.156	1.732.408	5.904.074	9.467.990	9.379.457	28.656.084
Ações	325	-	(273)	53	60	53	-	-	-	-	53
Cotas de Fundos de Investimento	2.095.223	-	-	2.095.223	3.963.540	2.095.223	-	-	-	-	2.095.223
Debêntures (1)	14.377.511	81.018	509.625	14.968.154	11.915.052	-	413.869	953.051	5.580.327	8.020.907	14.968.154
Notas Promissórias - NP	4.504.601	-	20.563	4.525.164	4.696.855	-	760.805	1.969.212	1.667.388	127.759	4.525.164
Letras Financeiras - LF	263.891	-	6.408	270.298	192.804	-	-	-	270.298	-	270.298
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	24.031	-	(406)	23.625	36.680	-	20.082	-	-	3.542	23.625
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	171.165	-	751	171.916	36.680	-	-	-	41.353	130.563	171.916
Cédula de Produto Rural - CPR	6.593.220	-	8.431	6.601.651	4.828.775	76.880	537.652	2.981.810	1.908.624	1.096.685	6.601.651
Total	128.771.835	2.698.095	2.649.376	134.119.306	118.508.274	2.172.156	9.281.898	17.332.847	33.026.173	72.306.232	134.119.306

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R\$ 287.736 (31/12/2019 - R\$ 262.027) em títulos disponíveis para venda.
(2) Em 31 de dezembro de 2020, a quantidade de 1.400.000 no valor de R\$ 1.686.832 (31/12/2019 – 1.400.000 no valor de R\$1.229.297) de Notas de Tesouro Nacional – NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R\$ 287.736 (31/12/2019 - R\$ 262.027) em títulos disponíveis para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2020, a quantidade de 1.400.000 no valor de R\$ 1.686.832 (31/12/2019 – 1.400.000 no valor de R\$1.229.297) de Notas de Tesouro Nacional – NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas**IV) Títulos Mantidos até o Vencimento**

Títulos Mantidos até o Vencimento	Abertura por Vencimento						Banco/Consolidado
	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	31/12/2020
	Amortizado/Contábil	31/12/2019					
	31/12/2020	31/12/2019					Total
Títulos Públicos	14.739.539	11.275.488	538.436	1.308.149	2.037.551	10.855.403	14.739.539
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.549.498	3.414.897	-	11.868	-	4.537.629	4.549.498
Títulos da Dívida Externa Brasileira	10.190.042	7.860.591	538.436	1.296.281	2.037.551	6.317.774	10.190.042
Títulos Privados	1.578.365	464.109	296.759	223.406	1.058.201	-	1.578.365
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	1.578.365	464.109	296.759	223.406	1.058.201	-	1.578.365
Total	16.317.905	11.739.597	835.195	1.531.555	3.095.751	10.855.403	16.317.905

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 16.322.840 (31/12/2019 - R\$12.514.855).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve a reclassificação de títulos disponíveis para venda para títulos em negociação para as Cotas de Fundo de Investimento da empresa Banco Hyundai S.A. na sociedade do grupo Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado, em função da revisão da intenção da Administração relativa a esta aplicação. Referida reclassificação não gera alteração na precificação do ativo.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	53.672.358	21.105.889	53.732.942	22.959.709
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.252.282	8.479.523	2.702.108	3.341.381
Resultado de Títulos de Renda Variável	(50.522)	91.876	133.661	(462.560)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	192.122	148.791
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(165.360)	(557.328)	(165.360)	(465.189)
Outras (3)	(2.448.782)	(370.874)	(2.360.519)	(609.970)
Total	57.259.976	28.749.086	54.234.954	24.912.162

(1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$29.463.679 no Banco e no Consolidado (2019 - receita de R\$473.791 no Banco e no Consolidado).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

Notas Explicativas

(3) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$2.707.556 (2019 – despesa de R\$ 473.619 no banco e consolidado) e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$347.036 no Banco e no Consolidado (2019 - despesa de R\$144.262 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2020		Banco 31/12/2019		31/12/2020		Consolidado 31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	14.746.581	17.925.675	8.620.854	10.167.632	14.729.641	18.652.196	14.625.238	16.701.678
Prêmios de Opções a Exercer	4.448.585	4.511.175	886.927	1.593.625	4.979.011	4.926.994	1.065.752	1.699.729
Contratos a Termo e Outros	13.085.550	12.690.276	1.678.454	2.221.955	13.131.423	12.690.275	1.750.150	2.221.955
Total	32.280.716	35.127.126	11.186.235	13.983.212	32.840.075	36.269.465	17.441.140	20.623.362

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de Contrato e Indexador

	31/12/2020			Banco 31/12/2019		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	476.214.481	(2.838.239)	(3.179.094)	530.538.398	(1.941.477)	(1.546.779)
Ativo	317.619.156	6.511.030	14.746.581	265.269.199	2.910.364	8.620.854
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	52.270.726	326.585	334.690	41.137.936	209.224	199.018
Taxa de Juros Pré - Reais	59.799.047	4.013.562	9.607.342	39.637.946	1.900.884	6.792.917
Indexados em Índices de Preços e Juros	5.124.411	959.322	1.093.119	2.954.640	218.540	301.476
Moeda Estrangeira	198.880.422	950.048	3.408.073	181.538.677	581.716	1.327.443
Outros	1.544.550	261.513	303.357	-	-	-
Passivo	158.595.325	(9.349.269)	(17.925.675)	265.269.199	(4.851.841)	(10.167.632)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	46.403.968	(6.911.747)	(14.018.319)	33.151.770	(3.025.371)	(94.260)
Taxa de Juros Pré - Reais	69.076.757	(2.183.507)	(2.772.479)	53.487.374	(990.820)	(7.410.825)
Indexados em Índices de Preços e Juros	33.026.691	(25)	(450.958)	125.014.868	(11.658)	(851.739)
Moeda Estrangeira	7.906.521	(231.185)	(327.145)	52.431.130	(816.100)	(1.685.199)
Outros	2.181.388	(22.805)	(356.774)	1.184.057	(7.892)	(125.609)
Opções	1.963.194.665	(282.109)	(62.590)	1.538.157.263	(713.535)	(706.698)
Compromissos de Compra	969.622.684	1.869.805	4.448.585	769.659.429	641.222	886.927
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.188.387	47.898	39.201	223.477	1.318	34
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.948.673	79.019	109.077	1.508.663	473	4.865
Opções de Compra Outras	101.568.876	558.794	563.157	174.166.801	295.668	136.084
Mercado Interfinanceiro	101.421.659	557.167	556.039	174.166.801	295.668	136.174
Outras (2)	147.217	1.627	7.118	-	-	(90)
Opções de Venda Outras	864.916.748	1.184.094	3.737.150	593.760.488	343.763	745.944
Mercado Interfinanceiro	864.852.555	1.183.630	3.733.690	593.760.488	343.763	746.006
Outras (2)	64.193	464	3.460	-	-	(62)
Compromissos de Venda	993.571.981	(2.151.914)	(4.511.175)	768.497.834	(1.354.757)	(1.593.625)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.537.669	(70.201)	699.243	254.944	(3.102)	(1.471)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	2.315.918	(137.061)	(192.334)	315.601	(1.528)	(4.340)
Opções de Compra Outras	120.254.124	(588.023)	(464.404)	174.166.801	(562.827)	(428.690)
Mercado Interfinanceiro	120.156.285	(566.813)	(464.404)	174.166.801	(562.827)	(428.617)
Outras (2)	97.839	(21.210)	-	-	-	(73)
Opções de Venda Outras	869.464.270	(1.356.629)	(4.553.680)	593.760.488	(787.300)	(1.159.124)
Mercado Interfinanceiro	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.426)	593.760.488	(787.300)	(1.159.037)
Outras (2)	135.953	(6.315)	43.746	-	-	(87)
Contratos de Futuros	268.807.002	-	-	432.564.397	-	-
Posição Comprada	109.940.706	-	-	72.332.139	-	-
Cupom Cambial (DDI)	12.438.698	-	-	7.105.006	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	97.502.008	-	-	55.430.519	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	9.781.856	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Índice (3)	-	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	14.758	-	-
Posição Vendida	158.866.296	-	-	360.232.258	-	-
Cupom Cambial (DDI)	73.114.013	-	-	145.668.039	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	67.323.206	-	-	196.170.105	-	-
Moeda Estrangeira	18.172.817	-	-	17.208.599	-	-
Índice (3)	256.260	-	-	290.254	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	895.261	-	-
Contratos a Termo e Outros	102.561.361	894.559	395.274	99.514.896	(900.818)	(706.698)
Compromissos de Compra	64.787.891	1.303.693	13.085.550	50.216.458	(269.708)	1.678.454
Moedas	57.121.562	1.303.693	13.077.413	50.215.375	(269.708)	1.677.364
Outros	7.666.329	-	8.137	1.083	-	1.090
Compromissos de Venda	37.773.470	(409.134)	(12.690.276)	49.298.438	(631.110)	(2.221.955)
Moedas	37.294.944	(408.912)	(12.692.636)	49.294.662	(631.085)	(2.221.955)
Outros	478.526	(222)	2.360	3.776	(25)	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	31/12/2020			Consolidado 31/12/2019		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	408.037.877	(2.838.239)	(3.922.555)	558.451.586	(1.941.477)	(2.076.440)
Ativo	283.308.405	6.511.030	14.729.641	279.253.821	2.910.364	14.625.238
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	45.872.335	326.585	2.686.294	40.341.402	209.224	6.231.769
Taxa de Juros Pré - Reais	54.159.847	4.013.562	9.607.343	45.240.041	1.900.884	6.792.920
Indexados em Índices de Preços e Juros	5.124.411	959.322	1.093.119	2.169.578	218.540	301.476
Moeda Estrangeira	178.076.136	950.048	1.039.528	191.502.800	581.716	1.299.073
Outros	75.676	261.513	303.357	-	-	-
Passivo	124.729.472	(9.349.269)	(18.652.196)	279.197.765	(4.851.841)	(16.701.678)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	33.239.800	(6.911.747)	(14.018.319)	24.273.545	(3.025.371)	(94.260)
Taxa de Juros Pré - Reais	49.644.709	(2.183.507)	(2.772.479)	69.561.856	(990.820)	(13.061.820)
Indexados em Índices de Preços e Juros	33.026.691	(25)	(450.958)	125.014.868	(11.658)	(1.681.390)
Moeda Estrangeira	6.636.884	(231.185)	153.695	59.163.439	(816.100)	(1.685.199)
Outros	2.181.388	(22.805)	(1.564.135)	1.184.057	(7.892)	(179.009)
Opções	2.043.286.079	(282.108)	52.017	1.446.536.131	(713.534)	(633.977)
Compromissos de Compra	1.006.266.895	1.869.805	4.979.011	678.089.904	641.140	1.065.752
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.188.387	47.898	39.201	171.871	1.318	(280)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.948.673	79.019	109.077	1.456.975	391	184.002
Opções de Compra Outras	134.761.946	558.794	1.093.583	98.154.363	295.668	136.086
Mercado Interfinanceiro	101.421.659	557.167	556.039	98.154.363	295.668	136.177
Outras (2)	33.340.287	1.627	537.544	-	-	(91)
Opções de Venda Outras	868.367.889	1.184.094	3.737.150	578.306.695	343.763	745.944
Mercado Interfinanceiro	864.852.555	1.183.630	3.733.690	578.306.695	343.763	746.006
Outras (2)	3.515.334	464	3.460	-	-	(62)
Compromissos de Venda	1.037.019.184	(2.151.913)	(4.926.994)	768.446.227	(1.354.674)	(1.699.729)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.537.669	(70.201)	699.241	254.944	(3.102)	(1.471)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	2.315.918	(137.061)	(192.334)	263.994	(1.445)	(2.841)
Opções de Compra Outras	130.919.392	(588.022)	(453.918)	174.166.801	(562.827)	(428.393)
Mercado Interfinanceiro	120.156.284	(566.812)	(464.404)	174.166.801	(562.827)	(428.620)
Outras (2)	10.763.108	(21.210)	10.486	-	-	227
Opções de Venda Outras	902.246.205	(1.356.629)	(4.979.983)	593.760.488 -	(787.300) -	(1.267.024)
Mercado Interfinanceiro	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.426)	593.760.488	(787.300)	(1.159.037)
Outras (2)	32.917.888	(6.315)	(382.557)	-	-	(107.987)
Contratos de Futuros	270.258.562	-	-	432.564.399	-	-
Posição Comprada	110.275.865	-	-	71.603.247	-	-
Cupom Cambial (DDI)	12.438.695	-	-	7.105.006	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	97.837.170	-	-	54.701.627	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	9.781.856	-	-
Índice (3)	-	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	14.758	-	-

Notas Explicativas *Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Posição Vendida	159.982.697	-	-	360.961.152	-	-
Cupom Cambial (DDI)	73.114.013	-	-	146.032.485	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	67.958.767	-	-	196.170.106	-	-
Moeda Estrangeira	18.653.657	-	-	17.305.604	-	-
Índice (3)	256.260	-	-	290.254	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	1.162.703	-	-
Contratos a Termo e Outros	107.761.737	2.693.758	441.148	99.514.898	(900.818)	(471.805)
Compromissos de Compra	67.378.024	1.370.653	13.131.423	50.216.459	(269.708)	1.750.150
Moedas	59.711.695	1.370.653	13.077.412	50.215.376	(269.708)	1.677.365
Outros	7.666.329	-	54.011	1.083	-	72.785
Compromissos de Venda	40.383.713	1.323.105	(12.690.275)	49.298.439	(631.110)	(2.221.955)
Moedas	39.905.187	1.323.327	(12.692.635)	49.294.662	(631.085)	(2.221.955)
Outros	478.526	(222)	2.360	3.777	(25)	-

- (1) Valor Nominal dos contratos atualizados.
(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

										Banco
										Valor Referencial
										</

										Consolidado
										Valor Referencial
				Contraparte	Abertura por Vencimento				Mercado de Negociação	
31/12/2020				31/12/2019	31/12/2020				31/12/2020	
	Partes	Instituições			Até 3	De 3 a	Acima de			
	Clientes Relacionadas	Financeiras (1)	Total	Total	Meses	12 Meses	12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)	
Swap	40.241.232	97.784.442	145.282.731	283.308.405	279.253.821	58.558.871	100.186.053	124.563.481	82.122.956	201.185.449
Opções	23.788.051	922.738	2.018.575.290	2.043.286.079	1.446.536.131	931.156.902	572.661.796	539.467.381	1.940.172.319	103.113.760
Contratos de Futuros	3.198.239	-	267.060.323	270.258.562	432.564.399	181.521.485	36.328.390	52.408.687	270.258.562	-
Contratos a Termo e Outros	65.182.912	28.236.248	14.342.577	107.761.737	99.514.898	57.871.971	27.950.831	21.938.935	100.923	107.660.814

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

31/12/2020												Banco
												31/12/2019
Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	601.119	1.447.179	2.336.460	2.867.523	1.735.340	1.420.344
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	60.414	575.714	1.254.893	1.146.503	1.194.479	876.548
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	540.705	551.594	1.081.567	1.095.391	540.862	543.796
Contratos de Futuros	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.854.445	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.854.445	-
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053	602.634	504.512	1.888.817	2.056.007	1.735.340	-
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	56.887	294.403	687.239	738.262	1.194.479	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053	545.747	210.109	1.201.578	1.317.745	540.862	-
Contratos de Futuros	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	17.726.566	18.680.868	3.219.566	789.631
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	14.506.878	15.195.149	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	3.219.688	3.485.719	3.219.566	789.631

31/12/2020												Consolidado
												31/12/2019
Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	602.633	1.283.074	3.208.463	4.227.057	2.605.830	3.249.742
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	56.887	585.670	2.021.557	1.398.121	1.964.670	1.118.210
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	545.747	697.404	1.186.907	2.828.936	641.160	2.131.532
Contratos de Futuros	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.427.125	789.631
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.427.125	789.631
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	-	-	6.786.840	6.622.857	5.316.632	4.502.378	-	5.163.218	7.123.121	7.460.859	5.499.281	5.624.154
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	3.494	977.621	1.058.007	687.239	90.518
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053	-	210.109	1.201.578	1.317.745	198.415	1.107.636
Hedge de Captações	-	-	5.484.174	5.194.804	4.013.966	3.074.325	-	4.949.615	4.943.922	5.085.106	4.613.628	4.426.000
Contratos de Futuros	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	17.726.566	18.680.868	54.194.819	4.501.878
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	14.506.878	15.195.149	50.975.253	4.501.878
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	3.219.688	3.485.719	3.219.566	-

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual é demonstrado a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstra-se o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) Valor atualizado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$6.972.063 (31/12/2019- R\$8.425.386).

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$11.169 (31/12/2019- R\$11.063) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$5.026 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

				Banco/Consolidado
				Valor Nominal
				31/12/2019
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.483.628	519.670	2.435.880	-
Total	3.483.628	519.670	2.435.880	-

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$1.506 (31/12/2019 – R\$ 0).

O efeito no PLE do risco recebido foi de R\$6.985 (31/12/2019 – R\$5.257).

Durante o exercício não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

				31/12/2019
				31/12/2020
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.702.213	5.342.992	4.363.665	5.950.561
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.155.275	1.086.556	6.155.275	1.086.556
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.814.273	660.918	2.814.273	841.790
Total	12.671.761	7.090.466	13.333.213	7.878.907

Notas Explicativas

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Créditos

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Operações de Crédito	279.580.267	211.251.830	338.110.717	280.899.334
Empréstimos e Títulos Descontados	179.058.116	116.282.045	179.172.031	130.994.834
Financiamentos	41.034.126	42.287.183	99.450.661	97.221.898
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.659.898	12.940.784	13.659.898	12.940.784
Financiamentos Imobiliários	45.828.127	39.741.818	45.828.127	39.741.818
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.471.384	2.800.998
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9) (1)	6.310.254	6.054.424	6.310.254	6.054.424
Outros Créditos	61.569.706	58.912.075	64.758.539	62.281.242
Créditos por Avais e Fianças Honrados	228.754	321.478	228.754	676.110
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido - Carteira de Câmbio	150.513	97.756	150.513	97.756
Outros Créditos Diversos (Nota 12)	61.190.439	58.492.841	64.379.272	61.507.376
Total	347.460.227	276.218.329	411.650.894	352.035.998

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 1.417.146 (31/12/2019 - R\$2.986.361) e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, sendo que deste montante, R\$ 108.160 se referem a cessões a entidades do Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foram realizadas cessões de créditos integralmente provisionadas sem coobrigação, no valor de R\$ 2.052.258 no Banco e no Consolidado relativas a operações de créditos em prejuízo, sendo que deste montante, R\$ 1.398.225 se referem a cessões a entidades do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 55.284 (31/12/2019- R\$75.833).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas	5.015.638	7.684.024	5.842.250	8.585.560
A vencer:			-	
Até 3 meses	101.913.270	76.147.368	111.058.613	87.843.597
De 3 a 12 meses	80.400.014	69.667.171	100.998.401	90.380.199
Acima de 12 meses	160.131.305	122.719.766	193.751.630	165.226.642
Total	347.460.227	276.218.329	411.650.894	352.035.998

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Setor Privado	346.441.422	275.100.365	410.630.891	350.916.654
Indústria	65.984.136	53.728.646	67.264.749	54.671.234
Comércio	43.967.769	33.864.887	47.902.610	39.183.683
Instituições Financeiras	2.140.177	1.983.283	2.157.962	1.991.233
Serviços e Outros (1)	58.085.560	41.607.698	60.971.259	44.886.880
Pessoas Físicas	172.102.567	140.385.488	228.089.977	206.623.415
Cartão de Crédito	37.427.267	34.914.437	37.427.267	34.914.437
Crédito Imobiliário	43.993.132	37.218.524	43.993.132	37.218.524
Crédito Consignado	47.029.722	27.941.932	47.029.722	42.446.859
Financiamento e Leasing de Veículos	2.249.094	2.379.093	55.874.243	51.774.184
Outros (2)	41.403.352	37.931.503	43.765.613	40.269.411
Agricultura	4.161.213	3.530.363	4.244.334	3.560.209
Setor Público	1.018.805	1.117.964	1.020.003	1.119.344
Governo Estadual (3)	399.669	441.599	399.669	441.599
Governo Municipal	619.136	676.365	620.334	677.745
Total	347.460.227	276.218.329	411.650.894	352.035.998

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

(3) Inclui, principalmente, operações de capital de giro.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

													Banco
													31/12/2019
													Provisão

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 31 de dezembro de 2020, o aumento na Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos - Adicional está relacionado com a alteração do cenário macroeconômico, que impactou nosso modelo de cálculo do provisionamento.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	18.661.967	16.734.154	21.408.092	18.789.123
Constituições Líquidas das Reversões	13.216.424	13.431.661	16.476.170	16.066.253
Baixas	(10.042.947)	(11.503.848)	(12.816.773)	(13.447.284)
Saldo Final	21.835.444	18.661.967	25.067.489	21.408.092
Créditos Recuperados	2.416.248	2.612.708	2.787.491	2.618.508

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Renegociados	18.197.875	13.752.395	22.987.914	16.292.323
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.196.227)	(7.525.483)	(10.411.547)	(8.283.230)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	50,5%	54,7%	45,3%	50,8%

g) Concentração de Crédito

	31/12/2020		Consolidado 31/12/2019	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	6.782.322	1,3%	4.207.082	0,9%
10 Maiores	33.571.246	6,5%	30.837.795	6,9%
20 Maiores	54.105.883	10,5%	48.360.114	10,9%
50 Maiores	89.753.598	17,4%	78.111.867	17,6%
100 Maiores	119.028.823	23,1%	102.168.739	23,0%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	52.142.905	72.686.870
Câmbio Comprado a Liquidar	39.312.834	51.666.587
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(187.033)	(153.239)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas	150.513	97.756
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	19.325	207.139
Total	91.438.544	124.505.113
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	57.128.318	74.013.458
Obrigações por Compra de Câmbio	34.057.723	50.036.741
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.310.254)	(6.054.424)
Outros	172	107
Total	84.875.959	117.995.882

Contas de Compensação

Créditos Abertos para Importação	1.633.619	845.095
Créditos de Exportação Confirmados	2.067.409	2.512.489

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	31/12/2020	Banco 31/12/2019
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	91.438.544	124.505.113
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	3.824.827	2.325.866
Relações Interfinanceiras	75.810.738	78.491.073
Relações Interdependências	728	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados	228.754	321.478
Total	171.303.591	205.643.530

	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	91.438.544	124.505.113
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	6.859.624	4.474.518
Relações Interfinanceiras	91.368.033	89.264.957
Relações Interdependências	728	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados	51.583	676.110
Total	189.718.512	218.920.698

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	175.179	992.552	3.015.501	2.804.768
Caixas de Registro e Liquidação	2.002	457	2.002	712
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	25.078	16.650	197.542	334.757
Bolsas - Depósitos em Garantia	2.915.264	486.995	2.919.758	486.995
Outros (1)	707.304	829.212	724.821	847.286
Total	3.824.827	2.325.866	6.859.624	4.474.518
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	303.266	1.056.647	3.109.306	2.897.003
Credores - Conta Liquidações Pendentes	4.976	4.392	160.488	253.128
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	672.577	492.209
Caixas de Registro e Liquidação	13	282	41.213	61.191
Comissões e Corretagens a Pagar	2.645	1.966	5.005	3.712
Outros	5.040	116	5.042	118
Total	315.940	1.063.403	3.993.631	3.707.361

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Notas Explicativas

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Créditos Tributários

a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2019	Incorporação	Constituição (4)	Realização	Banco Saldo em 31/12/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.047.657	129.225	5.927.566	(2.880.382)	17.224.066
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.503.264	25.875	645.515	(372.591)	1.802.063
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.541.030	38	213.010	(179.112)	1.574.966
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.249.941	1.650	1.295.501	(1.141.541)	2.405.551
Ágio	-	-	57.380	-	57.380
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	2.092.265	-	1.405.139	(1.289.160)	2.208.244
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	76.976	-	120.081	-	197.057
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.882.812	-	407.323	(926.701)	1.363.434
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	436.935	4.815	754.469	(760.631)	435.588
Outras Provisões Temporárias (3)	3.881.291	-	-	(982.830)	2.898.461
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	27.712.171	161.603	10.825.984	(8.532.948)	30.166.810
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	-	-	5.407.013	-	5.407.013
Contribuição Social - MP 2.158/2001	362.240	-	-	(187.082)	175.158
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	28.074.411	161.603	16.232.997	(8.720.030)	35.748.981

	Saldo em 31/12/2019	Incorporação	Constituição (4)	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.961.619	129.225	7.062.695	(3.672.508)	19.481.031
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.617.815	25.875	708.416	(458.729)	1.893.377
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.367.353	38	313.878	(198.497)	2.482.772
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.388.470	1.650	1.352.194	(1.189.237)	2.553.077
Ágio	-	-	57.380	-	57.380
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	2.095.470	-	1.411.852	(1.292.054)	2.215.268
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	153.977	-	122.911	(1)	276.887
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.897.061	-	407.833	(948.911)	1.355.983
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	496.819	4.815	825.882	(834.600)	492.916
Outras Provisões Temporárias (3)	4.155.209	-	184.993	(1.106.989)	3.233.213
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	31.133.793	161.603	12.448.034	(9.701.526)	34.041.904
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	408.338	-	5.407.013	(111.579)	5.703.772
Contribuição Social - MP 2.158/2001	362.240	-	-	(187.082)	175.158
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	31.904.371	161.603	17.855.047	(10.000.187)	39.920.834

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

(4) Inclui os efeitos da alteração da alíquota da CSLL para bancos de qualquer espécie, conforme emenda Constitucional nº103/19.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$41.418 (31/12/2019 – R\$209.771) no Consolidado.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

						Banco 31/12/2020
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	CSLL 18%	Registrados
2021	2.082.080	1.707.268	154.693	3.155.880	175.158	7.275.079
2022	6.616.719	5.319.817	154.693	-	-	12.091.229
2023	5.753.863	4.629.558	-	242.587	-	10.626.008
2024	409.632	327.705	-	2.008.546	-	2.745.883
2025	1.088.038	813.009	-	-	-	1.901.047
2026 a 2028	289.215	231.372	-	-	-	520.587
2029 a 2030	315.560	273.588	-	-	-	589.148
Total	16.555.107	13.302.317	309.386	5.407.013	175.158	35.748.981

						Consolidado 31/12/2020
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	CSLL 18%	Registrados
2021	2.730.722	2.083.663	157.549	3.225.180	175.158	8.372.272
2022	7.215.096	5.674.345	157.549	60.066	-	13.107.056
2023	6.307.729	4.955.392	-	266.517	-	11.529.638
2024	490.685	360.735	-	2.034.568	-	2.885.988
2025	1.645.140	1.120.842	-	9.520	-	2.775.502
2026 a 2028	293.385	232.467	-	107.921	-	633.773
2029 a 2030	331.687	284.918	-	-	-	616.605
Total	19.014.444	14.712.362	315.098	5.703.772	175.158	39.920.834

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$33.863.523 (31/12/2019 - R\$25.724.592) no Banco e R\$37.749.808 (31/12/2019 - R\$29.133.062) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 16.i)	-	-	-	-
Passivos Tributários Diferidos	4.433.050	5.444.706	5.042.170	6.013.811
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	22.562	-	214.506	460.654
Impostos e Contribuições a Pagar	933.222	1.069.765	2.051.704	1.817.392
Total	5.388.834	6.514.471	7.308.380	8.291.857

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em		Banco	
	31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	1.573.996	52.241	-	1.626.237
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	3.737.329	-	(1.065.147)	2.672.182
Superveniência de Arrendamento Mercantil	5.441	-	(36)	5.405
Outros	127.940	1.286	-	129.226
Total	5.444.706	53.527	(1.065.183)	4.433.050

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	1.686.421	86.732	(19.968)	1.753.185
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	3.807.649	13.566	(1.076.004)	2.745.211
Superveniência de Arrendamento Mercantil	318.240	33.813	(33.717)	318.336
Outros	201.501	34.804	(10.867)	225.438
Total	6.013.811	168.915	(1.140.556)	5.042.170

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

	Banco 31/12/2020			
	Diferenças Temporárias			Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2021	1.086.251	867.541	210.142	2.163.934
2022	1.086.251	867.541	210.142	2.163.934
2023	8.991	5.733	-	14.724
2024	7.189	5.733	-	12.922
2025	7.189	5.733	-	12.922
2026 a 2028	21.569	17.199	-	38.768
2029 a 2030	14.379	11.467	-	25.846
Total	2.231.819	1.780.947	420.284	4.433.050

	Consolidado 31/12/2020			
	Diferenças Temporárias			Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2021	1.291.831	910.694	215.136	2.417.661
2022	1.281.951	909.449	215.136	2.406.536
2023	62.079	13.547	1.822	77.448
2024	39.338	6.841	-	46.179
2025	10.681	6.674	-	17.355
2026 a 2028	27.064	19.274	-	46.338
2029 a 2030	17.803	12.850	-	30.653
Total	2.730.747	1.879.329	432.094	5.042.170

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	7.752.049	14.624.792	8.921.237	16.770.359
Participações no Lucro (1)	(1.668.086)	(1.557.012)	(1.857.937)	(1.734.870)
Resultado não Realizado	-	-	77.310	(62.160)
Resultado antes dos Impostos	6.083.963	13.067.780	7.140.610	14.973.329
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (4)	(2.737.783)	(5.227.112)	(3.213.275)	(5.989.332)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.353.205	1.089.766	23.273	17.746
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(55.549)	222.881	(56.651)	243.909
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	6.831.483	715.837	6.831.484	715.424
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	523.507	11.739	551.983	70.223
Juros sobre o Capital Próprio	1.472.877	1.474.192	1.502.888	1.601.009
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (4)	-	-	296.112	127.058
Demais Ajustes CSLL 5% (3)	56.791	2.646.305	63.642	2.700.000
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	527.655	87.102	540.011	51.890
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.972.186	1.020.710	6.539.467	(462.073)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de março de 2020, por tempo indeterminado (Nota 3.s).

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9% e 15%.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Santander Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determina que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Em R\$	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	16.792	1.512
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(30.375)	(2.777)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	312	(106)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	13.271	1.371

d) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019
Despesa com COFINS	1.705.772	2.137.264	2.476.433
Despesa com ISS	586.809	530.378	764.993
Despesa com PIS	277.187	343.250	421.427
Outras	271.578	218.051	317.621
Total	2.841.346	3.228.943	3.980.474

12. Outros Ativos

		Banco	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020 31/12/2019
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)			
Cartões de Crédito	31.861.356	28.854.952	31.861.356 28.973.079
Direitos Creditórios (1)	28.706.517	28.984.542	32.476.841 31.820.361
Devedores por Depósitos em Garantia			
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.756.068	5.644.233	7.507.557 7.445.344
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.978.893	2.022.832	2.144.435 2.208.429
Outros - Cíveis	1.108.009	1.057.348	1.330.431 1.319.644
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.i)	496	103.272	496 103.272
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.218.922	2.238.982	3.130.301 3.320.147
Pagamentos a Ressarcir	164.809	196.039	223.676 225.380
Adiantamentos Salariais/Outros	120.339	100.128	263.997 325.185
Plano de Benefícios a Funcionários	291.012	283.046	361.149 346.422
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	622.564	653.347	687.565 713.936
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	19.049	44.457	18.195 18.842
Rendas a Receber	2.546.048	2.383.717	2.356.322 2.182.125
Outros Valores e Bens	1.809.180	1.850.053	2.131.653 2.413.383
Outros	1.291.091	1.284.510	3.590.911 3.015.028
Total	78.494.353	75.701.458	88.084.885 84.430.577

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Santander Brasil EFC:

O Banco Santander detinha uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida. Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.). O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Agência Grand Cayman(3)		Agência de Luxemburgo(3)		Santander Brasil EFC (3)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	160.340.976	124.944.302	37.555.040	19.955.679	1.303	3.850.302
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	160.340.976	124.944.302	37.554.771	19.955.392	1.303	3.850.302
Disponibilidades	10.992.918	3.205.293	1.116.505	162.231	1.253	319.152
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.123.942	34.116.739	8.542.030	1.941.192	-	2.582.385
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros						
Derivativos	77.537.745	63.736.330	1.872.724	1.002.697		16.799
Operações de Crédito (1)	21.216.364	16.466.558	24.813.536	16.570.321	-	590.941
Carteira de Câmbio	6.800.895	4.145.245	884.473	167.985	-	-
Outros	5.669.112	3.274.137	325.503	110.966	50	341.025
Ativo Permanente	-	-	269	287	-	-
Passivo	160.340.976	124.944.302	37.555.040	19.955.679	1.303	3.850.302
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	108.823.123	70.332.537	30.939.233	15.429.041	18	303.219
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	31.461.468	10.798.572	4.161.763	2.469.606	-	29.766
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19.454.058	14.999.864	10.784.221	6.235.813	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.119.659	10.175.961		-	-	-
Obrigações por Empréstimos (2)	26.090.092	24.297.747	14.070.809	6.318.373	-	-
Carteira de Câmbio	6.869.559	4.120.196	908.932	168.134	-	-
Outros	11.828.287	5.940.197	1.013.508	237.115	18	273.453
Resultados de Exercícios						
Futuros	171	119	13.339	12.331	-	29
Patrimônio Líquido	51.517.682	54.611.646	6.602.468	4.514.307	1.285	3.547.054
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado do Período	2.933.240	2.606.115	804.660	338.068	(14.762)	(10.868)

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) A moeda funcional é o Real.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Perímetro de Consolidação

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	Participação Consolidado
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Investimentos	Atividade				
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	84	-	78,58%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	238.886	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) (3) (27)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras Atividades	7.184	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	69.565	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (6)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Atual Serviços de Recuperação de Créditos)	Recuperação de Créditos Inadimplidos	1.365.787	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	481.196	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A.	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Outras Atividades	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios)	Outras Atividades	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Outras Atividades	10.001	-	100,00%	100,00%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança LTDA	Outras Atividades	6.950	-		100,00%
Santander Tecnologia e Inovação LTDA	Outras Atividades	5.045	-		100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (PI DTVM)	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	-	100,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Return Capital)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	-	100,00%
Controlada da Return Capital					
Return Gestão de Recursos S.A. (Return Gestão de Recursos)	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	3.560	3.560	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	68.771,00	-	18,98%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros)	Corretora de Seguros	450	-	-	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	-	50,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	22.452	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda. (SMPS Brasil - atual denominação social da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda).	Outras Atividades	-	-	-	0,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	-	-	-	0,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Outras Atividades	23.243	-	-	51,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	532.426	-	-	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	517.505	-	-	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
 - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
 - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
 - Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
 - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
 - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
 - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) (2);
 - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (3);
 - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (4);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (5);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V);
 - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos; e
 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (6).
- A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 14) detém 100% das suas cotas subordinadas.
 - O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.
 - O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
 - O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
 - Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (Nota 14), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
 - Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Composição dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
					01/01 a	
					01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.832.949	78.296	4.583.567	4.528.041	61.901	36.928
Banco Bandepe S.A.	5.369.488	90.883	5.369.488	5.277.643	90.883	242.125
Santander Brasil EFC	41.812	(31.895)	41.636	3.547.055	(31.895)	(10.868)
Santander Corretora de Seguros	3.571.515	570.340	3.575.295	3.002.236	570.340	446.908
Getnet S.A.	2.072.033	289.960	2.071.772	2.611.765	289.960	581.422
Ágio na Aquisição de Participação Residual da Getnet S.A.	-	-	949.173	1.080.439	-	-
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	1.758.594	88.849	1.740.057	1.322.052	88.849	25.660
Aymoré CFI	1.542.272	743.312	1.542.259	937.539	743.312	608.780
Sancap	1.041.810	232.230	1.041.810	1.040.469	232.214	271.895
Banco Olé Consignado	-	-	-	926.278	154.380	31.859
Bosan S.A.	-	-	-	-	95.350	-
Santander CCVM	731.345	90.867	731.344	646.400	90.867	98.299
Banco RCI Brasil S.A.	1.405.452	180.636	560.648	524.503	72.057	102.927
Santander Brasil Consórcio	677.195	252.239	677.195	424.956	252.239	202.853
Outros	1.377.822	223.000	1.252.546	941.417	296.667	85.627
Total			24.136.790	26.286.290	3.007.124	2.621.488

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
					01/01 a	
					01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	652.920	117.067	123.924	94.155	22.219	12.498
Gestora de Crédito	143.400	(95.319)	28.680	47.744	(19.062)	(11.354)
Webmotors S.A.	209.746	55.462	146.822	126.440	38.823	42.847
Norchem Holdings	-	(151)	-	21.252	(33)	576
Cibrasec	-	-	-	-	-	202
Norchem Participações	-	666	-	21.080	333	975
EBP	11.457	80	1.273	3.889	9	199
Santander Auto	31.551	(4.842)	15.775	12.374	(2.422)	(2.169)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.088	221	1.044	934	110	(66)
PSA Corretora	1.533	453	767	540	226	656
Outras (2)	-	-	(6.433)	5.266	11.515	-
Total			311.852	333.674	51.718	44.364

15. Imobilizado de Uso

	Banco			
	Custo	Depreciação	31/12/2020 Residual	31/12/2019 Residual
Imóveis de Uso	2.443.916	(848.843)	1.595.073	1.673.270
Terrenos	640.650	-	640.650	651.442
Edificações	1.803.266	(848.843)	954.423	1.021.828
Outras Imobilizações de Uso	12.405.737	(7.898.271)	4.507.465	4.540.898
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.862.706	(2.862.850)	1.999.855	1.983.667
Sistemas de Processamento de Dados	2.245.466	(1.319.215)	926.251	644.890
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.333.491	(2.973.797)	1.359.694	1.472.669
Sistemas de Segurança e Comunicações	664.382	(493.204)	171.178	222.998
Outras	299.692	(249.205)	50.486	216.674
Total	14.849.653	(8.747.114)	6.102.538	6.214.168

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

			31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.744.391	(902.862)	1.841.529	1.924.457
Terrenos	715.969	-	715.969	718.846
Edificações	2.028.422	(902.862)	1.125.560	1.205.611
Outras Imobilizações de Uso	14.220.916	(9.015.760)	5.205.157	5.256.631
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.977.204	(2.888.816)	2.088.388	2.057.422
Sistemas de Processamento de Dados	2.495.703	(1.440.780)	1.054.923	766.320
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.435.186	(3.036.344)	1.398.841	1.492.137
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.984.215	(1.397.821)	586.394	694.409
Outras	328.609	(251.999)	76.610	246.343
Total	16.965.308	(9.918.622)	7.046.686	7.181.088

16. Intangível

			31/12/2020	Banco 31/12/2019
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.361.252	(26.860.387)	500.865	274.745
Outros Ativos Intangíveis	9.510.686	(5.290.104)	4.220.582	3.777.511
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	5.554.983	(3.454.375)	2.100.607	1.851.076
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.782.324	(1.817.553)	1.964.771	1.926.342
Outros	173.379	(18.175)	155.203	93
Total	36.871.937	(32.150.491)	4.721.447	4.052.256

			31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	29.680.240	(27.661.542)	2.018.698	1.611.812
Outros Ativos Intangíveis	10.208.203	(5.755.284)	4.452.920	4.100.986
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.156.895	(3.843.738)	2.313.156	2.118.798
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.782.324	(1.817.553)	1.964.771	1.926.342
Outros	268.985	(93.992)	174.992	55.846
Total	39.888.443	(33.416.826)	6.471.617	5.712.798

(*) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve registro de impairment.

Em janeiro de 2020, o Banco Santander adquiriu a participação remanescente sobre o Banco Olé Consignado, no valor de R\$1.608 milhões, gerando um ágio de R\$982 milhões. Em junho de 2020, foi concluído o PPA de alocação do ágio, no qual foram identificados ativos intangíveis no valor total de R\$371 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

17. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

						Banco	
						31/12/2020	31/12/2019
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	
Depósitos	105.618.316	98.290.797	88.611.706	99.950.659	392.471.480	274.212.166	
Depósitos à Vista	42.236.911	-	-	-	42.236.911	29.392.188	
Depósitos de Poupança	63.306.504	-	-	-	63.306.504	49.039.857	
Depósitos Interfinanceiros	-	2.446.845	2.218.123	338.508	5.003.476	4.673.772	
Depósitos a Prazo (1)	74.901	95.843.952	86.393.583	99.612.151	281.924.587	191.106.349	
Outros Depósitos	2	-	-	-	2	-	
Captações no Mercado Aberto	-	103.866.107	9.875.868	46.229.485	159.971.460	129.632.447	
Carteira Própria	-	96.932.868	4.754.855	-	101.687.723	97.387.683	
Títulos Públicos	-	86.158.762	4.734.041	-	90.892.803	87.881.427	
Títulos de Emissão Própria	-	824	-	-	824	86.595	
Outros	-	10.773.282	20.814	-	10.794.096	9.419.661	
Carteira de Terceiros	-	6.283.007	-	-	6.283.007	8.743.348	
Carteira de Livre Movimentação	-	650.232	5.121.013	46.229.485	52.000.730	23.501.416	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	14.234.406	21.809.567	51.015.833	87.059.806	91.579.368	
Recursos de Aceites Cambiais	-	-	101.493	-	101.493	-	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	8.770.350	15.223.984	30.346.295	54.340.629	68.716.278	
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.900.612	5.885.390	16.924.529	25.710.531	24.995.265	
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.129.441	5.214.209	7.403.181	14.746.831	14.776.877	
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.740.297	3.893.014	5.116.600	12.749.911	27.587.340	
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4) (5)	-	-	231.371	901.985	1.133.356	1.356.796	
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	5.316.855	5.161.128	19.755.257	30.233.240	19.419.513	
Certificados de Operações Estruturadas	-	147.201	1.322.962	914.281	2.384.444	3.443.577	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	18.720.613	39.949.621	9.049.917	67.720.151	57.413.704	
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124	54.971.763	45.659.127	
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124	54.971.763	31.794.109	
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	-	-	13.865.018	
Obrigações por Repasses do País	-	2.495.015	2.425.580	7.827.793	12.748.388	11.754.577	
Total	105.618.316	235.111.923	160.246.762	206.245.894	707.222.897	552.837.685	

Notas Explicativas

Consolidado

31/12/2020 31/12/2019

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	105.202.694	97.842.617	87.695.722	99.310.763	390.051.798	272.927.991
Depósitos à Vista	41.821.289	-	-	-	41.821.289	29.107.534
Depósitos de Poupança	63.306.504	-	-	-	63.306.504	49.039.857
Depósitos Interfinanceiros	-	1.978.525	1.343.393	1.823.507	5.145.425	4.299.290
Depósitos a Prazo (1)	74.901	95.864.092	86.402.621	97.436.964	279.778.578	190.344.470
Outros Depósitos	2	-	-	-	2	136.840
Captações no Mercado Aberto	-	98.891.664	9.875.868	46.229.485	154.997.017	123.940.990
Carteira Própria	-	91.958.425	4.754.855	-	96.713.280	91.696.225
Títulos Públicos	-	81.184.319	4.734.041	-	85.918.360	82.189.969
Títulos de Emissão Própria	-	824	-	-	824	86.595
Outros	-	10.773.282	20.814	-	10.794.096	9.419.661
Carteira de Terceiros	-	6.283.007	-	-	6.283.007	8.743.348
Carteira de Livre Movimentação	-	650.232	5.121.013	46.229.485	52.000.730	23.501.417
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	10.759.037	19.790.100	40.078.630	70.627.767	85.962.615
Recursos de Aceites Cambiais	-	53.262	411.671	710.861	1.175.794	1.591.753
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	8.971.410	16.221.326	32.475.516	57.668.252	72.211.903
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.900.612	5.885.390	16.924.529	25.710.531	24.995.265
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.129.441	5.214.209	7.403.181	14.746.831	14.776.877
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.941.357	4.890.356	7.245.821	16.077.534	31.082.965
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)(5)	-	-	231.371	901.985	1.133.356	1.356.796
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.587.164	1.834.141	5.977.972	9.399.277	8.715.382
Certificados de Operações Estruturadas	-	147.201	1.322.962	914.281	2.384.444	3.443.577
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	18.720.613	39.989.420	9.049.917	67.759.950	54.879.561
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	39.799	-	39.799	47.388
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124	54.971.763	43.077.596
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124	54.971.763	31.794.109
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	-	-	11.283.487
Obrigações por Repasses do País	-	2.495.015	2.425.580	7.827.793	12.748.388	11.754.577
Total	105.202.694	226.213.931	157.351.110	194.668.795	683.436.532	537.711.157

- (1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.
- (2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2027.
- (3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2025.
- (4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2023 (31/12/2019 - com prazo de vencimento entre 2021 e 2022).
- (5) Captação feita no âmbito da linha Compulsória Especial de Liquidez nos termos da Resolução 4.795/20.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2024 (31/12/2019 - até o ano de 2023) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,35% a.a. a 4,3% a.a. (31/12/2019 - de 0,28% a.a. a 3,8% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2020	Banco	31/12/2020	Consolidado
						31/12/2019		31/12/2019
Eurobonds	2017	2020	BRL	4,4%	-	929.042	-	929.042
Eurobonds	2017	2021	BRL	4,4%	14.469	63.181	14.469	63.181
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10,0%	857.678	664.996	853.929	664.996
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%	-	37.476	-	37.476
Eurobonds	2018	2020	USD	Acima de 3,5%	-	35.438	-	35.438
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	1.625.192	1.260.099	1.625.192	1.260.099
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	1.841.240	1.427.601	1.720.186	1.427.601
Eurobonds	2019	2020	USD	0% a 4,4%	-	7.563.963	-	3.556.724
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI + 6,4%	6.513.222	7.424.010	1.279.507	727.118
Eurobonds	2020	2021	USD	CDI + 1,9%	170.257		170.257	
Eurobonds	2020	2021	USD	0% a 4%	10.061.315		3.252.485	
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4%	4.800.393		16.923	
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI + 1,9%	121.925		121.925	
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 8%	1.527.334		22.887	
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI + 1,9%	223.435		223.435	
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI + 1,9%	2.476.780		98.082	
Outros					-	13.707	-	13.707
Total					30.233.240	19.419.513	9.399.277	8.715.382

b) Abertura de contas de resultado

	01/01 a 31/12/2020	Banco	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
		01/01 a 31/12/2019		
Depósitos a Prazo (1) (2)	10.229.409	10.367.577	11.340.893	9.346.184
Depósitos de Poupança	1.389.355	2.041.669	1.389.356	2.041.669
Depósitos Interfinanceiros	200.753	399.870	259.594	192.911
Captação no Mercado Aberto	7.027.108	9.458.914	6.850.518	9.301.152
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	144.130	109.282
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (3)	24.350.964	7.318.896	25.268.553	7.635.685
Outras	1.397.188	585.304	627.631	587.670
Total	44.594.777	30.172.230	45.880.675	29.214.553

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$909.392 (2019 - R\$503.540), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$9.586 no Banco e no Consolidado (2019 - despesa de variação cambial no valor de R\$1.207.360 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 2020 inclui despesa de variação cambial no valor de R\$22.189.857 no Banco e no Consolidado (2019 – Despesa de variação cambial no valor de R\$254.437).

18. Outros Passivos Financeiros

a. Outros Passivos Financeiros

	Banco	
	31/12/2020	31/12/2019
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	84.875.959	117.995.882
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	315.940	1.063.403
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 18.b)	13.119.660	10.175.961
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	94.975	96.928
Relações Interfinanceiras	25.223	41.756
Relações Interdependências	4.831.517	4.019.119
Total	103.263.274	133.393.049

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	84.875.959	117.995.882
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	3.993.631	3.707.631
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 18.b)	13.119.660	10.175.961
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	97.453	131.179
Relações Interfinanceiras	435.173	369.578
Relações Interdependências	4.831.517	4.019.119
Total	107.353.393	136.399.350

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Nível I (2)	novembro/18	Sem Prazo (Perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.554.451	5.092.153
Nível II (2)	novembro/18	novembro/28	US\$1.250	6,125%	6.565.209	5.083.808
Total					13.119.660	10.175.961

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2020.

(2) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

19. Outros Passivos

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	3.178.674	2.402.614
Provisão Técnica para Operações de Previdência (3)	-	-	-	1.901.721
Obrigações com Cartões de Crédito	31.177.114	27.526.591	44.825.229	36.188.873
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	4.249.744	4.346.769	6.707.293	6.630.722
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	5.921.882	6.179.885	6.342.280	6.739.989
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 19.a)	-	166.105	255.179	166.105
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	3.887.144	4.901.691	3.929.265	4.956.851
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	28.538	23.034	28.538	23.034
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.i)	-	102.482	-	102.482
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.i) (2)	496	791	496	791
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.718.919	1.697.771	1.990.309	1.960.884
Despesas Administrativas	407.652	388.954	588.276	593.593
Outros Pagamentos	33.120	40.179	504.451	135.235
Credores por Recursos a Liberar	2.356.760	1.188.637	2.356.760	1.188.637
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	637.907	580.988	637.907	580.988
Fornecedores	571.880	437.208	958.713	1.242.839
Sociais e Estatutárias	1.502.039	8.188.762	1.589.096	8.376.961
Outras (1)	7.232.564	6.088.000	13.651.559	9.571.480
Total	59.725.759	61.857.847	87.544.024	82.763.799

(1) Inclui impactos da variação cambial referentes às Notes (Nota 18b).

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco, não havendo impacto em resultado (Nota 20 e 21.i).

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de inadimplência. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	31/12/2020		Banco/Consolidado	
			31/12/2019	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	1.813.620	4.121	439.507	3.017
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	5.602.995	5.403	5.243.996	4.426
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.361.792	1.846	1.488.371	2.602
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	-	-	340.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	12.082.480	175.443	12.934.282	107.231
Outros Avais	335.281	1.689	276.506	1.334
Outras Fianças Bancárias	16.532.462	33.055	13.944.007	37.585
Outras Garantias Financeiras Prestadas	5.047.032	33.622	3.600.051	9.910
Total	42.775.662	255.179	38.266.720	166.105

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	166.105	201.411
Constituição (Nota 29)	99.035	13.380
Reversão (1) (Nota 29)	(9.961)	(48.686)
Saldo	255.179	166.105

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.249.744	4.346.769	6.707.293	6.630.722
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	5.921.882	6.179.885	6.342.280	6.739.988
Ações Trabalhistas	2.656.098	3.216.008	2.900.835	3.517.431
Ações Cíveis	3.265.784	2.963.877	3.441.445	3.222.557
Total	10.171.626	10.526.654	13.049.573	13.370.710

Notas Explicativas

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2020			Banco 01/01 a 31/12/2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.346.769	3.216.008	2.963.877	4.079.141	3.543.801	3.144.600
Constituição Líquida de Reversão (1) (3)	(130.820)	893.227	632.425	190.028	1.082.166	312.423
Atualização Monetária	91.797	28.871	195.763	139.412	80.637	261.528
Baixas por Pagamento	(58.002)	(1.482.008)	(526.281)	(61.812)	(1.490.596)	(754.674)
Saldo Final	4.249.744	2.656.098	3.265.784	4.346.769	3.216.008	2.963.877
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.584.778	779.992	671.035	1.580.209	1.074.497	621.366
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.855	3.191	826	10.630	17.913	24.441
Total dos Depósitos em Garantia (2)	1.589.633	783.183	671.861	1.590.839	1.092.410	645.807

	01/01 a 31/12/2020			Consolidado 01/01 a 31/12/2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.630.722	3.517.431	3.222.557	6.294.008	3.829.975	3.401.483
Constituição Líquida de Reversão (1)(3)	66.144	985.903	807.086	197.158	1.137.392	491.755
Atualização Monetária	132.163	35.108	199.306	217.949	102.247	266.496
Baixas por Pagamento	(121.737)	(1.637.607)	(787.504)	(78.393)	(1.552.183)	(937.177)
Saldo Final	6.707.293	2.900.835	3.441.445	6.630.722	3.517.431	3.222.557
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.860.113	849.400	677.847	2.552.068	1.161.209	629.088
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	5.737	3.190	826	11.488	17.913	24.441
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.865.850	852.590	678.673	2.563.556	1.179.122	653.529

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos a contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco, não havendo impacto em resultado (Notas 20 e 21.i).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Naturezas Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e COFINS - R\$1.934.120 no Banco e R\$4.008.137 no Consolidado (31/12/2019 - R\$1.903.369 no Banco e R\$3.769.611 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$114.449 no Consolidado (31/12/2019 - R\$112.548 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008,

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

convertida na Lei nº 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, optamos pelo pagamento dos valores discutidos, exceto para a empresa Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil (RCI), que permanece aguardando julgamento.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 924.457 (31/12/2019 - R\$ 906.355) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso de Apelação. Em 08 de dezembro de 2020, a apelação foi julgada, mantendo-se a sentença de primeiro grau. Aguarda-se publicação do acórdão para a interposição dos respectivos recursos aos tribunais superiores. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$51.402 no Banco e R\$51.409 no Consolidado (31/12/2019 - R\$282.046 no Banco e R\$282.053 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$239.370 no Banco e R\$263.183 no Consolidado (31/12/2019 - R\$208.561 no Banco e R\$224.631 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.h.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa – Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referente ao período de 1996. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Tribunal de Justiça Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander. Intitulamos ação rescisória para reverter a decisão do processo principal e suspender a execução processual. A ação rescisória foi julgada improcedente em 2020, posteriormente, será interposto em fevereiro de 2021, recurso de extraordinário ao STF. Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. A atual decisão do tribunal não define um valor específico a ser pago pelos réus (isso só seria determinado quando a decisão final fosse proferida e o processo de execução iniciado, o que não ocorreu até o presente momento)

Em 31 de dezembro de 2020, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$27.671 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$4.931 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$3.582 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$4.644 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.440 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$581 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.072 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$646 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$488 milhões.

Amortização do Ágio da Getnet Tecnologia - as autoridades fiscais lavraram autos de infração contra Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A e Banco Santander (Brasil) S.A. para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição da Getnet Tecnologia., referentes ao período base de 2014 a 2018. Na visão da Receita Federal, a empresa não teria cumprido os requisitos legais para tal amortização. Ambas companhias apresentaram as respectivas defesas e aguardam julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$807 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$227 milhões no Consolidado, excluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.753 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$0, R\$0 e R\$496 (31/12/2019 - R\$102.481, R\$213 e R\$578) no Banco e no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

			Em Milhares de Ações			
			31/12/2020		31/12/2019	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	109.885	135.438	245.323	90.069	115.785	205.854
De Domiciliados no Exterior	3.708.810	3.544.398	7.253.208	3.728.626	3.564.051	7.292.677
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(18.829)	(18.829)	(37.658)	(16.702)	(16.702)	(33.404)
Total em Circulação	3.799.866	3.661.007	7.460.873	3.801.993	3.663.134	7.465.127

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei n° 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei n° 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A seguir, apresentamos a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

31/12/2020							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	890.000	113,7129	125,0842	238,7972	96,6560	106,3216	202,9776
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	770.000	98,3793	108,2172	206,5965	83,6224	91,9846	175,6070
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.000.000	127,7636	140,5400	268,3036	108,5991	119,4590	228,0580
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	665.000	84,9626	93,4589	178,4214	72,2182	79,4400	151,6582
Total	3.325.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos a partir de 1º de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

31/12/2019							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291	108,4475	119,2922	227,7397
Juros sobre o Capital Próprio (2) (6)	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438	108,4939	119,3433	227,8372
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	1.000.000	127,6610	140,4271	268,0881	108,5119	119,3631	227,8750
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	1.010.000	128,9673	141,8641	270,8314	109,6222	120,5844	230,2066
Dividendos Intercalares (5) (6)	6.790.000	867,0180	953,7197	1.820,7377	-	-	-
Total	10.800.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor de juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Notas Explicativas

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações	
	31/12/2020	31/12/2019
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	16.702	13.317
Aquisições de Ações	5.052	6.465
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(2.925)	(3.080)
Ações em Tesouraria no Final do Período	18.829	16.702
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$789.587	R\$679.364
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$791.358	R\$681.135
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$33,24	R\$32,10
Custo Máximo (*)	R\$49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$44,83	R\$42,60

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados no valor de R\$ 621.327.820 (31/12/2019 - 77.044). Em 31 de dezembro de 2020, foi registrado no resultado o montante de R\$ 698.374.764 (2019 - R\$92.497) referente ao lucro não realizado.

f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 2.b)	844.805	790.340	108.578	155.095
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	162.010	148.589	13.537	(2.494)
Banco PSA (Nota 2.b)	136.806	131.222	12.308	16.446
Rojo Entretenimento S.A.	7.087	7.245	(159)	230
Santander Leasing (Nota 2.b)	-	447	(877)	3
Olé Consignado (Nota 2.b)	-	617.518	-	204.111
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (1)	-	-	-	8.376
Getnet S.A. (Nota 2.b)	-	-	-	3.961
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (1)	-	-	-	4.117
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Nota 2.c)	-	-	-	2.584
Total	1.150.708	1.695.361	133.387	392.429

(1) Fundos de investimentos encerrados durante o exercício de 2019.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2020 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2020, no montante de até R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que foi realizada em 30 de abril de 2020.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Remuneração Fixa	92.283	91.009
Remuneração variável - Em espécie	83.352	71.126
Remuneração variável - Em ações	81.306	80.832
Outras	48.783	47.926
Total Benefícios de Curto Prazo	305.905	290.893
Remuneração variável - Em espécie	98.407	92.704
Remuneração variável - Em ações	97.729	102.046
Total Benefícios de Longo Prazo	196.135	194.750
Total	502.040	485.643

(*) A tabela inclui saldo de remuneração variável diferida de exercícios anteriores, devidamente contabilizados nos respectivos anos de competência

Adicionalmente, no exercício de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$29.162 (2019 - R\$35.128).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

Notas Explicativas

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Em Milhares de Ações 31/12/2020					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,07%	-	0,0%	0,0%
Funcionários	2.046	0,05%	2.046	0,06%	0,1%
Administradores (*)	4.034	0,11%	4.034	0,11%	0,1%
Outros	353.616	9,3%	381.420	10,4%	9,8%
Total em Circulação	3.799.866	99,5%	3.661.007	99,5%	99,5%
Ações em Tesouraria	18.829	0,5%	18.829	0,5%	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	100,0%
"Free Float" (2)	355.662	9,3%	383.466	10,4%	9,9%

Em Milhares de Ações 31/12/2019					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	47,3%
GES (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	13,9%
Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	0,1%
Administradores (*)	4.525	0,1%	4.525	0,1%	0,1%
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	9,9%
Total em Circulação	3.801.993	99,6%	3.663.134	99,6%	99,6%
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,4%	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	100,0%
"Free Float" (2)	358.248	9,4%	386.053	10,5%	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco				Consolidado			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019
Disponibilidades	12.913.526	-	840.686	-	12.896.899	-	1.106.373	-
Banco Santander Espanha (1)	2.475.959	-	770.425	-	2.459.332	-	1.089.578	-
Santander Bank, National Association	10.315.450	-	-	-	10.315.450	-	-	-
Diversos	122.117	-	70.261	-	122.117	-	16.795	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	74.635.984	3.277.632	76.904.602	5.384.867	-	8.469	4.111.489	92.067
Aymoré CFI (2)	45.970.236	2.455.426	42.683.530	3.736.896	-	-	-	-
Banco Santander Espanha (1)	-	8.442	4.111.489	91.907	-	8.469	4.111.489	92.067
Banco PSA	1.012.276	1.983	-	-	-	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (2)	3.565.452	185.646	4.314.399	218.661	-	-	-	-
Bandepe (2)	21.429.296	517.065	10.051.166	176.234	-	-	-	-
Olé Consignado (2)	-	-	12.412.492	1.032.821	-	-	-	-
Diversos	2.658.724	109.070	3.331.526	128.348	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	312.469	9.656	375.377	21.140	-	-	-	-
Santander Leasing (2)	312.469	9.656	375.377	21.140	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(2.584.973)	(1.722.000)	(1.004.057)	(1.508.913)	(1.103.558)	(620.890)	(1.172.059)	(415.105)
Fundo de Investimento Santillana (3)	(130.038)	(345.874)	(113.931)	(598)	(130.038)	(345.874)	(113.931)	(598)
Banco Santander Espanha (1)	(978.700)	(146.870)	(1.026.552)	(350.789)	(973.520)	(275.393)	(1.058.128)	(414.585)
Santander FI Amazonas (2)	162.513	182.550	-	-	-	-	-	-
Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2)	(1.052.385)	1.087.711	255.838	882.378	-	-	-	-
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Invest	92.370	(8.414)	-	-	-	-	-	-
Santander FI Diamantina (2)	(678.733)	(2.482.570)	(201.763)	(2.222.486)	-	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	377	-	78	-	377	-	78
Diversos	-	(8.910)	82.351	182.504	-	-	-	-
Relações Interfinanceiras	17.447.264	9.869	9.206.678	5.270	-	-	-	-
Getnet S.A. (2) (6)	17.444.497	6.585	9.198.824	2.107	-	-	-	-
Santander Leasing (2)	2.767	3.284	7.854	3.163	-	-	-	-
Operações de Crédito	1.149.718	1.082	616.157	534	98.522	1.107	11.284	512
Getnet S.A. (2)	1.051.358	-	605.157	-	-	-	-	-
Gestora de Inteligência de Crédito	66.667	-	-	-	66.667	-	-	-

Relatório da Administração		Relatório dos Auditores Independentes		Demonstrações Financeiras		Notas Explicativas		Declarações dos Diretores		Versão
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.										
Notas Explicativas										
Loop Gestão de Pátios S.A.	11.966	-	-	-	11.966	-	-	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	19.727	1.082	11.000	534	19.889	1.107	11.284	512	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Receber	260.899	-	280.500	-	18.568	-	20.367	-	-	-
Aymoré CFI (2)	176.537	-	37.949	-	-	-	-	-	-	-
Santander CCVM (2)	5.179	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandepe (2)	855	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (2)	20.536	-	25.091	-	-	-	-	-	-	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	13.438	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santander Leasing (2)	3.507	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santander Corretora de Seguros (2)	5.459	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santander Auto S.A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Webmotors S.A (4)	-	-	-	-	18.455	-	20.367	-	-	-
Getnet S.A. (2)	29.488	-	67.518	-	-	-	-	-	-	-
Sancap Investimentos e Participações S.A. (2)	-	-	64.594	-	-	-	-	-	-	-
Olé Consignado (2)	-	-	75.000	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	5.900	-	10.347	-	113	-	-	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	342.974	5.465	504.782	17.463	342.974	90.713	504.782	30.819	-	-
Banco Santander Espanha (1)	342.974	5.465	504.782	17.463	342.974	90.713	504.782	30.819	-	-
Carteira de Câmbio - Líquida	(353.445)	665.980	294.581	(282.055)	(353.445)	665.980	294.581	(282.055)	-	-
Banco Santander Espanha (1)	(353.445)	665.800	294.581	(282.247)	(353.445)	665.800	294.581	(282.247)	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	180	-	192	-	180	-	192	-	-
Rendas a Receber	892.761	2.055.724	884.878	2.222.220	915.137	3.009.987	901.574	2.656.637	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7)	835.680	1.826.204	826.100	1.990.539	858.056	2.768.088	842.796	2.424.476	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7)	57.081	229.520	58.778	231.681	57.081	241.899	58.778	232.161	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	20.353	598.589	19.396	683.765	13.681	12.379	5.022	6.948	-	-
Santander Capitalização S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aymoré CFI (2)	-	393.603	-	475.790	-	-	-	-	-	-
Santander FI Diamantina (2)	1.604	34.502	-	-	-	-	-	-	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.(3)	169	6.558	-	-	169	6.558	169	4.021	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	-	-	532	-	-	-	-	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	978	-	-	-	-	-	-	-	-
Santander CCVM (2)	-	67.742	-	59.221	-	-	-	-	-	-
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-
Santander Brasil Consórcio	419	22.380	-	19.771	-	-	-	-	-	-
Santander Corretora de Seguros (2)	-	33.599	-	32.615	-	-	-	-	-	-
Esfera Fidelidade S.A.	4.757	3.080	10.064	6.409	-	-	-	-	-	-
Banco Santander Espanha (1)	4.516	-	4.516	-	4.516	-	4.516	-	-	-
Santander Digital Assets, SL	-	-	-	-	8.105	-	-	-	-	-
Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2)	6.795	3.912	2.883	9.624	-	-	-	-	-	-
Getnet S.A. (2) (6)	632	6.352	316	35.115	-	-	-	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	-	3.898	-	-	-	3.898	-	812	-	-
Diversos	1.461	21.985	1.617	45.220	336	1.923	337	2.115	-	-

Relatório da Administração		Relatório dos Auditores Independentes		Demonstrações Financeiras		Notas Explicativas		Declarações dos Diretores		Versão
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.										
Resultado não operacional		-	168.588	-	-	-	-	168.588	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.		-	168.588	-	-	-	-	168.588	-	-
Outros Créditos - Diversos		1.452.382	226.434	307.201	379.433	1.486.386	149.424	347.335	54.033	
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.		-	-	-	-	-	8.006	-		
Banco Santander Espanha (1)		1.444.376	-	273.232	6.448	1.486.341	(35)	347.335	6.311	
Santander Capitalização S.A. (2)		4.416	175.657	29.749	333.964	-	-	-	-	
Banco Santander International (3)		-	45.261	-	35.294	-	45.261	-	35.294	
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)		-	1.499	-	-	-	8.525	-	8.509	
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.(3)		-	-	-	-	-	1.703	-	1.972	
Pessoal Chave da Administração		-	165	-	202	-	308	-	343	
Diversos		3.590	3.852	4.220	3.525	45	85.656	-	1.604	
Depósitos		(23.503.316)	1.183.447	(12.220.825)	(1.379.602)	(946.054)	(22.655)	(1.073.134)	(118.316)	
Santander Leasing (2)		(81.354)	(4.142)	(64.547)	(8.495)	-	-	-	-	
Banco Santander Espanha (1)		(13.156)	-	(12.294)	-	(55.059)	-	-	-	
Aymoré CFI (2)		(190.480)	(26.628)	(672.355)	(178.815)	-	-	-	-	
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7)		(64.836)	-	(199.934)	-	(64.836)	-	-	-	
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7)		(6.443)	-	-	-	(6.443)	-	(199.934)	-	
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.(3)		(335)	(5.664)	(332.916)	(16.387)	(335)	(5.664)	(332.916)	(16.387)	
Fundo de Investimento Santillana (3)		(44)	-	(20.571)	(67.821)	(44)	-	(20.571)	(67.821)	
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)		(780)	(53)	-	-	-	-	-	-	
Banco RCI Brasil S.A. (2)		(226.046)	(6.226)	-	-	-	-	-	-	
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)		(581.543)	(14.645)	(404.427)	(27.595)	(581.543)	(14.645)	-	-	
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (3)		-	-	-	-	-	-	(404.427)	(27.595)	
Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2)		-	-	(745.350)	-	-	-	-	-	
Getnet S.A. (2)		(242.391)	-	(196.757)	-	-	-	-	-	
Santander FI Diamantina (2)		(21.416.222)	1.250.951	(8.920.327)	(1.039.080)	-	-	-	-	
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.		(36.390)	(1)	-	-	(36.390)	(1)	-	-	
Pessoal Chave da Administração		(36.705)	(823)	(36.068)	(2.028)	(36.762)	(823)	(36.104)	(2.028)	
Diversos		(606.591)	(9.322)	(615.279)	(39.381)	(164.642)	(1.522)	(79.182)	(4.485)	
Operações Compromissadas		(7.160.549)	(227.283)	(5.691.457)	(158.890)	(2.186.105)	(53.243)	-	(19)	
Santander FI Amazonas(3)		(501.984)	(7.020)	(131.317)	(15.580)	-	-	-	-	
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.		-	(1.806)	-	-	-	(1.806)	-	-	
Santander Leasing (2)		(151.438)	(35.980)	(1.253.584)	(80.176)	-	-	-	-	
Santander CCVM (2)		(202.222)	(3.732)	(97.488)	(5.001)	-	-	-	-	
Santander FI SBAC (2)		(2.797.429)	(85.927)	(2.713.050)	(1.498)	-	-	-	-	
Santander FI Guarujá (2)		(472.220)	(11.124)	(372.545)	(19.549)	-	-	-	-	
Santander FI Diamantina (2)		(460.034)	(9.123)	(255.043)	(3.322)	-	-	-	-	
Santander FI Unix (2)		(25.457)	(2.582)	(366.357)	(20.014)	-	-	-	-	
Fundo de Investimento Santillana (3)		(2.186.104)	(50.815)	-	-	(2.186.104)	(50.815)	-	-	
Pessoal Chave da Administração		-	(9)	-	(19)	-	(9)	-	(19)	
Diversos		(363.661)	(19.165)	(502.073)	(13.731)	(1)	(613)	-	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(117.368)	(3.825)	(89.074)	(5.701)	(117.368)	(3.825)	(89.074)	(5.701)	
Pessoal Chave da Administração		(117.368)	(3.825)	(89.074)	(5.701)	(117.368)	(3.825)	(89.074)	(5.701)	

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores
----------------------------	---------------------------------------	---------------------------	--------------------	---------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Obrigações por Empréstimos e Repasses	(10.401.564)	(94.890)	(2.581.530)	-	(10.401.564)	(55.686)	-	-
Banco Santander Espanha (1)	(10.401.564)	(8.194)	-	-	(10.401.564)	(55.686)	-	-
Santander Tecnologia e Inovação Ltda	-	(86.696)	-	-	-	-	-	-
Santander Brasil EFC (2)	-	-	(2.581.530)	-	-	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(508.491)	(10.185)	(6.886.828)	-	(508.491)	(10.185)	(6.886.828)	-
Banco Santander Espanha (1)	(195)	-	(1.067.623)	-	(195)	-	(1.067.623)	-
Sterrebeeck B.V. (1)	(268.406)	-	(3.629.772)	-	(268.406)	-	(3.629.772)	-
GES (1) (3)	(239.890)	-	(2.177.207)	-	(239.890)	-	(2.177.207)	-
Banco Madesant (3)	-	-	(1.948)	-	-	-	(1.948)	-
Pessoal Chave da Administração	-	(10.185)	(10.278)	-	-	(10.185)	(10.278)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(361.599)	(1.663.389)	(127.148)	(945.626)	(82.479)	(1.232.400)	(28.349)	(580.717)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	(4.353)	(236.972)	(46)	(198.113)	-	-	-	-
Banco Santander Espanha (1)	(202.787)	(717.403)	-	(154.112)	(21)	(717.403)	(21)	(154.110)
Santander Corretora de Seguros (2)	(14.751)	(164.092)	(12.127)	(139.816)	-	-	-	-
Getnet S.A. (2)	(17.573)	(26.576)	(12.886)	(29.360)	-	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	(9.373)	(52.379)	-	-	(9.373)	(52.379)	(5.066)	(49.241)
Santander Leasing (2)	(79.374)	-	(79.387)	-	-	-	-	-
Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. (3)	-	-	-	-	(95)	(1.728)	(14.406)	(967)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7)	-	-	-	-	(40.550)	(41.580)	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(31.774)	(344.593)	(8.240)	(335.609)	(31.774)	(345.287)	(8.240)	(336.303)
Diversos	(1.614)	(121.374)	(14.462)	(88.616)	(666)	(74.023)	(616)	(40.096)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.119.660)	(4.263.360)	(10.175.961)	(1.394.973)	(13.119.660)	(4.263.360)	(10.175.961)	-
Banco Santander Espanha (1) (5)	(13.119.660)	(4.263.360)	(10.175.961)	(1.394.973)	(13.119.660)	(4.263.360)	(10.175.961)	-
Despesas com Doações	-	(17.000)	-	(16.100)	-	(19.630)	-	(19.915)
Instituto Escola Brasil	-	-	-	-	-	(700)	-	(900)
Santander Cultural	-	-	-	-	-	(330)	-	(1.300)
Fundação Sudameris	-	(17.000)	-	(16.100)	-	(17.000)	-	(16.100)
Fundação Santander	-	-	-	-	-	(1.600)	-	(1.615)
Outras Obrigações - Diversas	(6.210.051)	(1.725.286)	(3.926.496)	(1.793.932)	(672.658)	(956.505)	(379.980)	(891.298)
Banco Santander Espanha (1)	-	(1.837)	-	-	-	(1.967)	(1.277)	(4.001)
TecBan (4)	-	(364.349)	-	(345.610)	-	(364.349)	-	(345.610)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	(224.557)	-	(251.625)	-	-	-	-
Aquanima Brasil Ltda.(3)	-	(32.070)	-	-	-	(32.248)	-	(28.382)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	-	(2.994)	-	-	-	(2.994)	-	(3.109)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7)	(17.713)	(17.713)	-	-	(38.135)	(38.483)	(21.219)	(23.303)
Getnet S.A. (2)	(5.576.635)	(623.500)	(3.573.943)	(721.143)	-	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	(615.469)	(440.912)	(352.553)	(430.058)	(633.276)	(502.042)	(357.249)	(485.674)
Diversos	(234)	(17.354)	-	(45.496)	(1.247)	(14.422)	(235)	(1.219)
Garantias e Limites (8)	11.038	61	5.010	24	11.038	61	5.010	24
Pessoal Chave da Administração (8)	11.038	61	5.010	24	11.038	61	5.010	24

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 30.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

(3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- (4) Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros
- (5) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2018.
- (6) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.
- (7) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.
- (8) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Administração de Recursos	572.932	728.534	1.016.919	1.085.948
Serviços de Conta Corrente	3.960.855	3.797.412	3.965.551	3.857.051
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.060.892	985.138	1.437.600	1.379.261
Operações de Crédito	429.133	440.422	805.841	834.545
Rendas de Garantias Prestadas	631.759	544.716	631.759	544.716
Comissões de Seguros	2.181.595	2.447.766	3.116.921	3.118.280
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.806.212	4.172.242	5.590.215	6.118.419
Cobrança e Arrecadações	1.477.704	1.510.489	1.471.121	1.514.625
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	785.737	780.019	1.061.962	982.099
Outras	280.408	247.397	803.681	628.769
Total	14.126.335	14.668.997	18.463.970	18.684.452

24. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Remuneração	3.623.045	3.978.454	4.102.940	4.438.158
Encargos	1.305.790	1.386.695	1.535.348	1.635.991
Benefícios	1.243.870	1.351.522	1.428.339	1.537.821
Treinamento	43.723	61.194	50.800	68.134
Outras	3.706	8.631	59.790	81.195
Total	6.220.134	6.786.496	7.177.217	7.761.299

25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Depreciações e Amortizações	2.641.934	2.217.366	3.094.511	2.778.756
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.067.985	1.951.254	2.623.065	2.301.914
Comunicações	378.571	378.143	397.071	403.595
Processamento de Dados	2.873.538	2.392.249	2.758.541	2.585.967
Propaganda, Promoções e Publicidade	487.437	545.028	637.787	745.242
Aluguéis	794.433	777.648	811.875	801.130
Transportes e Viagens	83.442	147.679	104.400	190.886
Serviços do Sistema Financeiro	257.523	273.115	329.637	340.067
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	565.601	597.058	566.957	601.402
Manutenção e Conservação de Bens	281.407	247.935	314.261	264.100
Água, Energia e Gás	186.748	209.818	190.461	215.832
Material	67.117	46.143	79.439	53.828
Outras	651.794	534.573	892.390	860.011
Total	11.337.530	10.318.009	12.800.395	12.142.730

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	551.544	506.529
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21)	-	35.358	-	35.358
Atualização de Depósitos Judiciais	186.159	501.067	235.800	582.282
Atualização de Impostos a Compensar	119.320	148.173	166.091	185.403
Recuperação de Encargos e Despesas	1.590.188	773.851	1.414.846	541.728
Variação Monetária Ativa	-	46.830	3	47.931
Outras	2.704.358	2.782.810	3.897.584	3.294.734
Total	4.600.025	4.288.089	6.265.868	5.193.965

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 20.c)	(130.820)	190.028	66.144	197.158
Trabalhistas (Nota 20.c)	893.227	1.082.166	985.904	1.137.392
Cíveis (Nota 20.c)	632.425	312.423	807.086	491.755
Despesas com Cartão de Crédito	3.472.536	4.231.965	3.017.970	3.364.387
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	262.551	305.355	264.581	306.391
Despesas Judiciais e Custas	104.150	151.770	108.807	156.192
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	90.693	74.307	92.562	76.293
Corretagens e Emolumentos	82.644	82.645	82.140	83.095
Comissões	851.892	705.484	2.160.592	2.072.498
Avaliação do Valor Recuperável	3.489	110.466	3.489	110.466
Outras (1)	3.550.833	4.204.075	5.789.246	5.670.986
Total	9.813.620	11.450.684	13.378.521	13.666.613

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

28. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Resultado na alienação de Investimentos	168.586	-	168.587	6.257
Resultado na Alienação de Valores e Bens	72.817	60.002	64.109	69.058
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	11.534	46.292	24.629	(36.852)
Despesas com Bens não de Uso	(50.677)	(55.755)	(52.579)	(56.775)
Ganhos (Perdas) de Capital	2.146	(7.555)	(110)	(7.956)
Outras Receitas Liquidas	35.884	59.604	34.331	34.747
Total	240.290	102.588	238.967	8.479

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

1) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

III) Bandeprev - Bandepre Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepre S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepre S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício de 2020 foram de R\$62.435 (2019 - R\$101.241) no Banco e R\$69.142 (2019 - R\$110.325) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-verbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2020 foram de R\$11.525 (2019 - R\$7.361) no Banco e R\$14.054 (2019 - R\$8.917) no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2020			Banco 31/12/2019		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(26.473.946)	(4.793)	(1.660.637)	(25.851.814)	(4.890)	(1.665.018)
Valor Justo dos Ativos do Plano	25.437.174	3.811	2.348.686	22.704.358	4.214	2.335.470
	(1.036.772)	(981)	688.049	(3.147.456)	(676)	670.452
Sendo:						
Superávit	2.090.021	-	688.049	732.637	-	670.453
Déficit	(3.126.793)	(981)	-	(3.880.092)	(676)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.806.472	-	680.586	452.234	-	667.810
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	283.549	-	7.463	280.403	-	2.643
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(3.126.793)	(981)	-	(3.880.092)	(676)	-
Contribuições Efetuadas	40.987	-	(5)	40.558	-	125
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 29)	(220.104)	(65)	(1.690)	(250.710)	(14)	(357)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.926.432)	(399)	8.555	(4.874.112)	(159)	2.040
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.581.173	140	146.784	4.310.736	284	535.865

	31/12/2020			Consolidado 31/12/2019		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(27.015.987)	(4.793)	(1.660.637)	(26.387.574)	(4.890)	(1.665.018)
Valor Justo dos Ativos do Plano	26.282.394	3.811	2.348.686	23.483.206	4.214	2.335.470
	(733.593)	(981)	688.049	(2.904.368)	(676)	670.452
Sendo:						
Superávit	2.435.321	-	688.049	1.022.516	-	670.453
Déficit	(3.168.914)	(981)	-	(3.926.884)	(676)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.081.634	-	680.586	678.737	-	667.810
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	353.686	-	7.463	343.779	-	2.643
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(3.168.914)	(981)	-	(3.926.884)	(676)	-
Contribuições Efetuadas	41.369	-	(5)	41.212	-	125
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 29)	(221.172)	(65)	(1.690)	(250.880)	(14)	(357)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.961.569)	(399)	8.555	(4.897.130)	(159)	2.040
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.679.921	140	146.784	4.467.344	284	535.865

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2020			Banco 31/12/2019		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(786.329)	(115)	(18.897)	(424.903)	(482)	(17.686)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	79.057	11	4.762	(2.320.215)	(308)	(216.294)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	1.074	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(707.273)	(105)	(14.135)	(2.744.044)	(790)	(233.980)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.965.190	(136)	(13.655)	2.140.858	(99)	365.480
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	2.965.190	(136)	(13.655)	2.140.858	(99)	365.480
Mudança no Superávit Irrecuperável	(1.322.356)	-	34.305	7.745	226	(130.866)

	31/12/2020			Consolidado 31/12/2019		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(788.883)	(115)	(18.897)	(428.276)	(482)	(17.686)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	80.862	11	4.762	(2.398.517)	(308)	(216.294)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	1.228	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(708.021)	(105)	(14.135)	(2.825.565)	(790)	(233.980)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	3.008.388	(136)	(13.655)	2.259.580	(99)	365.480
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	3.008.388	(136)	(13.655)	2.259.580	(99)	365.480
Mudança no Superávit Irrecuperável	(1.352.687)	-	34.305	(33.788)	226	(130.866)

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2020	31/12/2019
Banesprev		
Plano I	11,92	12,31
Plano II	12,38	12,83
Plano III	10,79	10,52
Plano IV	14,80	15,47
Plano V	9,24	9,53
Pré-75	10,10	10,38
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,46/5,88/7,06	6,67/6,03/7,33
Sanprev		
Plano I	6,93	6,81
Plano II	11,57	11,7
Plano III	10,46	10,59
Bandeprev		
Plano Básico	10,08	10,48
Plano Especial I	6,8	7,04
Plano Especial II	6,53	6,77
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	7,69	7,78

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2020		Banco 31/12/2019		31/12/2020		Consolidado 31/12/2019	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.960.995)	(759.370)	(5.222.673)	(815.929)	(5.158.657)	(759.370)	(5.435.878)	(815.929)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.191.809	-	5.017.679	-	5.398.667	-	5.222.516	-
	230.814	(759.370)	(204.994)	(815.929)	240.010	(759.370)	(213.362)	(815.929)
Sendo:								
Superávit	-	-	-	-	-	-	-	-
Déficit	230.814	(759.370)	(204.994)	(815.929)	240.010	(759.370)	(213.362)	(815.929)
Valor não Reconhecido como Ativo	(230.814)	-	-	-	(240.010)	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	230.814	-	-	-	240.010	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	230.814	(759.370)	(204.994)	(815.929)	240.010	(759.370)	(213.362)	(815.929)
Contribuições Efetuadas	129.526	38.449	104.684	39.381	132.253	38.449	106.972	39.381
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 29)	(14.878)	(61.247)	(8.699)	(86.262)	(15.851)	(61.247)	(9.523)	(86.262)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.053.068)	(171.337)	(1.150.027)	(250.693)	(1.037.807)	(171.337)	(1.128.152)	(250.694)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	332.520	-	1.257.639	-	343.053	-	1.297.618	-

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2020		Banco 31/12/2019		31/12/2020		Consolidado 31/12/2019	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	192.944	81.964	(271.104)	59.806	207.273	81.964	(268.982)	59.806
Mudanças em Hipóteses Financeiras	158.480	18.015	(990.138)	(128.508)	164.105	18.015	(1.029.154)	(128.508)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	(20.621)	-	-	-	(20.621)	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	351.424	79.357	(1.261.242)	(68.702)	371.378	79.357	(1.298.136)	(68.702)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(30.265)	-	891.593	-	(34.409)	-	915.626	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(30.265)	-	891.593	-	(34.409)	-	915.626	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(230.814)	-	68.671	-	(240.010)	-	71.698	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2020	31/12/2019
Cabesp	15,03	15,45
Bandepe	14,98	16,48
Clínica Grátis	11,47	11,91
Diretores Vitalícios	9,27	9,17
Diretores Saúde	25,65	27,53
Circulares (1)	13,47 E 11,92	12,15 E 11,93
Seguro de Vida	7,99	8,39

(1) A duração 12,15 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2018 – 11,72) e 11,93 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2018 – 10,68).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	97,4%	92,9%
Bens Imóveis	0,2%	0,3%
Outros	2,5%	6,8%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	31/12/2020		Banco/Consolidado 31/12/2019	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	6,8%	7,1%	7,1%	7,2%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,3%	3,3%	3,5%	3,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,8%	3,8%	4,0%	4,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

- (1) Banesprev II, V e Pré 75;
(2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 31 de dezembro de 2020 e 2019, teriam os seguintes efeitos:

	31/12/2020		Banco/Consolidado 31/12/2019	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(28.711)	(402.547)	(31.672)	(440.072)
(-)0,5%	32.099	450.049	35.572	494.257
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(47.637)	(667.904)	(51.720)	(718.632)
Aplicada (-) 2 anos	54.226	760.289	56.687	787.636
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	34.718	486.769	38.388	533.380
(-)0,5%	(31.637)	(443.569)	(35.060)	(487.146)

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
		01/2019 a 12/2021	03/2022 e 03/2023
		01/2020 a 12/2022 2019 a 2023	03/2023 e 03/2024
Locais	Ações do Santander (Brasil)		2022 e 2023
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2025

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
		01/2019 a 12/2021	03/2022 e 03/2023	R\$ 4.916.667 (*)	R\$ 4.916.667 (*)
		01/2020 a 12/2022 2019 a 2023	03/2023 e 03/2024	R\$ 9.440.000 (*)	R\$ 9.440.000 (*)
Locais	Ações do Santander (Brasil)		2022 e 2023	841.446 SANB11	841.446 SANB11
					318.478 SAN
				318.478 SAN	1.664.983 opções s/ SAN
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2025	1.664.983 opções s/ SAN	
				R\$	R\$ 14.356.667
				14.356.667	841.446 SANB11
				841.446 SANB11	318.478 SAN
				318.478 SAN	1.664.983 opções s/ SAN
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2020				1.664.983 opções s/ SAN	SAN

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Locais	Ações do Santander (Brasil)	10.776	-
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	865	-

f.1) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco		Consolidado	
			01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	101.232	93.756	103.696	98.441
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	94.166	99.395	98.069	104.068

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são base para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva de crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador imposto pela pandemia do COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados com muita cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, mantendo sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para aprovação de novas operações.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.).

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e Lei Sarbanes-Oxley - SOX (Security Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturação relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base de 2020, a exigência de PR é de 10,25%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemático. O PR Nível I atinge 8,25% e o Capital Principal Mínimo 6,75%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013. O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência Nível I	77.571.525	66.481.661
Capital Principal	71.006.316	61.389.509
Capital Complementar (Nota 18.b)	6.565.209	5.092.153
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 18.b)	6.554.451	5.083.808
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	84.125.976	71.565.469
Risco de Crédito (1)	478.303.523	407.786.238
Risco de Mercado (2)	15.846.255	20.235.208
Risco Operacional	57.419.401	47.965.481
Total de RWA (3)	551.569.179	475.986.927
Índice de Basileia Nível I	14,06	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	12,87	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,25	15,04

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWacom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWacam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2020.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(24.305)	(275.618)	(551.236)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(880)	(9.048)	(18.096)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.757)	(8.376)	(16.753)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(109)	(5.593)	(11.187)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(15.859)	(396.473)	(792.947)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.653)	(1.359)	(2.718)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(37.322)	(267.221)	(534.442)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(184)	(4.604)	(9.208)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(52)	(1.288)	(2.575)
Total (1)		(86.122)	(969.581)	(1.939.161)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(24.846)	(643.486)	(1.877.331)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(49.854)	(576.298)	(903.045)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(42.424)	(286.671)	(585.067)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.803)	(60.177)	(109.050)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(6.615)	(60.266)	(69.259)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(14.660)	166.540	317.466
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(655)	(16.371)	(32.742)
Total (1)		(141.857)	(1.476.729)	(3.259.028)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Durante os exercícios de 2019 e de 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

i) Dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

ii) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2020, foi realizada a venda para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, o Banco deixou de ser acionista da Superdigital.

iii) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé).

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil e estão pendentes de homologação pelo Banco Central do Brasil.

iv) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição pelo Banco das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e Auttar HUT Processamento de Dados LTDA. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direta da Toque Fale e detentora de 100% do seu capital.

v) Aquisição de Participação Residual na Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A.

Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual"), subsidiária integral do Banco Santander, e os acionistas minoritários da Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A. ("Return Capital") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Return Capital, no qual a Atual adquiriu a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 30% do capital social da Return Capital. A aquisição foi concluída em 01 de novembro de 2019, de modo que a Atual passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Return Capital.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

vi) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

vii) Alienação dos Investimentos da Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A alienou sua participação nas empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 e R\$ 14.770, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

viii) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A., a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 60% do capital social da Toro Controle. A Toro Controle é uma holding que, em última instância, controla a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a Toro Investimentos S.A. (em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

ix) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2020. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

x) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos, A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

xi) Venda da totalidade da participação detida na CIBRASEC

Em 24 de julho de 2019, o Banco Santander alienou a totalidade de sua participação no capital social da CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização, correspondente a 4.000 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, para a ISEC Securitizadora S.A. pelo valor de R\$ 9.845. Em virtude do fechamento da transação, o Banco Santander deixou de ser acionista da CIBRASEC.

xii) Incorporação de parcela cindida da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a operação de cisão parcial da Integrity Tecnologia e Serviços AHU Ltda. ("Integrity"), subsidiária integral da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A ("Getnet"), com versão da parcela cindida de seu patrimônio, referente a seus ativos e passivos, à Getnet. A incorporação da parcela cindida pela Getnet encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 2019, a Getnet e a Santander Merchant Platform Solutions, S.L. ("SMPS Global"), sociedade sediada na Espanha e controlada pelo Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), celebraram Contrato de Compra e Venda das quotas representativas

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

da totalidade do capital social da Integrity, de modo que a SMPS Global passou a deter 100% do capital social da Integrity. Em 23 de Dezembro de 2019, a Integrity teve sua denominação social alterada para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

32. Outras Informações

- a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$46.471.443 (31/12/2019 - R\$41.660.754) no Banco e R\$46.471.443 (31/12/2019 - R\$41.660.772) no Consolidado.
- b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 2.716.477 (31/12/2019 - R\$2.034.999) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$ 191.873.169 (31/12/2019 - R\$230.199.261) registrados em contas de compensação.
- c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2020, na modalidade incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$392.189 (31/12/2019 - R\$1.829.578) no Banco e R\$392.189 (31/12/2019 - R\$1.821.864) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura de R\$392.189 (31/12/2019 - R\$392.189) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020, existem outras apólices vigentes relacionadas a outros ativos no valor de R\$8.674.721 (2019 - R\$7.623.279).
- d) Entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.
- f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 Ano	670.619	651.207
Entre 1 a 5 Anos	1.607.995	1.492.289
Mais de 5 Anos	171.420	147.125
Total	2.450.034	2.290.621

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$880 (31/12/2019 - R\$918) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no exercício de 2020, foram no valor de R\$358.656 (2019 - R\$700.958).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor. Valor de Mercado dos Ativos e Passivos Financeiros

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais					
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.698.253	69.698.253	-	62.601.986	7.096.267
Títulos e Valores Mobiliários	233.248.338	234.844.495	135.118.884	65.394.153	34.331.458
Instrumentos Financeiros Derivativos	32.840.075	32.840.075	-	32.258.845	581.230
Operações de Crédito	338.110.717	341.503.600	-	-	341.503.600
Total	673.897.383	678.886.423	135.118.884	160.254.984	383.512.555

Em milhares de Reais					
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	43.367.494	43.308.918		43.308.918	
Títulos e Valores Mobiliários	176.013.513	176.943.424	114.980.270	31.514.636	30.448.517
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.441.140	17.441.140		16.856.449	584.691
Operações de Crédito	280.899.334	283.662.100			283.662.100
Total	517.721.481	521.355.582	114.980.270	91.680.003	314.695.309

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor de mercado e seus respectivos valores de mercado em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019:

Em milhares de Reais					
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	390.051.798	390.093.916	-	-	390.093.916
Captações no Mercado Aberto	154.997.017	154.994.486	-	154.994.486	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	67.759.950	67.759.950	-	-	67.759.950
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	70.627.767	71.017.560	-	-	71.017.560
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.269.465	36.269.465	-	35.642.321	627.144
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.119.660	13.119.660	-	-	13.119.660
Total	732.825.657	733.255.037	-	190.636.807	542.618.230

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

2019

Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	272.927.991	273.006.849	-	273.006.849	-
Captações no Mercado Aberto	123.940.990	123.959.974	-	123.959.974	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	54.879.561	54.879.561	-	54.879.561	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	85.962.615	86.149.489	-	8.715.382	77.434.107
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.623.362	20.623.362	-	20.058.605	564.757
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	10.175.961	10.175.961	-	10.175.961	-
Total	568.510.480	568.795.196	-	490.796.332	77.998.864

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor de mercado de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado e do nível dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor de mercado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu, respectivamente, que melhor se enquadram como nível 3 e também verificou a necessidade de alteração entre o nível 2 e nível 3 em ambos os casos face aos dados observáveis de mercado.

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

	2020					Banco
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2020	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2019
Receitas da Intermediação Financeira	99.165.058	-	99.165.058	74.721.192		74.721.192
Despesas da Intermediação Financeira	(83.174.153)	-	(83.174.153)	(50.096.357)		(50.096.357)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	15.990.905	-	15.990.905	24.624.835		24.624.835
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a/d)	(7.953.712)	(525.434)	(8.479.146)	(9.735.047)	(367.584)	(10.102.631)
Resultado Operacional	8.037.193	(525.434)	7.511.759	14.889.788	(367.584)	14.522.204
Resultado não Operacional (c)	73.290	167.000	240.290	102.588		102.588
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.110.483	(358.434)	7.752.049	14.992.376	(367.584)	14.624.792
Imposto de Renda e Contribuição Social a/b/c/d	7.847.547	124.639	7.972.186	(1.772.324)	2.793.034	1.020.710
Participações no Lucro	(1.668.087)		(1.668.087)	(1.557.012)		(1.557.012)
Lucro Líquido	14.289.943	(233.795)	14.056.148	11.663.040	2.425.450	14.088.490

Notas Explicativas

	2020					Consolidado
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2020	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2019
Receitas da Intermediação Financeira	108.988.273		108.988.273	82.740.412		82.740.412
Despesas da Intermediação Financeira	(87.750.952)		(87.750.952)	(51.759.742)		(51.759.742)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	21.237.321		21.237.321	30.980.670		30.980.670
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a/d)	(12.029.617)	(525.434)	(12.555.051)	(13.851.206)	(367.584)	(14.218.790)
Resultado Operacional	9.207.704	(525.434)	8.682.270	17.129.464	(367.584)	16.761.880
Resultado não Operacional (c)	71.967	167.000	238.967	8.479		8.479
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	9.279.671	(358.434)	8.921.237	17.137.943	(367.584)	16.770.359
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b/d/c)	6.414.815	124.652	6.539.467	(3.309.107)	2.847.034	(462.073)
Participações no Lucro	(1.857.937)		(1.857.937)	(1.734.870)		(1.734.870)
Participação dos Acionistas Minoritários	(133.387)		(133.387)	(392.429)		(392.429)
Lucro Líquido	13.703.162	(233.782)	13.469.380	11.701.537	2.479.450	14.180.987

- a) Amortização de ágio em investimentos reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$425.434 (2019: R\$367.584) no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$ 233.989 (2019: R\$220.550);
- b) Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social s/Lucro (CSLL), de 15% para 20%, nos termos do art. 32 da Emenda Constitucional 103, de 13 de novembro de 2019, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL no exercício de 2019, no valor de R\$ 2.646.000, no Banco, e de R\$2.700.000, no Consolidado.
- c) Resultado não operacional na alienação da participação societária na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 2020, (vide nota 31.iii) no valor antes de impostos de R\$167.000 (líquido de tributos: R\$ 100.200), no Banco e no Consolidado.
- d) Ação de Apoio ao Combate à COVID-19 reconhecida como outras despesas operacionais em 2020, com impacto antes de tributos valor de R\$100.000 (líquido de tributos, R\$ 94.190), no Banco e no Consolidado.

33. Eventos Subsequentes

Deliberação de Dividendos Mínimos Obrigatórios

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, aprovou proposta da Diretoria Executiva, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até abril de 2021, de distribuição de dividendos, no montante bruto de R\$512 milhões. Farão jus aos Dividendos os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco, em 03 de fevereiro de 2021 (inclusive). Dessa forma, a partir de 16 de fevereiro de 2021 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-dividendos". O valor dos dividendos será pago a partir do dia 03 de março de 2021, imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. A deliberação contou com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme reunião realizada na mesma data, e está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.885/2020.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2021.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander.

b) Base da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board, (IASB) e as interpretações emitidas pela IFRSs Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Em setembro de 2019, o IASB alterou suas normas IFRS 9 e IAS 39 bem como a norma de divulgação relacionada, IFRS 7, sobre alguns requerimentos para contabilidade de Hedge. As alterações têm como data de implementação 1º de janeiro de 2020. As alterações modificam alguns requerimentos específicos sobre contabilidade de Hedge a fim de prover segurança sobre os efeitos potenciais da incerteza causada pelo projeto de reforma IBOR.

As implementações acima não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2020

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2021 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro" e IFRS 16 "Arrendamentos": as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- IFRS 17** - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2023. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 46.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2020, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

iii. Redução ao valor recuperável ("impairment")

O Banco reconhece ajustes para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- valores a receber de arrendamento mercantil;
- contratos de garantia financeira emitidos; e
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") é reconhecida em instrumentos de capital.

O Banco mensura os ajustes para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros (exceto valores a receber de arrendamento mercantil) nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

Os ajustes para perdas em valores a receber de arrendamento mercantil são sempre mensurados a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- compromissos de empréstimo: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- Caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.
- Caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa decorrentes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

Determinação de aumentos significativos no risco de crédito

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido às dificuldades financeiras.

Um instrumento financeiro que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de *impairment*.

Apresentação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável no balanço patrimonial

As provisões para perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: nenhuma provisão para perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

Avaliação individual ou coletiva

Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

Mensuração da redução ao valor recuperável ("impairment")

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

Reversão da redução ao valor recuperável ("impairment")

Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.

Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de Outros Resultados Abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em Outros Resultados Abrangentes.

Segue abaixo a conciliação do patrimônio líquido decorrente da adoção inicial do IFRS 9:

Conciliação do Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 - 31/12/2017	87.087.601
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.149.051)
Provisão para compromissos contingentes	(674.513)
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	17.806
Outros	237.867
Imposto sobre a renda e contribuição social diferida	1.026.066
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 - 01/01/2018	85.545.776

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável ("impairment")

Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este Ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;
- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Metodologia de estimação de *impairment*

A mensuração da perda por redução ao valor recuperável se realiza mediante os seguintes fatores:

- Exposição à Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados ambos: PD - 12 meses (Estágio 1), que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida (Estágios 2 e 3), que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem da exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

Definição de inadimplência

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:

- é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou lhe tenha sido concedido um limite inferior ao montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:

- qualitativos – por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos – por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco; e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

iv. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.x das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

v. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.r às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020, apresentam informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, data da preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

vi. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 13.

vii. Expectativa de realização de créditos tributários

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.aa das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e Outros Resultados Abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado e cada componente de Outros Resultados Abrangentes são atribuídos aos controladores do Banco e às participações não controladoras mesmo se o efeito for atribuído às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Conglomerado Santander são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Qualquer mudança nas participações do Conglomerado Santander em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros Resultados Abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo IFRS 9 Instrumentos Financeiros ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

ii. Participações em *joint ventures* (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a *joint venture* dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 11.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

iii. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de dois ou mais negócios individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com IFRS 3 – “Combinações de Negócios”.

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.
- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A nota 3 possui as descrições das transações mais significativas ocorridas em 2020, 2019 e 2018.

iv. Fundos de Investimento

Inclui os Fundos de Investimento nos quais o Banco e suas controladas possuem participação substancial ou a totalidade de suas cotas e sobre os quais o Banco e suas controladas estão expostos, ou têm direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, portanto são consolidadas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. “Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo financeiro” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar as mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (notas 3&11).
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 21).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantido para venda ou se forem referentes a “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”, “Derivativos utilizados como *hedge*” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, o Banco pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada pelo Banco. Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente.

• **Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros que não atenderam aos critérios estabelecidos no Teste SPPI (somente pagamento de principal e juros).

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros para os quais no momento de designação inicial foi feita a opção de marcação de valor justo (Fair Value Option).

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos Outros Resultados Abrangentes:** são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado" ou como "Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas cumulativas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, a intenção de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por redução ao valor recuperável estimadas).

• Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais;

• Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

• Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e

• Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação do modelo de negócio

O Banco avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Incluindo, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros, alinhar a duração dos ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Banco;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

- Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos administrados ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;

- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. No entanto, as informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral do objetivo definido pelo Banco para administrar os ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros

Para os fins desta avaliação, define-se “principal” como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se “Juros” como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- alavancagem;
- prazos de pagamento antecipado e extensão;
- termos que limitem o direito do Banco aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”: inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito”: créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- “Derivativos utilizados como hedge”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- “Participações em coligadas e controladas em conjuntos”: inclui os investimentos em entidades controladas em conjunto ou associadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- Passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“descasamentos contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Depósitos do Banco Central do Brasil”: depósitos de qualquer natureza recebidos do Bacen.
- “Depósitos de instituições de crédito”: depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- “Depósitos de clientes”: inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Derivativos”: inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do *hedge accounting*.
- “Posições vendidas”: inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- “Dívidas subordinadas”: valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- “Outros passivos financeiros”: inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- “Derivativos utilizados como *hedge*”: inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (*hedge*).
- “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas.

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos de dívida elegíveis a capital encontra-se descritos na nota 19.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de *hedge* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos *hedges*.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por redução ao valor recuperável relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção) em *hedges* de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

iv. Operações de *hedge*

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

- Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).
- Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).
- O investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).
- b. Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).
3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

- a. Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- b. Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando operações de *hedge* de fluxo de caixa são descontinuadas, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda acumulada é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting* em 31 de dezembro de 2020, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter as práticas determinadas pelo IAS 39.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" é registrada no resultado.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes" com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação. Em

operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

Baixa de Ativos financeiros por cessão de crédito

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.
2. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:
 - a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.
 - b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.
3. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:
 - a. Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.
 - b. Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Baixa de Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

g) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

A tabela a seguir fornece detalhes dos ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de Reais			2020
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	29.431.287	(560.666)	28.870.621
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	32.540.604	(560.666)	31.979.938

Em milhares de Reais			2019
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	20.904.663	(458.929)	20.445.734
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	22.888.906	(458.929)	22.429.977

Em milhares de Reais			2018
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	18.667.611	(304.165)	18.363.446
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	18.771.000	(304.165)	18.466.835

h) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasione um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

- Clientes com gestão individualizada: clientes de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto as reduções ao valor recuperável não são incluídas em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições do mutuário, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou "EAD - Exposure at Default" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário. O tempo de inadimplência é considerado na medição "PD - Probability of Default".
- De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.
- Probabilidade de inadimplência, ou "PD - Probability of Default", é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano, no caso de operações em estágio 1, bem como pelo tempo de vida do ativo (estágios 2 e 3); ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento. O empréstimo será considerado inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

- Perda por inadimplência, ou "LGD - Loss Given at Default", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

- Período de identificação de perdas, ou "LIP - Loss identification period", é o período de tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma evidência dessa perda. Em outras palavras, representa o horizonte temporal desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva de tal perda.

Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação e após aproximadamente 360 dias de atraso), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

Quando há prova objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada pelo declínio no valor justo por não recuperação, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

i) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes", ("Depósitos do Banco Central do Brasil", "Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

j) Contabilização de leasing**i. Leasings financeiros**

Leasings financeiros, até 31 de dezembro de 2018, são leasings que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado. A partir de 1 de janeiro de 2019, ver nota 1.c.1.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, todos os tipos de leasings financeiros possuem valores residuais garantidos, e a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao leasing mais o valor residual garantido – que é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do leasing é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado” no balanço patrimonial consolidado.

A receita financeira decorrente desses contratos é creditada a conta “Receitas com juros e similares” na demonstração do resultado consolidada de modo a alcançar uma taxa constante de retorno sobre o prazo da locação.

k) Contabilização de Arrendamentos – IFRS 16

A partir de 01 de janeiro de 2019, o Banco adotou a norma IFRS 16, que substitui o IAS 17.

I. Transição

Conforme permitido pelas disposições específicas de transição, o Banco Santander optou por aplicar o normativo de maneira retrospectiva modificada, cujos efeitos foram aplicados em 1 de janeiro de 2019.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 16 foram aplicadas aos ativos de direito de uso como parte do ativo tangível e os passivos de arrendamento como outros passivos no balanço patrimonial.

II. Identificação de Arrendamento

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como “arrendamentos mercantil” seguindo os princípios do IAS 17 - Arrendamentos.

Para a aplicação inicial da norma, o Banco utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos:

- A exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial;
- Optou-se por não efetuar a separação do componente de prestação de serviços embutidos em contratos de arrendamento mercantil; e
- O Banco também decidiu não aplicar o IFRS 16 a contratos que não eram identificados como contendo um arrendamento segundo o IAS 17 e o IFRIC 4 - Determinação sobre se um Contrato contém um Arrendamento.

Adicionalmente, estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1 de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- A contabilização de arrendamentos operacionais cujo o ativo subjacente seja de baixo valor;
- Até 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos de ativos imobilizados, nos quais o Banco, como arrendatário, detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade eram classificados como arrendamentos financeiros. Os saldos apresentados são imateriais.

O Banco arrenda vários imóveis e equipamentos. Predominantemente, os ativos objetos dos contratos de arrendamento são negócios imobiliários referente às agências.

O Banco Santander não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

III. Prazo do arrendamento

Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. O Banco avalia o prazo de contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão, e também de acordo com disposições legais.

O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	---------------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

IV. Mensuração Inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento mercantil;
- Qualquer pagamento de leasing feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
- Custos de restauração, caso os requisitos do IAS 37 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Grupo Santander utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no Santander Brasil, pela curva de custo de financiamento (*funding*) de um ativo livre, aplicada individualmente a cada contrato de acordo as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de leasing:

- Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
- Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;
- Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tem certeza razoável sobre o exercício da opção; e
- Pagamentos de penalidades pelo encerramento do leasing se o prazo da operação reflete o exercício da opção pelo arrendatário.

Abaixo a projeção da inflação (IGP-M) na data-base 31 de dezembro de 2020:

Projeção IGP-M (anualizada)	
Até 3 meses	26,1%
De 3 a 12 meses	5,3%
De 1 ano a 3 anos	4%
De 3 anos a 5 anos	4%
Mais de 5 anos	4%

V. Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	---------------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Os direitos de uso está sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Os efeitos da adoção do IFRS 16 têm impacto exclusivamente no segmento operacional – Banco Comercial.

I) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Estes ativos não são depreciados.

Perdas por redução ao valor recuperável com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por redução ao valor recuperável previamente reconhecidas.

m) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados no final dos exercícios de 2020, 2019 e 2018 é informada na nota 43-d.

n) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (*hardware*) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

o) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de combinações de negócios ou *softwares* desenvolvidos internamente, com vida útil determinada ou indeterminada. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e, portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Anualmente ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de *software*, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados: ao final de cada período a entidade revisa a classificação como vida útil indefinida, mantida esta classificação estes estão sujeitos aos testes anuais de redução ao valor recuperável (IAS36).

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - *software* é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de *software* são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

p) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), relacionamento com clientes adquiridos, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

O Banco utiliza o valor em uso de relacionamento com clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso de relacionamento com clientes adquiridas relacionadas a compra das "folhas de pagamento" é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios uma análise que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperado. Trimestralmente, estas análises são revisadas tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

q) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o Banco aceita um risco significativo, que não seja risco financeiro, de um segurado aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

Todos os métodos de valorização utilizados pela subsidiária são baseados nos princípios gerais que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos são também determinada pelo órgão regulador local e baseados na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro é definido pela Administração considerando as informações de mercados disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significativa relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

São efetuados testes para verificar se as provisões matemáticas estão adequadas a cada exercício.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, conforme determinado pelo IFRS 4 - Classificação dos Contratos e alterações posteriores, a adequação das provisões técnicas constituídas foi avaliada através do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

Em 31 de dezembro de 2020, o TAP indicou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas de R\$ 285.554 (31/12/2019 - R\$357.539 e 31/12/2018 - R\$215.754) para os planos do tipo Fundo Garantidor de Benefícios (FGB).

r) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados as obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo o risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

s) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

t) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

u) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas no resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza (nota 34). Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

v) Garantias**v.1) Garantias Financeiras**

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as comissões das garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar são reconhecidas sob a rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado – Outros Passivos financeiros" no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

v.2) Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Banco Santander tem como prática o controle dos riscos de crédito através da utilização de garantias em suas operações. Cada unidade de negócio é responsável pela gestão do risco de crédito e formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O Banco Santander utiliza garantias com o objetivo de aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Anualmente, o Banco revisa suas políticas de garantias para capturar mudanças no mercado, nas características dos ativos dados em garantia e nas condições dos ativos, esses são exemplos de parâmetros técnicos revisados.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

w) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado. A nota 43-b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (sob gestão e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

x) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado.

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota 21. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Para os planos de benefício definido, a última versão do IAS 19 - Benefícios aos Empregados estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

Adicionalmente, há reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

y) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (nota 21).

z) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

aa) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e COFINS aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos fiscais classificados como "Correntes" são valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "Correntes" - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos como diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Em virtude da alteração da alíquota da CSLL, as empresas do grupo fizeram a remensuração de seus ativos e passivos fiscais diferidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 23.

O programa de integração social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são consideradas como componente de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como imposto de renda.

• IFRIC 23 - Publicado em junho de 2017 pelo IASB, o IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda sobre os Lucros tem aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019 e visa esclarecer procedimentos para a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração estabelecidos no IAS 12 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza quanto ao tratamento a ser adotado para os Tributos sobre o Lucro.

O Banco efetuou análises sobre os procedimentos já adotados para a contabilização e apresentação do Imposto de Renda em relação ao conteúdo do IFRIC 23 e foi possível concluir que não existem impactos nas mensurações relacionadas nem nas divulgações.

bb) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos a contar da data de aquisição original.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

<u>Relatório dos Auditores Independentes</u>	<u>Demonstrações Financeiras</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>Relatório da Administração</u>	<u>Composição da Administração</u>
--	--------------------------------------	---------------------------	---------------------------------------	--

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, as atividades operacionais do Banco Santander.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 11.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	Participação Consolidada
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	84	-	78,58%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	238.886	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras	7.184	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	69.565	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Recuperação de Créditos Inadimplidos	1.464.627	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	481.196	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A.	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Outras	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios)	Outras	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Outras	10.001	-	100,00%	100,00%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras	6.950	-	100,00%	100,00%
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.	Outras	5.045	-	100,00%	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras	75.050	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	-	100,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	-	100,00%

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)

Return Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A.)	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
--	---------------------	----	---	---	---------

Controlada em Conjunto da Sancap

Santander Auto S.A.	Outras	22.452	-	-	50,00%
---------------------	--------	--------	---	---	--------

Controladas da Getnet S.A.

Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras	3.865	-	-	100,00%
--	--------	-------	---	---	---------

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (5); e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (6).
- Atual – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (7).

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Controlado indiretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(5) Fundo controlado através do Banco Bandepe S.A.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A..

Em 28 de fevereiro de 2020 foi realizada a venda para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270.000. Como resultado, o Banco. deixou de ser acionista da Superdigital.

b) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A..

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan à Companhia e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$ 1.608.772.783,47. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

c) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição pelo Banco Santander, S.A. das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099.854, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e Auttar HUT Processamento de Dados LTDA. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direta da Toque Fale e detentora de 100% do seu capital.

d) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curso prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

e) Incorporações do Banco Olé Consignado e Bosan Participações S.A.

Em 31 de agosto de 2020 os acionistas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil") aprovaram a incorporação, pelo Santander Brasil, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações (i) não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil; e (ii) estão sujeitas à homologação do Banco Central do Brasil.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa(1)	20.148.725	20.127.364	19.463.587
Sendo:			
Caixa	4.266.197	4.877.849	4.235.096
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior	15.882.528	15.249.515	15.228.491
Total	20.148.725	20.127.364	19.463.587

(1) Correspondem a ativos com vencimento até 3 meses.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Classificação:			
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	112.849.776	109.233.128	91.859.759
Sendo:			
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	112.858.840	109.246.671	91.873.320
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") (nota 9.c)	(9.064)	(13.543)	(13.561)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	112.849.776	109.233.128	91.859.759
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	112.858.840	109.247.248	91.873.320

Tipo:

Aplicações em depósito a prazo	63.673.689	66.908.232	64.547.525
Operações compromissadas (1)	699.034	100.246	3.728.963
Depósitos judiciais	10.773.280	11.424.537	10.182.936
Outras contas	37.712.838	30.814.233	13.413.896
Total	112.858.840	109.247.248	91.873.320

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Moeda:			
Real	109.287.868	107.693.973	91.419.015
Dólar norte-americano	2.778.911	1.401.601	422.247
Euro	782.997	151.097	32.058
Total	112.849.776	109.246.671	91.873.320

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Equivalente de Caixa:			
Transações de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor ⁽¹⁾	8.298.083	1.316.299	5.821.573

(1) O Valor trata-se de aplicações no mercado aberto (operações compromissadas) e aplicações em depósito interfinanceiro (CDI) a curto prazo.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Classificação:			
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.545.660	3.735.076	3.171.746
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	68.520.799	34.885.631	50.066.469
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (1)	109.668.214	95.962.927	85.395.691
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	48.367.791	38.748.296	36.799.509
Sendo:			
Instrumentos de dívida ao Custo Amortizado	49.945.226	40.803.323	39.513.460
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") (nota 9.c)	(1.577.435)	(2.055.027)	(2.713.951)
Total	230.102.464	173.331.930	175.433.415

Tipo:			
Títulos do governo - Brasil (2)	191.896.439	135.848.053	116.531.146
Debêntures e Notas promissórias	17.071.856	13.874.883	10.555.952
Outros títulos de dívida	21.134.169	23.608.994	48.346.317
Total	230.102.464	173.331.930	175.433.415

(1) Em 31 de Dezembro de 2018, a Administração decidiu alterar a classificação entre categorias das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, das carteiras de títulos e valores mobiliários das empresas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), Banco Bandepe S.A. e Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCMV). Os títulos foram transferidos da categoria Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação para Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, nos valores de R\$739.430, R\$14.099 e R\$375.488, respectivamente. Tais transferências não geraram efeito no resultado. A mudança na categoria ocorreu em função de reavaliação do seu modelo de negócio, em conexão com o histórico recente de negociação destes ativos.

(2) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

(3)

Os Instrumentos de Dívidas são compostos, principalmente, por:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Moeda:			
Real	207.752.590	164.447.235	166.743.410
Dólar norte-americano	22.292.647	8.884.695	8.690.005
Euro	57.227	-	-
Total	230.102.464	173.331.930	175.433.415

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Instrumentos de dívida vinculadas a:			
Operações Compromissadas	101.371.733	102.849.859	90.909.891
Depósitos compulsórios no Banco Central	-	-	1.449.207
Garantia de Operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.)	12.963.251	6.618.651	17.985.160
Vinculados a depósitos judiciais e outras garantias	9.665.135	9.573.331	2.078.042
Total	124.000.119	119.041.841	112.422.300

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes.

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Classificação:			
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	1.818.276	2.029.470	766.333
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	438.912	171.453	298.297
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	72.173	157.306	40.986
Total	2.329.361	2.358.229	1.105.616
Tipo:			
Ações de empresas nacionais	1.953.128	665.027	783.475
Ações de empresas estrangeiras	13.617	-	1.933
Fundos de investimentos (1)	362.616	1.693.202	320.208
Total	2.329.361	2.358.229	1.105.616

(1) Composto, principalmente, por investimento em ativos de renda fixa e títulos públicos e privados.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	2.029.470	766.333	489.770
Adições/Baixas (Líquidas)	(211.194)	1.267.243	277.462
Ajustes decorrentes de avaliação	-	(4.106)	(899)
Saldo no final do exercício	1.818.276	2.029.470	766.333

As variações nos saldos do item "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	171.453	298.297	33.368
Adições/Baixas (Líquidas)	19.685	(126.893)	143.291
Ajustes decorrentes de avaliação	247.774	49	121.638
Saldo no final do exercício	438.912	171.453	298.297

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes" foram as seguintes:

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
Administração

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	157.306	40.986	1.106.637
Adições/Baixas (Líquidas)	(85.133)	(6.118)	(1.034.219)
Ajustes decorrentes de avaliação	-	122.438	(31.432)
Saldo no final do exercício	72.173	157.306	40.986

8. Instrumentos financeiros derivativos e Posições vendidas

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado, quando disponíveis. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos.

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como *Hedge*

	2020	2019	2018
Ativo			
Swap - Diferencial a Receber	14.729.642	14.634.863	14.640.289
Prêmios de Opções a Exercer	4.974.618	1.065.753	716.936
Contratos a Termo e Outros	9.166.361	4.745.101	3.006.221
Total	28.870.621	20.445.717	18.363.446
Passivo			
Swap - Diferencial a Pagar	18.327.611	16.458.397	15.952.283
Prêmios de Opções Lançadas	4.926.994	1.699.729	563.787
Contratos a Termo e Outros	8.725.333	4.271.852	1.950.765
Total	31.979.938	22.429.978	18.466.835

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resumo por Categoria

	2020		2019		2018	
	Valor Referencial	Valor justo	Valor Referencial (1)	Valor justo	Valor Referencial (1)	Valor justo
Swap	398.925.842	(3.597.969)		(1.823.534)		(1.431.110)
Ativo	278.752.387	14.729.642	282.164.189	147.010.930	177.233.869	44.487.274
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	41.316.315	3.010.880	40.550.627	16.908.791	36.135.015	24.267.591
Taxa de Juros Pré - Reais	54.159.848	9.607.342	47.140.927	-	47.968.999	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	5.124.411	-	2.388.118	-	2.581.215	-
Moeda Estrangeira	178.076.136	1.039.529	192.084.517	130.102.139	90.495.240	20.219.683
Outros	75.676	1.071.891	-	-	53.400	-
		(18.327.611)		(148.834.464)		(45.918.384)
Passivo	120.173.455	)	279.803.610	)	176.385.349	)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	33.239.801	(13.693.733)	24.353.405	-	11.801.600	-
Taxa de Juros Pré - Reais	45.088.689	(2.772.479)	67.937.624	(24.079.732)	88.317.044	(23.075.374)
Indexados em Índices de Preços e Juros	33.026.692	(450.958)	125.829.755	(123.445.067)	24.308.601	(21.775.017)
Moeda Estrangeira	6.636.885	153.695	60.394.529	-	50.748.008	-
Outros	2.181.388	(1.564.135)	1.288.297	(1.309.665)	1.210.096	(1.067.993)
	2.043.286.08					
Opções	5	47.624	1.446.536.133	(1.222.465)	335.073.080	153.149
	1.006.266.89					
Compromissos de Compra	7	4.974.618	678.089.904	381.706	149.076.796	716.936
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.188.387	39.202	171.871	(281)	14.518.058	239.079
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.948.673	109.075	1.456.975	4.355	8.893.620	90.736
Opções de Compra Outras	134.761.947	1.093.583	98.154.363	818.664	3.118.344	131.297
Mercado Interfinanceiro	101.421.659	556.039	98.154.363	819.262	639.488	4.537
Outras ⁽²⁾	33.340.288	537.544	-	(598)	2.478.856	126.760
Opções de Venda Outras	868.367.889	3.732.758	578.306.695	(441.032)	122.546.774	255.824
Mercado Interfinanceiro	864.852.555	3.729.297	578.306.695	(440.959)	121.782.816	217.726
Outras ⁽²⁾	3.515.334	3.461	-	(73)	763.958	38.098
	1.037.019.18					
Compromissos de Venda	8	(4.926.994)	768.446.229	(1.604.171)	185.996.284	(563.787)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.537.670	699.243	254.945	(1.472)	7.615.856	(101.034)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	2.315.919	(192.335)	263.994	(2.842)	12.160.912	(169.431)
Opções de Compra Outras	130.919.394	(453.919)	174.166.802	(440.731)	31.679.919	(66.002)
Mercado Interfinanceiro	120.156.285	(464.405)	174.166.802	(440.959)	29.609.298	(13.195)
Outras ⁽²⁾	10.763.109	10.486	-	228	2.070.621	(52.807)
Opções de Venda Outras	902.246.206	(4.979.984)	593.760.488	(1.159.126)	134.539.597	(227.320)
Mercado Interfinanceiro	869.328.317	(4.597.427)	593.760.488	(1.159.038)	133.703.672	(179.841)

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outras ⁽²⁾	32.917.888	(382.557)	-	(88)	835.925	(47.479)
Contratos de Futuros	270.258.566	-	433.873.180	-	289.508.200	-
Posição Comprada	110.275.866	-	72.912.029	-	86.203.734	-
Cupom Cambial (DDI)	12.438.695	-	7.394.951	-	20.590.068	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	97.837.171	-	55.430.519	-	32.690.685	-
Moeda Estrangeira	-	-	9.978.419	-	32.456.813	-
Índice ⁽³⁾	-	-	-	-	466.168	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	-	-	108.140	-	-	-
Posição Vendida	159.982.699	-	360.961.151	-	203.304.466	-
Cupom Cambial (DDI)	73.114.014	-	146.032.485	-	146.948.795	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	67.958.767	-	196.170.105	-	54.160.203	-
Moeda Estrangeira	18.653.658	-	17.305.604	-	1.992.574	-
Índice ⁽³⁾	256.261	-	290.254	-	202.894	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	-	-	1.162.703	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	163.040.700	441.028	169.401.317	473.249	90.910.841	1.055.456
Compromissos de Compra	96.309.648	9.166.361	79.970.842	426.991	38.666.269	1.303.561
Moedas	87.254.202	5.026.567	79.969.759	426.986	38.095.625	1.250.706
Outros	9.055.447	4.139.794	1.083	5	570.644	52.855
Compromissos de Venda	66.731.052	(8.725.333)	89.430.475	46.258	52.244.572	(248.105)
Moedas	64.986.757	(4.846.929)	89.426.698	46.170	51.958.529	(252.160)
Outros	1.744.295	(3.878.404)	3.777	88	286.043	4.055

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US *Treasury*, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	2020			
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total
Swap	40.241.232	97.784.443	140.726.712	278.752.387
Opções	23.788.051	922.740	2.018.575.293	2.043.286.085
Contratos de Futuros	3.198.239	-	267.060.326	270.258.566
Contratos a Termo e Outros	67.837.797	49.447.532	45.755.371	163.040.700

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

Valor Referencial	2019				2018
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	66.976.262	38.784.704	176.403.223	282.164.189	177.233.869
Opções	17.041.979	154.903	1.429.326.073	1.446.522.955	335.073.080
Contratos de Futuros	1.430.470	-	432.442.712	433.873.182	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	47.199.547	118.612.607	3.589.163	169.401.317	90.910.841

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2020			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	58.388.872	98.073.784	122.289.731	278.752.387
Opções	931.156.902	572.661.800	539.467.382	2.043.286.084
Contratos de Futuros	181.521.486	36.328.390	52.408.689	270.258.566
Contratos a Termo e Outros	104.098.351	33.788.798	25.153.551	163.040.700

Valor Referencial	2019				2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	58.298.876	106.268.113	117.597.200	282.164.189	177.233.869
Opções	681.033.183	646.187.139	119.302.640	1.446.522.962	335.073.080
Contratos de Futuros	140.882.437	179.337.860	113.652.884	433.873.181	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	91.779.011	50.070.366	27.551.940	169.401.317	90.910.841

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	2020		
	Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap	82.122.957	196.629.429	278.752.387
Opções	1.940.172.322	103.113.762	2.043.286.084
Contratos de Futuros	270.258.566	-	270.258.566
Contratos a Termo e Outros	25.182.494	137.858.206	163.040.700

Valor Referencial	2019			2018
	Bolsas (1)	Balcão	Total	Total
Swap	150.179.790	131.984.399	282.164.189	177.233.869
Opções	1.423.788.845	22.734.117	1.446.522.962	335.073.080
Contratos de Futuros	433.873.181	-	433.873.181	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	42.651.980	126.749.337	169.401.317	90.910.841

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

a.5) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	2020		2019		2018	
	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.483.628	519.670	2.435.880	-	1.959.128	416.541
Total	3.483.628	519.670	2.435.880	-	1.959.128	416.541

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$1.506 (31/12/2019 – R\$0).

O efeito no PLE – Patrimônio Líquido Exigido do risco recebido foi de R\$6.985 (31/12/2019 – R\$5.257).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	2020		2019		2018	
	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto						
Por Instrumento						
CDS	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880	1.959.128	1.959.128
Total	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880	1.959.128	1.959.128
Por Classificação de Risco						
Abaixo do Grau de Investimento	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880	1.959.128	1.959.128
Total	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880	1.959.128	1.959.128
Por Entidade de Referência						
Governo Brasileiro	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880	1.959.128	1.959.128
Total	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880	1.959.128	1.959.128

a.6) Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador são representados como seguem:

a.6.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do Banco consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré-Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa *swap* de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como *hedge* de risco de mercado dos créditos correspondente
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa ou *swaps* de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting
- O Banco possui risco ao índice de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo) gerado por debêntures na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco segue o IAS 39, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de *hedge*, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de *hedge* permanece efetiva.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco segue o IAS 39, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de *hedge*, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de *hedge* permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (*inception*) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (no inception): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de *hedge*, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* a uma variação paralela de 10 *Basis Points* na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: o teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do *market to market* (mtm) do instrumento de *hedge* desde a data início com a variação do mtm do objeto de *hedge* desde o início.

Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

	2020		2019		2018	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Estrutura de Hedge						
Fair Value Hedge						
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	(2.183.841)	-	(2.853.807)	-	(1.381.156)	-
Títulos Públicos LEA	-	-	(61.761)	-	(191.472)	-
Resolução 2770	-	-	(94)	-	689	-
Trade Finance Off	(5.092)	-	(4.015)	-	(58.020)	-
Total	(2.188.933)	-	(2.919.677)	-	(1.629.959)	-

Consolidado
31/12/2020

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---	---	------------------------------------	--	---

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge		
	Ajuste a Valor		Valor Contábil	Ajuste a Valor		Valor Contábil
	Curva	de Mercado		Curva	de Mercado	
Contratos de Futuro	46.649.331	-	46.649.331	42.529.036	2.802.690	45.331.727
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	46.649.331	-	46.649.331	42.529.036	2.802.690	45.331.727

Consolidado 31/12/2019						
Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge		
	Ajuste a Valor		Valor Contábil	Ajuste a Valor		Valor Contábil
	Curva	de Mercado		Curva	de Mercado	
Contratos de Swap	3.249.741	101.264	3.351.004	3.555.326	662.773	4.218.099
Hedge de Operações de Crédito	1.118.210	28.993	1.147.202	1.423.809	63.231	1.487.040
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.131.532	72.271	2.203.802	2.131.517	599.542	2.731.059
Contratos de Futuro	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614

Consolidado 31/12/2018						
Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge		
	Ajuste a Valor		Valor Contábil	Ajuste a Valor		Valor Contábil
	Curva	de Mercado		Curva	de Mercado	
Contratos de Swap	3.908.082	140.447	4.048.529	3.921.249	65.014	3.986.263
Hedge de Operações de Crédito	1.152.249	115.180	1.267.429	1.166.387	50.668	1.217.055
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.755.833	25.267	2.781.100	2.754.862	14.346	2.769.208
Contratos de Futuro	41.286.091	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	41.286.091	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

a.6.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados nas agências Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de *hedge* (teste prospectivo) e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de *hedge* permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Nesta estratégia de *hedge*, os testes de efetividade (prospectivo / retrospectivo) são conduzidos por meio da comparação de duas *proxies*, uma para o objeto de *hedge* e outra para o instrumento.

A *proxy* do objeto de *hedge* é um *swap* "conceitual", onde a "ponta" passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a "ponta" pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como *hedge*, estando está coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do *hedge*. A *proxy* do instrumento de *hedge* é um *swap* "conceitual", onde a "ponta" ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como *hedge*, e a "ponta" pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A *proxy* é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.

Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

a) Teste Prospectivo: segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, são efetuados os testes prospectivos por meio da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o *hedge* foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é mensurada por meio do teste prospectivo do *hedge* e se identificada reconhecida no resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em *hedges* de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa" (Nota 25) até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" nas demonstrações consolidadas do resultado.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	----------------------------------	---------------------------	-----------------------------------	------------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2020		2019		2018
Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Inefetiva
Cash Flow Hedge					
Eurobonds	14.666	-	(6.074)	-	-
Trade Finance Off	58.088	-	139.852	-	(3.981)
Títulos Públicos (LFT)	727.437	-	503.665	-	-
CDB	-	-	-	-	-
Total	800.190	-	637.443	-	(3.981)

					Consolidado 31/12/2020 Objetos de
					Hedge
					Instrumentos de Hedge
					Valor de
					Valor do
					Hedge
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Ativo
Contratos de Swap	1.428.053	1.428.053	1.302.666	1.302.666	1.302.666
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.428.053	1.428.053	1.302.666	1.302.666	1.302.666
Contratos de Futuro	19.500.234	19.500.234	23.447.934	23.447.934	23.447.934
Hedge de Operações de Crédito (1)	19.500.234	19.500.234	23.447.934	23.447.934	23.447.934

					Consolidado 31/12/2019 Objetos de
					Hedge
					Instrumentos de Hedge
					Valor de
					Valor do
					Hedge
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Ativo
Contratos de Swap	1.361.658	35.110	1.396.768	1.396.768	1.324.685
Hedge de Operações de Crédito	435.872	(3.494)	432.378	432.378	399.831
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	925.786	38.604	964.390	964.390	924.854
Contratos de Futuro	54.460.972	-	54.460.972	54.460.972	7.726.566
Hedge de Operações de Crédito (1)	50.975.253	-	50.975.253	50.975.253	4.506.878
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.485.719	-	3.485.719	3.485.719	3.219.688

Consolidado

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias			31/12/2018	
	Valor Contábil -	Valor de Mercado	Instrumentos de Hedge de Mercado	Objetos de Hedge Ativo
	ponta passiva		Valor	Valor do
Contratos de Swap	2.227.004	(24.206)	2.202.798	2.423.678
Hedge de Operações de Crédito	1.032.283	68.730	1.101.012	1.198.921
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.194.721	(92.936)	1.101.786	1.224.757
Contratos de Futuro	44.541.939	-	44.541.939	17.224.115
Hedge de Operações de Crédito (1)	44.000.952	-	44.000.952	16.910.915
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	540.987	-	540.987	313.200

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do *notional*, registrado em conta de compensação.

(1) Valor atualizado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$6.972.063 (31/12/2019 – R\$8.425.386).

No Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$11.169 (31/12/2019 - R\$11.063) e está contabilizado no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, dos quais R\$5.026 serão realizados contra receita nos próximos doze meses

a.7) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	2020	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.363.666	5.342.992	7.552.926
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.155.276	1.086.556	3.392.886
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.814.274	660.918	873.134
Total	13.333.215	7.090.466	11.818.946

b) Posições Vendidas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de posições vendidas totalizou R\$ 45.807.946 (2019 - R\$23.835.653 e 2018 - R\$32.695.677) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes**a) Composição**

A composição dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Classificação:			
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	60.808	-	619.180
Empréstimos e Recebíveis			-
Ativos Financeiros mensurados ao custo Amortizado	393.707.229	326.699.480	301.072.207
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	417.761.218	347.256.660	321.314.010
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")	(24.053.989)	(20.557.180)	(20.241.803)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	393.768.037	326.699.480	301.691.387
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	417.822.026	347.256.660	321.933.190

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Tipo:			
Operações de crédito ⁽¹⁾	390.941.415	329.910.319	308.364.517
Operações de arrendamento mercantil	2.096.240	2.111.842	1.836.504
Operações compromissadas	4.530.041	10.500	509.147
Outros recebíveis ⁽²⁾	20.254.330	15.223.999	11.223.022
Total	417.822.026	347.256.660	321.933.190

(1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes. Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por redução ao valor recuperável:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	191.281.653	145.387.439	146.293.616
Crédito imobiliário - construção	45.791.869	39.720.713	36.515.352
Empréstimos a pessoas físicas	178.652.145	160.036.668	137.287.593
Leasing	2.096.359	2.111.840	1.836.629
Total	417.822.026	347.256.660	321.933.190

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	292.884.352	258.760.620	240.772.724
Juros pós-fixados	124.937.674	88.496.040	81.160.466
Total	417.822.026	347.256.660	321.933.190

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

								2020
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	127.569.542	58,23%	60.190.422	40,94%	3.521.688	6,81%	191.281.652	45,78%
Crédito imobiliário	3.419.553	1,56%	8.973.495	6,10%	33.398.822	64,54%	45.791.870	10,96%
Empréstimos a pessoas físicas	87.174.594	39,79%	76.667.187	52,15%	14.810.364	28,62%	178.652.145	42,76%
Leasing	899.055	0,41%	1.182.713	0,80%	14.591	0,03%	2.096.359	0,50%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	219.062.744	100,00 %	147.013.817	100,00 %	51.745.465	100,00%	417.822.026	100,00%

								2019
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	102.083.249,00	54,83%	39.408.727	33,44%	3.895.463	9,01%	145.387.439	41,87%
Crédito imobiliário	3.633.231	1,95%	8.145.568	6,91%	27.941.913	64,65%	39.720.713	11,44%
Empréstimos a pessoas físicas	79.624.744	42,76%	69.034.596	58,58%	11.377.328	26,33%	160.036.668	46,09%
Leasing	855.624	0,46%	1.252.673	1,06%	3.543	0,01%	2.111.840	0,61%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	186.196.848	100,00 %	117.841.564	100,00 %	43.218.247	100,00%	347.256.666	100,00%

2018

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	109.802.828	58,92%	32.538.999	32,77%	3.951.789	10,90%	146.293.616	45,44%
Crédito imobiliário	4.298.925	2,31%	7.964.308	8,02%	24.252.119	66,90%	36.515.352	11,34%
Empréstimos a pessoas físicas	71.433.099	38,33%	57.808.600	58,21%	8.045.894	22,20%	137.287.593	42,64%
Leasing	838.659	0,45%	997.644	1,00%	326	0,00%	1.836.629	0,57%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	186.373.511	100,00%	99.309.551	100,00%	36.250.128	100,00%	321.933.190	100,00%

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	219.062.744	186.196.849	186.373.511
Entre 1 a 5 anos	147.013.817	117.841.564	99.309.551
Mais de 5 anos	51.745.465	43.218.247	36.250.128
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	417.822.026	347.256.660	321.933.190

Por classificação interna de risco			
Baixo (1)	347.315.357	257.133.115	240.440.294
Médio-baixo (1)	24.277.404	56.549.196	50.485.682
Médio (2)	26.231.871	11.754.806	11.967.262
Médio-alto (2)	3.896.457	8.512.386	7.722.198
Alto (3)	16.100.937	13.307.156	11.317.754
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	417.822.026	347.256.660	321.933.190

- (1) Operações classificadas no estágio 1
 (2) Operações classificadas no estágio 2
 (3) Operações classificadas no estágio 3

c) Perdas por redução ao valor recuperável

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da provisão para perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis. Os valores comparativos referentes a 01/01/2018 representam a conta de provisão para perdas de crédito em 31/12/2017 após os ajustes de adoção inicial do IFRS 9 (nota 1).

As variações nas provisões para as perdas por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Ativos financeiros mensurados

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ao custo amortizado" são as seguintes:

Em milhares de Reais				2020
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
	Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Perdas de crédito esperadas durante vida útil não sujeitas a redução ao valor recuperável	Perdas de crédito esperadas durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperável	Total
Saldo no início do exercício	4.358.601	3.293.690	14.973.459	22.625.750
Perdas por não-recuperação contra o resultado	4.968.075	2.881.726	10.462.365	18.312.166
Transferências entre estágios	(3.142.225)	2.850.217	7.081.358	6.789.350
Movimentação do período	8.110.300	31.509	3.380.007	11.522.817
Sendo:				
Comercial e industrial	3.230.168	1.867.504	1.821.724	6.919.396
Crédito imobiliário - construção	(8.544)	(27.803)	117.762	81.415
Empréstimos a pessoas físicas	1.752.883	1.041.818	8.513.988	11.308.689
Leasing	(6.432)	207	8.891	2.666
Movimentação por Stage	(3.489.478)	(1.246.810)	4.736.287	-
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	-	(15.297.428)	(15.297.428)
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	(4.617.446)	(4.617.446)
Crédito imobiliário - construção	-	-	(232.262)	(232.262)
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	(10.433.132)	(10.433.132)
Leasing	-	-	(14.588)	(14.588)
Saldo no final do exercício	5.837.199	4.928.606	14.874.684	25.640.488
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.746.000	4.919.000	13.388.989	24.053.989
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	9.065		-	9.065
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	82.135	9.606	1.485.695	1.577.435
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	861.253	861.253
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	422.023	422.023
Crédito imobiliário - construção	-	-	55.631	55.631
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	370.491	370.491
Leasing	-	-	13.107	13.107

Em milhares de Reais

2020

2019

2018



Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Saldo no início do exercício	22.625.750	22.969.315	20.723.062
Perdas por não-recuperação contra o resultado	18.311.441	14.361.382	13.540.105
Sendo:			
Comercial e industrial	6.918.671	2.376.910	3.620.292
Crédito imobiliário - construção	81.415	94.957	192.901
Empréstimos a pessoas físicas	11.308.689	11.866.475	9.708.243
Leasing	2.666	23.040	18.669
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(15.296.703)	(14.704.948)	(11.293.852)
Sendo:			
Comercial e industrial	(4.616.722)	(5.713.369)	(3.981.414)
Crédito imobiliário - construção	(232.262)	(108.294)	(190.660)
Empréstimos a pessoas físicas	(10.433.131)	(8.834.391)	(7.099.553)
Leasing	(14.588)	(48.893)	(22.225)
Saldo no final do exercício	25.640.488	22.625.750	22.969.315
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	24.053.989	20.557.180	20.241.803
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	9.065	13.543	13.561
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	1.577.435	2.055.027	2.713.951
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	861.253	991.476	826.573
Sendo:			
Comercial e industrial	422.023	519.594	345.085
Crédito imobiliário - construção	55.631	46.639	103.433
Empréstimos a pessoas físicas	370.491	417.477	369.557
Leasing	13.107	7.767	8.498

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por redução ao valor de recuperável contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" totalizavam em 31 de dezembro de 2020, R\$ 17.450.188 (2019 - R\$13.369.905 e 2018 - R\$12.713.532).

Os saldos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável por setor devedor são os seguintes:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Comercial e industrial	9.757.193	7.455.243	10.791.702
Crédito imobiliário - Construção	193.935	344.782	358.119
Empréstimos a pessoas físicas	15.675.765	14.800.208	11.768.124
Leasing	13.594	25.517	51.370
Total	25.640.488	22.625.750	22.969.315

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes" e classificados como não recuperáveis (conforme definição descrita na nota 1.i) devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	23.426.076	22.425.801	19.847.987
Adições líquidas	14.757.908	16.000.733	13.871.666
Ativos baixados	(15.007.946)	(15.000.458)	(11.293.852)
Saldo no final do exercício	23.176.039	23.426.076	22.425.801

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por prazo de vencimento:

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	12.966.813	11.729.920	12.000.867
Com saldos vencidos de:			
3 a 6 meses	3.049.974	3.961.042	3.473.591
6 a 12 meses	4.798.859	5.721.762	4.929.099
12 a 18 meses	1.243.809	985.476	1.144.035
18 a 24 meses	607.527	523.441	325.701
Mais de 24 meses	509.056	504.435	552.508
Total	23.176.039	23.426.076	22.425.801

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Por setor devedor:	-		
Comercial e industrial	10.558.213	10.072.655	11.832.302
Crédito imobiliário - Construção	456.130	826.863	1.035.352
Empréstimos a pessoas físicas	12.144.238	12.497.179	9.499.148
Leasing	17.458	29.379	58.999
Total	23.176.039	23.426.076	22.425.801

e) Empréstimos vencidos há menos de 90 dias e não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias		% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias		% do total de empréstimos devidos há menos de 90 dias	
	2020	2019	2018	2019	2018	2017
Comercial, financeiro e industrial	5.131.885	25,80%	3.517.086	15,42%	4.424.143	19,77%
Crédito imobiliário - Construção	3.085.498	15,51%	5.781.977	25,35%	4.527.432	20,23%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	11.660.666	58,62%	13.489.513	59,13%	13.255.646	59,24%
Leasing financeiro	13.292	0,07%	24.325	0,11%	167.741	0,75%
Total⁽¹⁾	19.891.340	100,00%	22.812.900	100,00%	22.374.962	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos entre 1 e 90 dias.

f) Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Vencidas	2.740	3.233	4.817
A Vencer:			
Até 1 ano	952.172	978.748	975.183
De 1 a 5 anos	1.394.525	1.442.244	1.160.986
Acima de 5 anos	20.128	4.014	1.071
Total	2.369.565	2.428.239	2.142.057

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações cedidas é de R\$ 55.284 (2019 - R\$76.028 e 2018 - R\$122.271) e R\$ 55.105 (2019 - R\$75.500 e 2018 - R\$126.906) de "Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos" (Nota 21).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de interveniência.

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	1.580.496	1.598.367	1.507.548
Execuções de empréstimos - retomada de bens	445.173	735.864	785.139
Aumento de Capital em Sociedades mantidas para Venda (1)	-	55.245	-
Mudança no escopo de consolidação (2)	-	-	(130.713)
Alienações	(663.067)	(808.980)	(563.607)
Outros	-	-	-
Saldo no final do exercício, bruto	1.362.602	1.580.496	1.598.367
Provisão para perdas por redução ao valorrecuperável (" impairment ") (3)	(269.693)	(255.161)	(218.136)
Provisão como percentual dos ativos executados	19,79%	16,14%	13,65%
Saldo no final do exercício	1.092.909	1.325.335	1.380.231

(1) Em 20 de setembro de 2019, a Santander Holding Imobiliária concluiu a aquisição da sociedade Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer"), que tem como principal ativo uma agência localizada na Avenida Faria Lima na cidade de São Paulo, pelo montante de R\$45.245. Na conclusão da operação foi formalizado um plano estruturado para venda desta sociedade para um terceiro no curto prazo. Em dezembro de 2019, a Santander Holding Imobiliária realizou um aumento de capital na Summer no montante de R\$10.000.

(2) Em 30 de junho de 2018, a Administração do Banco Santander reavaliou sua estratégia sobre o investimento na sociedade Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, e decidiu pela transferência da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda para participações em coligadas e controladas (Nota 11).

(3) Em 2020, inclui o montante de R\$ 24.751 (2019 - R\$251.945 e 2018 - R\$159.120) de reversão de provisões para desvalorizações sobre imóveis e R\$122 (2019 - R\$3.216) de provisões para desvalorizações sobre veículos, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada, contabilizada como provisão para perdas por redução ao valor recuperável ("**impairment**").

11. Participações em coligadas e controle em conjuntoControle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Composição

Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	2020	Participação em %	
				2019	2018
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	0,00%	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)(2)(6)	Securitização	Brasil	0,00%	0,00%	9,72%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	20,00%	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos (5)	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%	25,32%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros

Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%	19,81%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%	0,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (4)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%

Influência Significativa do Banco Santander

Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	0,00%	21,75%	21,75%
-------------------------------------	-------------------	--------	-------	--------	--------

Controle conjunto do Banco Santander	Investimentos		
	2020	2019	2018
Banco RCI Brasil S.A.	590.219	595.230	613.366
Norchem Participações e Consultoria S.A.	544.236	509.890	458.292
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	-	21.078	26.105
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	-	-	7.298
Gestora de Inteligência de Crédito	1.273	3.889	3.690
Campo Grande Empreendimentos	28.680	47.744	59.098
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	255	255	255
Santander Auto S.A.	-	-	51.073
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	15.775	12.374	7.555
Webmotors S.A.	504.766	454.280	419.016
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	316.597	296.216	273.721
Hyundai Corretora de Seguros	186.357	156.589	144.090
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	1.044	934	-
Influência Significativa do Banco Santander	768	541	1.205
Norchem Holding e Negócios S.A.	-	21.252	20.933
Total	1.094.985	1.070.762	1.053.315

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2020	2019	2018
Controle conjunto do Banco Santander	50.915	92.976	41.212
Banco RCI Brasil S.A.	72.057	105.250	46.244
Norchem Participações e Consultoria S.A.	333	975	1.120
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	-	75	193
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	9	199	(1.017)
Gestora de Inteligência de Crédito	(19.064)	(11.354)	(6.466)
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (anteriormente denomina da BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.)	-	-	1.083
Santander Auto S.A.	(2.421)	(2.169)	55

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2020	2019	2018
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	61.380	55.936	24.161
Webmotors S.A.	38.823	42.848	30.626
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	22.219	12.498	(6.929)
Hyundai Corretora de Seguros	110	(66)	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	226	656	464
Influência Significativa do Banco Santander	(33)	576	585
Norchem Holding e Negócios S.A.	(33)	576	585
Total	112.261	149.488	65.958

			2020
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.900.571	11.255.396	51.847
Banco RCI Brasil S.A.	11.620.304	10.255.995	99.951
Norchem Participações e Consultoria S.A.	70.475	27.781	534
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.562	39	148
Gestora de Inteligência de Crédito	1.126.424	933.115	(45.410)
Santander Auto S.A.	71.807	38.466	(3.376)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.952.308	1.692.770	68.469
Webmotors S.A.	512.687	78.856	21.529
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.435.377	1.612.822	46.735
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.076	251	(43)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.168	841	247
Influência Significativa do Banco Santander	126.877	29.391	(225)
Norchem Holding e Negócios S.A.	126.877	29.391	(225)
Total	15.979.756	12.977.558	120.091

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

			2019
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	14.121.618	12.502.780	206.482
Banco RCI Brasil S.A.	13.452.716	12.174.504	263.851
Norchem Participações e Consultoria S.A.	69.865	27.709	1.949
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	35.314	311	1.790
Gestora de Inteligência de Crédito	527.362	288.643	(56.769)
Santander Auto S.A.	36.361	11.613	(4.339)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.873.140	1.628.364	125.439
Webmotors S.A.	484.454	60.734	61.212
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.382.907	1.564.801	63.046
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	1.909	41	(132)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	3.870	2.788	1.313
Influência Significativa do Banco Santander	126.937	29.226	2.650
Norchem Holding e Negócios S.A.	126.937	29.226	2.650
Total	17.121.695	14.160.370	334.571

			2018
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	10.500.055	8.755.688	80.954
Banco RCI Brasil S.A.	9.849.508	8.679.715	115.928
Norchem Participações e Consultoria S.A.	79.633	27.423	2.240
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	80.300	3.893	1.989
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	33.389	176	(9.151)
Gestora de Inteligência de Crédito	338.382	42.894	(32.328)
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	103.703	1.557	2.166
Santander Auto S.A.	15.140	30	110
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.463.262	1.573.082	9.703
Webmotors S.A.	221.313	60.905	43.751
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.238.156	1.510.794	(34.976)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	3.793	1.383	928
Influência Significativa do Banco Santander	123.959	27.714	2.690
Norchem Holding e Negócios S.A.	123.959	27.714	2.690
Total	13.087.276	10.356.484	93.347

- (1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2020 a posição de 30/11/2020.
- (2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (4) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (5) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.

- (6) Em 24 de julho de 2019, o Banco Santander alienou a totalidade de sua participação no capital social da CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização ("CIBRASEC"), correspondente a 4.000 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, para a ISEC Securitizadora S.A. pelo valor de R\$ 9.845.611,54. Em virtude do fechamento da transação, o Banco Santander deixou de ser acionista da CIBRASEC.

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram:

Controle conjunto	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	1.049.510	1.032.382	845.704
Mudança de escopo de consolidação	(41.851)	(51.073)	-
Adição/(alienação)	13.571	746	119.557
Ganho/Redução de Capital	-	-	36.051
Resultados equivalência patrimonial	112.293	148.912	65.373
Dividendos propostos/recebidos	(59.784)	(69.904)	(35.351)
Outros	21.246	(11.553)	1.048
Saldo no final do exercício	1.094.985	1.049.510	1.032.382
Influência Significativa			
Saldo no início do exercício	21.252	20.933	20.860
Resultados equivalência patrimonial	(33)	576	585
Dividendos propostos/recebidos	(239)	(257)	(512)
Alienação	(20.980)	-	-
Saldo no final do exercício	-	21.252	20.933

c) Perdas por redução ao valor recuperável

Não foram contabilizadas perdas por redução ao valor recuperável dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2020, 2019 e 2018.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- Banco RCI Brasil SA:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

Relatório dos Auditores Independentes
Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
Relatório da Administração
Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2020		2019		2018	
	Banco RCI Brasil	Webmotors	Banco RCI Brasil	Webmotors	Banco RCI Brasil	Webmotors
Ativo	11.270.565	276.168	12.052.008	241.919	9.849.508	221.313
Passivo	9.825.654	220.707	10.781.921	61.290	8.679.715	60.905
Caixa e equivalentes de caixa	201.142	1.411	489.400	1.667	37.115	1.034
Depreciação e Amortização	(1.577)	(14.949)	(1.666)	(9.234)	(977)	(7.423)
Receitas	732.253	277.270	661.215	165.049	1.316.687	167.881
Receitas com Juros	1.354.283	2.283	1.401.154	5.079	1.290.703	4.134
Despesas com Juros	(483.506)	-	(547.546)	-	(575.944)	-
Receita / (Despesa) com Imposto de renda	(169.957)	(26.314)	(83.455)	(26.863)	(147.266)	(16.013)
Passivo Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	-	-	4.178.761	53.807	3.130.908	49.709
Passivo não Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	470.081	-	470.081	1.006	4.813.909	5.458

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Em milhares de Reais

Custo	Terrenos e Edificações	Sistemas de equipamentos de processamento de dados	Móveis e de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.649.312	4.288.216	7.830.143	-	3.759	14.771.430
Adições	2.534	449.489	941.895	-	381	1.394.299
Adições por Aquisição de Sociedade	-	1.368	463	-	-	1.831
Baixa	(18.230)	(162.497)	(199.877)	-	-	(380.604)
Mudança no escopo de consolidação	99.759	19.517	17.749	-	1.302	138.327
Transferências	45.663	32.232	640.758	-	(3.759)	714.894
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.779.038	4.628.325	9.231.131	-	1.683	16.640.177
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	2.465.750	-	2.465.750
Adições	85.333	826.685	1.012.395	-	370	1.924.783
Novos contratos de arrendamento	-0	-	-	689.982	-	689.982
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(72.951)	-	(72.951)
Baixa	(17.041)	(122.926)	(122.279)	-	-	(262.246)
Mudança de escopo de consolidação	-	-	-	-	-	-
Transferências	(7.160)	13.236	51.445	-	-	57.521
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.840.170	5.345.320	10.172.692	3.082.781	2.053	21.443.016
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	-
Adições	8.831	559.388	667.704	-	-	1.235.923
Novos contratos de arrendamento	-0	-	-	738.603	-	738.603
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(246.308)	-	(246.308)
Baixa	(23.771)	(2.241.220)	(416.600)	-	-	(2.681.591)
Mudança de escopo de consolidação	-	-	-	-	-	-
Transferências	(8.485)	120.158	39.861	-	(806)	150.728
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.816.745	3.783.646	10.463.657	3.575.076	1.247	20.640.371

Depreciação acumulada	Terrenos e Edificações	Sistemas de equipamentos de processamento de dados	Móveis e de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(629.250)	(3.291.697)	(4.332.047)	-	-	(8.252.994)
Adições	(82.714)	(484.629)	(649.361)	-	-	(1.216.704)
Adições por Aquisição de Sociedade	-	(978)	(196)	-	-	(1.174)
Baixa	8.816	140.332	109.447	-	-	258.595
Mudança no escopo de consolidação	(5.602)	(1.448)	(7.136)	-	-	(14.186)
Transferências	(52.094)	(76.292)	(631.965)	-	-	(760.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(760.844)	(3.714.712)	(5.511.258)	-	-	(9.986.814)
Adições	(93.455)	(482.256)	(730.993)	(564.132)	-	(1.870.836)
Baixa	10.517	148.486	65.016	8.316	-	232.335
Transferências	15.091	10.272	(9.183)	-	-	16.180

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Adições por Aquisição de Sociedade	-	-	-	-	-
Mudança de escopo de consolidação	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(828.691)	(4.038.210)	(6.186.418)	(555.816)	- (11.609.135)

Adições	(86.954)	(537.908)	(846.881)	(568.062)	- (2.039.805)
Baixa	11.020	2.263.857	359.618	-	- 2.634.495
Transferências	1.765	66.717	(88.612)	-	- (20.130)
Adições por Aquisição de Sociedade	-	-	-	-	-
Mudança de escopo de consolidação	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(902.860)	(2.245.544)	(6.762.293)	(1.123.878)	- (11.034.575)

Perdas por não-recuperação ("impairment"):

Saldos em 31 de dezembro de 2017	(3.247)	-	(5.306)	-	- (8.553)
Impacto no resultado	(10.607)	-	(49.556)	-	- (60.163)
Transferências	(5)	-	4.333	-	- 4.328
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(13.859)	-	(50.529)	-	- (64.388)

Impacto no resultado	(587)	-	13.050	-	- 12.463
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(14.446)	-	(37.479)	-	- (51.925)

Impacto no resultado	(11.162)	-	7.789	- (13.387)	(16.760)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(25.608)	-	(29.690)	- (13.387)	(68.685)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.004.335	913.613	3.669.344	-	1.683	6.588.975
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.997.033	1.307.110	3.948.795	2.526.965	2.053	9.781.956
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.888.277	1.538.102	3.671.674	2.451.198 (12.140)		9.537.111

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco não possui compromissos contratuais para aquisição de ativos tangíveis. (2019 - R\$0 milhões e 2018 R\$3,2 milhões).

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IAS 36 o ágio é testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 2.o.i) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 44).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Composição:			
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.215.749	27.217.565	27.217.565
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800	62.800
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	-	13.050	13.050
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557	1.557
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	1.039.304	1.039.304	1.039.304
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	24.346	24.346	27.630
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.382	16.382
Total	28.360.137	28.375.004	28.378.288

	2020	2019	Banco Comercial 2018
Principais premissas:			
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa		
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	4,3%	4,8%	5,1%
Taxa de desconto (2)	12,4%	12,5%	13,6%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 19,56% (2019 - 17,88% e 2018 - 19,33%).

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	28.375.004	28.378.288	28.364.256
Aquisições (baixas):			
Super (Nota 3)	(13.050)	-	-
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	(1.817)	-	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	-	(3.284)	(490)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	16.382
Outros	-	-	(1.860)
Saldo no final do exercício	28.360.137	28.375.004	28.378.288

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente no segundo semestre de 2020. Ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. Para o exercício de 2020, 2019 e 2018, não houve indícios de impairment. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve evidências de impairment.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continua a indicar a inexistência de impairment.

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Desenvolvimento de Tecnologia da		
Custo	Informação	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.570.681	410.974	6.981.655
Adições	804.782	137	804.919
Baixa	(477.434)	(40)	(477.474)
Transferências	11.567	-	11.567
Adições por Aquisições de Sociedades Controladas	590	-	590
Reestruturações Societárias	87	-	87
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.910.273	411.071	7.321.344
Adições	1.290.686	15.757	1.306.443
Baixa	(2.544.403)	(130.622)	(2.675.025)
Transferências	(26.758)	(2.481)	(29.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.629.798	293.725	5.923.523
Adições	990.184	6.969	997.153
Baixa	(240.626)	(7.803)	(248.429)
Transferências	(25.515)	3.036	(22.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.353.841	295.927	6.649.768
Amortização acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(3.552.435)	(292.762)	(3.845.197)
Adições	(504.009)	(19.246)	(523.255)
Baixa	25.242	-	25.242
Transferências	(1.000.893)	58	(1.000.835)
Adições por Aquisições de Sociedades Controladas	(583)	-	(583)
Reestruturações Societárias	(15)	-	(15)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(5.032.693)	(311.950)	(5.344.643)
Adições	(501.682)	(19.339)	(521.021)
Baixa	2.326.982	79.945	2.406.927
Transferências	(241.395)	(288)	(241.683)
Adições por Aquisições de Sociedades Controladas	-	-	-
Reestruturações Societárias	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(3.448.788)	(251.632)	(3.700.420)
Adições	(534.000)	(5.322)	(539.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.982.788)	(256.954)	(4.239.742)

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Perda por não-recuperação ("impairment") - TI			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(1.283.380)	(15.291)	(1.298.671)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(300.865)	-	(300.865)
Transferências	1.263.535	-	1.263.535
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(320.710)	(15.291)	(336.001)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	110.466	-	110.466
Baixas	207.925	15.291	223.216
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(2.319)	-	(2.319)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(66.269)	-	(66.269)
Baixas	(1.346)	-	(1.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(69.934)	-	(69.934)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.556.870	83.830	1.640.700
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.178.691	42.093	2.220.784
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.301.119	105.242	2.406.361

(1) Refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Relacionamento com cliente	1.873.048	1.926.536	1.674.187
Despesas antecipadas	1.007.792	1.059.223	685.755
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (nota 22.a)	496	103.272	605.638
Ativo Atuarial (Nota 21)	361.149	346.422	273.281
Outros recebíveis (1)	3.979.926	1.625.884	1.561.606
Total	7.222.411	5.061.337	4.800.467

(1) Corresponde, principalmente, a valores a receber de terceiros e de prêmios pagos na compra de folha de pagamento a diferir.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	131.656.962	99.271.415	99.022.806
Total	131.656.962	99.271.415	99.022.806
Tipo:			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	296.340	685.026	709.605
Depósitos a prazo ⁽²⁾	76.489.490	56.602.470	47.227.456
Operações compromissadas	54.871.132	41.983.919	51.085.745
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽³⁾	13.843.463	9.506.255	6.977.766
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	41.027.669	32.477.663	44.107.979
Total	131.656.962	99.271.415	99.022.806

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Moeda:			
Real	77.743.482	58.282.793	74.159.613
Euro	13.156	39.522	105.119
Dólar norte-americano	53.900.324	40.949.100	24.758.074
Total	131.656.962	99.271.415	99.022.806

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, do item "Depósitos de clientes" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	445.813.972	336.514.597	304.197.800
Total	445.813.972	336.514.597	304.197.800
Tipo:			
Depósitos à vista:			
Contas correntes ⁽¹⁾	35.550.105	28.231.479	18.853.519
Cadernetas de poupança	62.210.443	49.039.857	46.068.346
Depósitos a prazo	269.929.085	200.739.544	190.982.541
Operações compromissadas	78.124.340	58.503.717	48.293.394
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	14.944.250	9.506.255	6.977.766
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	63.180.090	48.997.462	41.315.628
Total	445.813.972	336.514.597	304.197.800

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Obrigações por títulos e valores mobiliários" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	56.875.514	73.702.474	74.626.232
Total	56.875.514	73.702.474	74.626.232
Tipo:			
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	18.846.138	21.266.079	27.159.982
Eurobonds	9.399.277	8.715.382	4.516.647
Letras financeiras (2)	12.749.911	27.587.340	30.721.206
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	14.746.831	14.776.877	11.925.018
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	1.133.356	1.356.796	303.379
Total	56.875.514	73.702.474	74.626.232

(6) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 a 2027 (2019 - com prazo de vencimento entre 2020 a 2026 e 2018 - com prazo de vencimento entre 2019 a 2026).

(7) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 a 2025 (2019 - com prazo de vencimento entre 2020 a 2025 e 2018 - com prazo de vencimento entre 2019 a 2025).

(8) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2023 (31/12/2019 - com prazo de vencimento entre 2021 e 2022).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Indexadores:	Moeda	
	Moeda Nacional	Estrangeira
Letras Financeiras	100% a 112% do CDI	-
	100% do IGPM	-
	100% do IPCA	-
	Pré-fixadas: 3,41% a 16,97%	-
	104,75% da SELIC	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	80% a 102,50% do CDI	-
	Pré-fixadas: 2,40% a 10,33%	-
	100% do IPCA	-
	1,5% a 1,7% do IPCA	-
	1,65% da TR	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	85% a 102,50% do CDI	-
Letra Imobiliária Garantida - LIG	94% a 98% do CDI	-
Eurobonds	-	0% a 10%
	-	CDI+6,4%

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais			
Moeda:	2020	2019	2018
Real	47.490.706	64.987.092	70.109.585
Dólar norte-americano	9.384.808	8.715.382	4.516.647
Total	56.875.514	73.702.474	74.626.232

Moeda:	Juros médios (%)		
	2020	2019	2018
Real	2,5%	5,0%	5,5%
Dólar norte-americano	5,2%	4,1%	5,9%
Total	3,9%	4,5%	5,6%

As variações no saldo "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	73.702.474	74.626.232	70.247.012
Emissões	60.047.656	53.017.039	73.765.081
Pagamentos	(82.900.914)	(61.914.716)	(78.903.009)
Juros (nota 32)	2.785.942	5.138.306	4.606.949
Variação cambial e outros (1)	3.240.356	2.835.613	4.910.199
Saldo no final do exercício	56.875.514	73.702.474	74.626.232

(1) Em 2020, a Variação Cambial atrelada às "Obrigações por títulos e valores mobiliários" estão relacionadas aos Eurobonds.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nenhum desses instrumentos foram convertidos em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado correspondentes em cada exercício.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2020	2019	2018
				LIBOR 3M +			
Eurobonds	2017	2019	USD	1,00%	-	-	194.243
Eurobonds	2017	2021	BRL	4,4%	14.469	63.181	855.035
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10,0%	853.929	664.996	19.386
				Zero Coupon a			
Eurobonds	2018	2019	USD	9%	-	-	197.055
				LIBOR 3M +			
Eurobonds	2018	2019	USD	0,95%	-	-	34.776
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%	-	37.476	1.211.361
				LIBOR 1M +			
Eurobonds	2018	2019	USD	1,5%	-	-	1.287.821
Eurobonds	2017	2020	BRL	4,4%	-	929.042	639.275
Eurobonds	2018	2020	USD	Acima de 3,5%	-	35.438	-
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	1.625.192	1.260.099	-
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	1.720.187	1.427.601	-
Eurobonds	2019	2020	USD	0% a 4,4%	-	3.556.724	-
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI + 6,4%	1.279.506	727.118	-
Eurobonds	2020	2021	USD	CDI + 1,9%	170.257	-	-
Eurobonds	2020	2021	USD	0% a 4%	3.252.482	-	-
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4%	16.923	-	-
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI + 1,9%	121.926	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 8%	22.888	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI + 1,9%	223.435	-	-
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI + 1,9%	98.082	-	-
Outras					-	13.707	77.695
Total					9.399.277	8.715.382	4.516.647

19. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Em milhares de Reais						
	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.) ⁽¹⁾	2020	2019
Nível I (2)	nov-18 Sem Prazo (Perpétuo)		US\$1.250	7,250%	6.554.451	5.092.153
Nível II (2)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	6.565.209	5.083.808
Total					13.119.660	10.175.961
						9.779.944

(1) As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

(2) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2020	2019	2018
Saldos no início do exercício	10.175.961	9.779.944	8.436.901
Emissão - Nível I	-	-	4.673.875
Emissão - Nível II	-	-	4.673.875
Juros Nível I (1)	506.771	272.947	331.677
Juros Nível II (1)	402.622	230.594	272.539
Variação Cambial e Outros	2.948.951	221.368	1.960.467
Pagamento de juros - Nível I	(495.789)	(178.278)	(381.008)
Pagamento de juros - Nível II	(418.856)	(150.614)	(302.775)
Recompra	-	-	(9.885.607)
Saldo no final do exercício	13.119.660	10.175.961	9.779.944

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares" (Nota 32).

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil. Nesta mesma data, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compõem o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2.5 bilhões.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,25% a.a.; (c) sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,125% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 8 de novembro de 2028; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Cartões de crédito	48.912.963	38.531.519	39.761.739
Transações pendentes de liquidação (2)	7.210.396	7.239.785	3.356.871
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar	1.223.310	7.826.247	4.508.569
Contas de cobrança fiscal - tributos a recolher	864.292	883.768	1.205.746
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	55.105	75.500	126.906
Outros passivos financeiros (1)	8.595.084	6.328.551	2.769.005
Total	66.861.150	60.885.370	51.728.836

(1) Em 31 de dezembro de 2020, inclui o passivo financeiro no valor total de R\$0 milhões (2019 - R\$1.600 milhões e 2018 - R\$519 milhões), referente ao compromisso da opção de venda das ações detidas pelo Banco Bonsucesso (NE 3.a) e R\$0 (2019 - R\$0 milhões e 2018 - R\$1.427 milhões), referente a opção de venda tendo por objeto as ações de emissão da Getnet S.A, que foi autorizada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e liquidada em 25 de fevereiro de 2019.

(2) Inclui operações a liquidar com a B3 S.A. e ordens de pagamento em moeda estrangeira.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

21. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de provisões para fundo de pensões e obrigações similares totalizou R\$3.929.265 (2019 - R\$4.960.620 e 2018 - R\$3.357.654).

I. Plano de pensão complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

- **Plano I:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

- **Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

- **Plano III:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

- **Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75:** plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

- **Plano I:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

- **Plano II:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

- **Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN):** complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

- **Plano Sanprev I:** plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

- **Plano Sanprev II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio- natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- **Plano Sanprev III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

• Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

• Bandeprev - Bande Previdência Social (Bandeprev)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

• Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2020, foram de R\$69.142 (2019 – R\$110.325 e 2018 – R\$89.959).

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2020 foram de R\$14.054 (2019 – R\$ \$8.917).

II. Plano de assistência médica e odontológica

• Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

• Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi):

O plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

• Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares):

Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

• Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

• Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios):

Fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Diretores Saúde:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

• **Clínica Grátis:**

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

• **Seguro de Vida para aposentados (Seguros de Vida):**

Concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

• **Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida):**

Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• **Método de avaliação**

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

• **Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial e cálculo dos juros sobre os ativos**

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos pós-emprego – 6,8% (2019 - 7,1% e 2018 - 9,1%).
- Cabesp, Lei 9.656 e Outras obrigações similares – 7,1% (2019 - 7,2% e 2018 - 9,3%).

• **Taxa estimada de inflação no longo prazo**

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos – 3,3% (2019 - 3,5% e 2018 - 4,0%).

• **Taxa estimada de aumento nominal dos salários**

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos – 3,8% (2019 - 4,0% e 2018 - 5,0%).

A situação de custeio das obrigações de benefício definido de 2020 e dos últimos 2 anos é a seguinte:

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2020	2019	2018
Valor presente das obrigações - Planos pós-emprego:			
Aos atuais funcionários	478.837	687.786	716.492
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	28.202.580	27.369.696	23.296.715
	28.681.417	28.057.482	24.013.207
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	28.634.891	25.822.890	22.708.990
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(2.762.220)	(1.346.547)	(1.079.808)
Provisões - Planos pós-emprego, líquidas	2.808.746	3.581.139	2.384.025
Valor presente das obrigações - Outras obrigações similares			
Aos atuais funcionários	135.902	204.439	184.606
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	5.782.124	6.047.368	4.604.466
	5.918.026	6.251.807	4.789.072
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	5.398.667	5.222.517	4.157.251
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(240.010)	-	(68.527)
Provisões - Outras obrigações similares, líquidas	759.370	1.029.290	700.347
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	3.568.115	4.610.429	3.084.373
Sendo:			
Provisões atuariais	3.929.265	4.960.620	3.357.654
Ativos atuariais (nota 15)	361.149	350.191	273.281

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I,II e III e Bandeprev.

No quarto trimestre de 2018, a Administração liquidou, em caráter extraordinário, o déficit atuarial de 2017 dos planos Banesprev V e DAB, nos valores de R\$295.529 e R\$1.246, respectivamente, e o aporte no valor estimado de R\$152.329 para cobertura do déficit atuarial de 2018 para o Banesprev Pré 75.

No primeiro semestre de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas resultaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

	2020	Planos pós-emprego	
		2019	2018
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 39)	4.186	2.774	3.142
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	108.268	149.232	124.754
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	97.291	100.346	104.160
Outros movimentos - Encargos Extraordinários	16.786	(1.101)	12.432
Total	226.532	251.251	244.488

Outras obrigações similares

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2020	2019	2018
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 40)	5.860	8.142	5.797
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	71.374	61.845	76.124
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	-	3.173	15.521
Outros movimentos - Encargos Extraordinários (2)	(142)	22.624	(816.230)
Total	77.092	95.784	(718.788)

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

	Planos pós-emprego		
	2020	2019	2018
Valor presente das obrigações no início do exercício	28.057.482	24.013.207	22.001.609
Custos dos serviços correntes (Nota 40)	4.186	2.774	3.142
Custo dos juros	1.940.515	2.087.484	2.029.099
Benefícios pagos	(2.060.960)	(1.960.103)	(1.876.014)
Perdas (ganhos) atuariais	722.261	3.908.350	1.674.908
Outros	17.933	5.770	180.463
Valor presente das obrigações no fim do exercício	28.681.417	28.057.482	24.013.207

	Outras obrigações similares		
	2020	2019	2018
Valor presente das obrigações no início do exercício	6.251.807	4.789.072	5.043.761
Custos dos serviços correntes (Nota 40)	5.860	8.142	5.797
Custo dos juros	448.836	443.837	438.567
Benefícios pagos	(337.742)	(378.782)	(346.185)
Perdas (ganhos) atuariais	(450.735)	1.366.837	455.193
Outros (1)	-	22.701	(808.061)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	5.918.026	6.251.807	4.789.072

- (1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas implicaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários. Nas Demonstrações Consolidadas do Resultado, esse montante, foi registrado na rubrica Provisões (Líquidas).

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	Planos pós-emprego		
	2020	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	25.822.890	22.708.990,00	20.689.637
Receitas (Despesas) com Juros	1.832.247	1.938.252	1.904.345
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	2.994.598	3.087.544	1.347.689
Contribuições	49.716	51.807	481.959
Sendo:			
Pelo Banco	44.970	44.752	472.723
Por participantes do plano	4.746	7.055	9.236
Benefícios pagos	(2.060.960)	(1.960.103)	(1.876.014)
Variações cambiais e outros itens	(3.600)	(3.600)	161.374
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	28.634.891	25.822.890	22.708.990

Outras obrigações similares

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2020	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.222.517	4.157.251	3.721.147
Receitas (Despesas) com Juros	377.462	381.992	362.444
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	(34.409)	915.626	304.632
Contribuições	132.416	107.037	72.548
Sendo:			
Pelo Banco	132.416	107.037	72.548
Benefícios pagos	(299.319)	(339.389)	(310.458)
Variações cambiais e outros itens	-	-	6.938
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.398.667	5.222.517	4.157.251

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	2020	Planos pós-emprego 2019	2018
Experiência do Plano	(807.895)	(446.444)	(803.717)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	85.634	(2.615.119)	(871.176)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	1.228	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(722.261)	(3.060.335)	(1.674.893)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.994.598	2.624.960	1.344.089
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	2.994.598	2.624.960	1.344.089
Mudança no Superávit / Déficit Irrecuperável	(1.318.382)	(164.428)	117.320

	2020	Outras obrigações similares 2019	2018
Experiência do Plano	289.237	(209.175)	(79.810)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	182.120	(1.157.662)	(376.949)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(20.621)	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	450.735	(1.366.837)	(456.759)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(34.409)	915.626	307.048
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(34.409)	915.626	307.048
Mudança no Superávit Irrecuperável	(240.010)	71.698	(52.604)

Os ajustes de experiência resultantes de passivos e ativos dos planos estão expressos a seguir:

	2020	Planos pós-emprego 2019	2018
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	2.994.598	2.624.960	1.344.089

	2020	Outras obrigações similares 2019	2018
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(34.409)	915.626	307.048

Os montantes de obrigação atuarial dos planos de benefício definido sem cobertura e os planos de benefícios definido parcial ou totalmente cobertos estão expressos a seguir:

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Planos de benefício definido sem cobertura	759.370	815.929	700.347
Planos de benefício definido parcial ou totalmente cobertos	33.840.073	33.493.360	28.101.932

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2020	2019	2018
Instrumentos de patrimônio	0,00%	0,00%	4,81%
Instrumentos de dívida	97,41%	92,92%	94,59%
Bens imóveis	0,17%	0,26%	0,28%
Outros	2,45%	6,82%	0,32%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

O valor do retorno real dos ativos do plano foi de R\$ 4.826.845 (2019 - R\$6.301.111 e 2018 - R\$3.823.004).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2020, projetados para os próximos dez anos:

2021	2.281.173
2022	2.334.653
2023	2.385.827
2024	2.435.557
2026	2.482.183
2026 a 2030	12.981.893
Total	24.901.286

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	2020		2019		Sensibilidade 2018	
	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros						
(+)0,5%	(28.711)	(402.547)	(31.672)	(440.072)	(29.066)	(307.980)
(-)0,5%	32.099	450.049	35.572	494.257	32.403	343.340
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral						
Aplicada (+) 2 anos	(47.637)	(667.904)	(51.720)	(718.632)	(45.937)	(486.742)
Aplicada (-) 2 anos	54.226	760.289	56.687	787.636	49.355	522.958
Custo Assistência Médica						
(+)0,5%	34.718	486.769	38.388	533.380	35.949	380.906
(-)0,5%	(31.637)	(443.569)	(35.060)	(487.146)	(32.100)	(340.122)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Planos pós-emprego
--------	--------------------

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Duração (em Anos)
Banesprev Plano I	11,92
Banesprev Plano II	12,38
Banesprev Plano III	10,79
Banesprev Plano IV	14,80
Banesprev Plano V	9,24
Banesprev Pré-75	10,10
Sanprev I	6,93
Sanprev II	11,57
Sanprev III	10,46
Bandeprev Básico	10,08
Bandeprev Especial I	6,80
Bandeprev Especial II	6,53
SantanderPrevi	7,69
CACIBAN / DAB / DCA	6,46/5,88/7,06

Planos	Outras obrigações similares
Cabesp	15,03
Bandepe	14,98
Clínica Grátis	11,47
Diretores	
Vitalícios	9,27
Diretores Saúde	25,65
Circulares ⁽¹⁾	13,47 E 11,92
Seguro de Vida	7,99

(1) A duração 12,15 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 11,93 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Aposentadoria	2020 Saúde	Aposentadoria	2019 Saúde	Aposentadoria	2018 Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	6,8%	7,1%	7,1%	7,2%	9,1%	9,3%
Taxa para Cálculo dos Juros, para Exercício Seguinte(1)	6,8%	7,1%	7,1%	7,2%	9,1%	9,3%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,3%	3,3%	3,5%	3,5%	4,0%	4,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,8%	N/A	4,0%	4,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Custo líquido dos juros sobre a obrigação de benefício definido, juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano e juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativos

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

22. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões**a) Composição**

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	3.929.265	4.960.620	3.357.654
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	9.885.713	11.371.205	11.338.244
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (nota 15)	496	103.272	605.638
Processos judiciais e administrativos	8.648.892	9.226.735	9.507.240
Sendo:			
Cíveis	3.429.155	3.201.061	3.377.338
Trabalhistas	2.886.990	3.504.296	3.819.107
Fiscais e Previdenciárias	2.332.747	2.521.378	2.310.795
Provisões para compromissos contingentes (Nota 22.b)	724.779	683.918	626.267
Provisões diversas	511.546	1.357.280	599.099
Total	13.814.978	16.331.825	14.695.898

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	2020 Total
Saldo no início do exercício	4.960.620	11.365.589	16.331.825
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	276.933	-	276.933
Despesas com pessoal (nota 40)	10.046	-	10.046
Constituições /			
Reversões e Atualizações			
de provisões	13.044	1.565.402	1.578.446
Outros Resultados Abrangentes	(1.133.245)	-	(1.133.245)
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	40.861	40.861
Pagamentos a fundos externos	(215.829)	-	(215.829)
Valor pago		(3.136.423)	(3.136.423)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	17.695	-	17.695
Transferências, variações cambiais e outras variações		50.284	50.284
Saldo no fim do exercício	3.929.265	9.885.713	13.814.978

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

				2019
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total	
Saldo no início do exercício	3.357.654	11.338.244	14.695.898	
Adições debitadas ao resultado:				
Receitas e Despesas com juros e similares	314.596	-	314.596	
Despesas com pessoal (nota 40)	10.917	-	10.917	
Constituições /				
Reversões e				
Atualizações de				
provisões	21.523	2.936.187	2.957.710	
Outros Resultados Abrangentes	1.416.815	-	1.416.815	
Constituição de provisões para compromissos contingentes		(57.651)	(57.651)	
Pagamentos a fundos externos	(183.899)	-	(183.899)	
Valor pago		(2.865.087)	(2.865.087)	
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	23.014	-	23.014	
Transferências, variações cambiais e outras variações		19.512	19.512	
Saldo no fim do exercício	4.960.620	11.371.205	16.331.825	
				2018
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total	
Saldo no início do exercício	3.923.456	10.063.459	13.986.915	
Adições debitadas ao resultado:				
Receitas e Despesas com juros e similares	320.559	-	320.559	
Despesas com pessoal (nota 40)	8.939	-	8.939	
Constituições /				
Reversões e Atualizações				
de provisões	(801.332)	3.556.512	2.755.180	
Outros Resultados Abrangentes	483.058	-	483.058	
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	(48.246)	(48.246)	
Pagamentos a fundos externos	(594.024)	-	(594.024)	
Valor pago	-	(2.247.172)	(2.247.172)	
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	16.998	-	16.998	
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	13.691	13.691	
Saldo no fim do exercício	3.357.654	11.338.244	14.695.898	

(1) Para maiores informações, consultar a nota 22. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.1) Provisões para compromissos contingentes

Conforme nota 2.iii.ix, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões no exercício de 2020 e 2019.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial do IFRS 9)	683.918	626.267	674.513
Constituição de provisão para compromissos contingentes	40.861	57.651	(48.246)
Saldo no fim do exercício	724.779	683.918	626.267

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e COFINS** - R\$3.993.873 (31/12/2019 - R\$3.755.556): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei Nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, registrado na linha de "Provisões".

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - R\$924.457 (31/12/2019 - R\$906.355): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso de Apelação. Em 08 de dezembro de 2020, a apelação foi julgada, mantendo-se a sentença de primeiro grau. Aguarda-se publicação do acórdão para a interposição dos respectivos recursos aos tribunais superiores. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.
- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** R\$51.409 (31/12/2019 - R\$282.053) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.
- **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$263.183 (2019 - R\$224.631 e 2018 - R\$228.403): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. (Nota 23.c.4 – Risco de Perda Possível).

b.3) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

- São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$27.447 milhões, sendo os principais processos os seguintes:
- INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos instaurados pelas autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2020, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$4.931 milhões.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2020, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.582 milhões.
- Compensação Não Homologada** - O Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$ 4.641 milhões.
- Amortização do Ágio do Banco Real** - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.440 milhões.
- Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais feitos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$581 milhões.
- Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL** - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de R\$ 1.072 milhões.
- Amortização do Ágio do Banco Sudameris** - As autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, e, atualmente, aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$646 milhões.
- IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - A Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.. Em 31 de dezembro de 2020, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$488 milhões.
- Amortização do Ágio da Getnet Tecnologia** - as autoridades fiscais lavraram autos de infração contra Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A e Banco Santander (Brasil) S.A. para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição da Getnet Tecnologia., referentes ao período base de 2014 a 2018. Na visão da Receita Federal, a empresa não teria cumprido os requisitos legais para tal amortização. Ambas companhias apresentaram as respectivas defesas e aguardam julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$807 milhões.
- As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$227 milhões, excluindo o processo abaixo:
- Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI** - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. Em Execução Provisória,

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

- Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.753 milhões, sendo os principais processos os seguintes:
- Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe** - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia** - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.
- Ação Oriunda de Disputa Contratual** - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

b.4) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$0, R\$0 e R\$496 (2019 - R\$102.482, R\$213 e R\$578) de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

23. Ativos e passivos fiscais**a) Imposto de renda e contribuição social**

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Resultado Operacional antes da tributação	9.663.975	22.273.149	15.909.771
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	-	-	(4.080.000)
Resultado Operacional antes da tributação	9.663.975	22.273.149	11.829.771
Alíquota (25% de imposto de renda e 20% de contribuição social)	(4.348.789)	(8.909.260)	(5.323.397)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (2)(6)	(1.589.260)	(1.983.839)	(1.490.190)
Não tributável/Não dedutível:			
Equivalência patrimonial	85.723	59.795	29.681
Ágio(3)	(183.854)	(137.175)	(101.305)
Variação cambial - filiais no exterior (4)	6.831.484	715.424	2.792.995
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (6)	(57.663)	214.242	384.554
Ajustes:			
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	.022	70.223	136.353
Juros sobre Capital Próprio	1.478.138	1.604.000	-
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (5)	353.777	2.796.493	(90.013)
Outros ajustes	665.239	(71.602)	551.469
Imposto sobre a renda	3.786.778	(5.641.699)	(3.109.853)
Sendo:			
Impostos correntes (6)	(5.111.380)	(6.692.328)	(4.704.293)
Impostos diferidos	8.898.158	1.050.629	1.594.440
Impostos pagos no exercício	(1.269.150)	(5.301.184)	(3.668.571)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros deveriam estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado como um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) A diferença entre a base fiscal e a base contábil do ágio de aquisição do Banco ABN Amro Real S.A. constitui uma diferença de natureza permanente e definitiva. A Administração considera que a possibilidade de perda por *impairment* ou alienação é remota e somente se aplica à entidade como um todo e em função das características da combinação de negócios realizada, não sendo possível segregar e identificar os negócios originalmente adquiridos por isso não há o registro de passivo fiscal diferido.

(4) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(5) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%, bem como o efeito dos 5% adicionais aplicáveis às instituições financeiras, válidos até o final do exercício de 2018.

(6) Inclui principalmente o efeito fiscal sobre despesas com doações, receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, Luxemburgo e uma subsidiária chamada Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações (hedge econômico). De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

	2020	2019	2018
Variações cambiais (líquidas)			
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	16.791.857	1.512.322	6.673.535
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros			
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(30.374.869)	(2.776.601)	(12.540.855)
Impostos sobre a renda			
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	311.819	(106.497)	255.481
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	13.271.193	1.370.776	5.611.839

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Resultado Operacional antes da tributação	9.663.975	22.273.149	15.909.771
Imposto sobre a renda	(3.786.778)	5.641.699	3.109.853
Alíquota efetiva	(39,18%)	25,33%	19,55%

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	----------------------------------	---------------------------	-----------------------------------	------------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	3.008.035	3.517.590	2.785.330
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	472.472	416.748	369.805
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	1.533	186	2.081
Avaliação de hedge de investimento	562.353	562.353	562.353
Avaliação de plano de benefício definido	1.971.677	2.538.303	1.851.091
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(3.087.311)	(3.952.457)	(2.168.758)
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(2.700.991)	(3.618.126)	(1.997.600)
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	(386.284)	(322.080)	(163.038)
Avaliação de plano de benefício definido	(36)	(12.251)	(8.120)
Total	(79.276)	(434.867)	616.572

Refere-se a impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido derivados de diferenças temporárias contabilizadas no patrimônio líquido.

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Ativos Fiscais Diferidos	37.981.698	30.295.062	27.680.578
Sendo:			
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	32.113.436	29.565.702	26.416.527
Prejuízo fiscal	5.693.104	367.120	846.587
CSLL 18%	175.158	362.240	417.464
Total de ativos fiscais diferidos	37.981.698	30.295.062	27.680.578
Passivos fiscais Diferidos	4.546.595	5.540.873	3.031.389
Sendo:			
Depreciação excedente de bens arrendados	166.903	148.839	123.257
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	4.379.692	5.392.034	2.908.132
Total de passivos fiscais diferidos	4.546.595	5.540.873	3.031.389

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") sobre empréstimos e valores a receber, provisões para processos judiciais e administrativos e ao efeito do valor justo de instrumentos financeiros.

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos três exercícios foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/de incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Ativos Fiscais Diferidos	30.295.060	8.362.100	(400.583)	(418.784)	161.603	37.999.396
Diferenças temporárias	29.565.700	3.223.197	(400.583)	(418.784)	161.603	32.131.133
Prejuízo fiscal	367.120	5.325.984	-	-	-	5.693.104
CSLL 18%	362.240	(187.081)	-	-	-	175.159
Passivos fiscais diferidos	5.540.873	129.231	(1.063.160)	(60.349)	-	4.546.595
Diferenças temporárias	5.540.873	129.231	(1.063.160)	(60.349)	-	4.546.595
Total	24.754.187	8.232.869	662.577	(358.435)-	161.603	33.452.801

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/de dezembro de Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Ativos Fiscais Diferidos	27.680.578	3.693.727	471.499	(1.550.744)	-	30.295.060
Diferenças temporárias	26.416.527	4.240.405	471.499	(1.562.731)	-	29.565.700
Prejuízo fiscal	846.587	(491.454)	-	11.987	-	367.120
CSLL 18%	417.464	(55.224)	-	-	-	362.240
Passivos fiscais diferidos	3.031.389	781.448	1.773.065	(45.029)	-	5.540.873
Diferenças temporárias	3.031.389	781.448	1.773.065	(45.029)	-	5.540.873
Total	24.649.189	2.912.279	(1.301.566)	(1.505.715)	-	24.754.187

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/de dezembro de Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2018
Ativos Fiscais Diferidos	24.778.078	1.674.317	(186.260)	1.369.934	44.509	27.680.578
Diferenças temporárias	23.375.600	1.812.744	(186.260)	1.369.934	44.509	26.416.527
Prejuízo fiscal	866.579	(19.992)	-	-	-	846.587
CSLL 18%	535.899	(118.435)	-	-	-	417.464
Passivos fiscais diferidos	2.496.531	79.877	607.773	(153.623)	831	3.031.389
Diferenças temporárias	2.496.531	79.877	607.773	(153.623)	831	3.031.389
Total	22.281.547	1.594.440	(794.033)	1.523.557	43.678	24.649.189

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.

(2) Em 2020 refere-se, principalmente, ao net dos impostos diferidos no montante de R\$1.595.773 (2019 – R\$1.216.311 e 2018 – R\$241.708), que possuem a mesma contraparte e prazo de realização.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ano	Ativos fiscais diferidos				Passivos fiscais diferidos	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	CSLL 18%	Total	Diferenças temporárias	Total
2021	4.334.901	3.214.512	175.158	7.724.571	2.282.399	2.282.399
2022	12.412.237	60.066	-	12.472.303	2.123.509	2.123.509
2023	10.671.466	266.517	-	10.937.983	31.007	31.007
2024	819.052	2.034.568	-	2.853.620	16.662	16.662
2025	2.758.198	9.520	-	2.767.718	16.028	16.028
2026 a 2028	525.852	107.921	-	633.773	46.338	46.338
2029 a 2030	609.428	-	-	609.428	30.652	30.652
Total	32.131.134	5.693.104	175.158	37.999.396	4.546.595	4.546.595

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração
----------------------------	---------------------------------------	---------------------------	--------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

24. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Despesas provisionadas e receitas diferidas (1)	5.115.936	5.038.011	3.193.291
Transações em andamento (3)	674.162	785.418	925.336
Provisão para pagamento com base em ações	325.930	317.539	260.739
Passivos por contratos de seguros	1.987.577	1.901.801	1.797.167
Outros (2)	5.947.640	2.878.175	2.918.615
Total	14.051.245	10.920.944	9.095.148

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.

(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar como Taxas Administrativas, Valores a Pagar de Sociedades Ligadas e Fornecedores.

(3) Inclui principalmente valores a repassar às bandeiras de cartões de crédito (recursos em trânsito) e valores a liberar referentes às operações de créditos imobiliários.

25. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente incluem as mudanças na rubrica "Outros Resultados Abrangentes", como segue:

- Ajuste ao valor de mercado - Ganhos/(perdas): incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.
- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.
- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos Financeiros com efeito no Patrimônio Líquido**a.1) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes**

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (Nota 6 e 7), líquidos de impostos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (IFRS 9) em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020			
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	11.061.691	(8.832.504)	2.229.187	109.317.614
Títulos privados	953.043	(840.101)	112.942	38.131
Total	12.014.734	(9.672.605)	2.342.129	109.355.745

Em milhares de Reais	2019			
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	7.251.721	(3.952.558)	3.299.163	95.961.823
Títulos privados	824.294	(778.175)	46.119	1.104
Total	8.076.015	(4.730.733)	3.345.282	95.962.927

Em milhares de Reais	2018			
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	3.917.451	(1.608.673)	2.308.778	85.395.136
Títulos privados	1.546.895	(1.863.092)	(316.197)	555
Total	5.464.346	(3.471.765)	1.992.581	85.395.691

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência de que os instrumentos classificados como Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (títulos de dívida) têm indícios de perda por redução ao valor recuperável.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - Hedge de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de hedge que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles sejam reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (Nota 8).

c) Hedge de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Outros Resultados Abrangentes - Hedges de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Em 2019, esse hedge foi descontinuado (Nota 8.a5).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (Nota 2.a).

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

26. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Participações não-controladoras	312.885	558.581	529.990
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	447	447
Getnet S.A.	-	-	249.007
Olé Consignado S.A.	-	271.078	116.967
Banco PSA Finance Brasil S.A.	138.644	131.222	155.399
Rojo Entretenimento S.A.	7.087	7.245	7.015
Banco Hyundai Capital	167.155	148.589	
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Atual denominação Social da Ipanema Empreendimentos e Participações)	-	-	1.155

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Lucro atribuível às participações não-controladoras	32.224	224.518	217.441
Sendo:			
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	(444)	3	25
Getnet S.A.	-	3.962	55.518
Olé Consignado S.A.	-	199.332	138.527
Banco PSA Finance Brasil S.A.	14.146	15.887	17.914
Rojo Entretenimento S.A.	(159)	230	166
Banco Hyundai Capital	18.681	2.520	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Atual denominação Social da Ipanema Empreendimentos e Participações)	-	2.584	1.150
Outros	-	-	4.141

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	558.581	529.990	436.894
Mudança no escopo de consolidação (1)	(271.078)	51.073	6.849
Dividendos pagos / Juros sobre capital próprio	-	(92.734)	(60.936)
Aumento de Capital (2)	-	100.000	48.000
Lucro atribuível às participações não-controladoras	32.224	224.518	213.300
Atualização PUT Olé Consignado S.A.	-	(240.000)	(106.440)
Outros	(6.842)	(14.266)	(7.677)
Saldo no encerramento do exercício	312.885	558.581	529.990

(1) Em 2019, refere-se, principalmente ao Banco Hyundai Capital que era consolidado pelo método de equivalência patrimonial. Em 2020, refere-se à incorporação do Banco Olé Consignado S.A pela Companhia.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) Em 2019 e 2018, refere-se ao aumento de capital social do Olé Consignado.

27. Patrimônio líquido**a) Capital social**

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

			2020		Ações - mil 2019	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no Brasil	109.885	135.438	245.323	90.069	115.785	205.854
De Domiciliados no exterior	3.708.810	3.544.398	7.253.208	3.728.626	3.564.051	7.292.677
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(18.829)	(18.829)	(37.658)	(16.702)	(16.702)	(33.404)
Total em circulação	3.799.866	3.661.007	7.460.873	3.801.993	3.663.134	7.465.127

			Ações - mil 2018	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
De Domiciliados no País	82.043	107.699	189.742	
De Domiciliados no Exterior	3.736.652	3.572.137	7.308.789	
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	
(-) Ações em tesouraria	(13.317)	(13.317)	(26.634)	
Total em circulação	3.805.378	3.666.519	7.471.897	

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais levantados em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O montante de R\$665.000 de JCP que foi pago em fevereiro de 2021, está registrado na rubrica de outras obrigações – sociais e estatutárias (R\$7.800.000 em 2019 e R\$4.800.000 em 2018).

	2020			
	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	890.000	113,7129	125,0842	238,7972
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	770.000	98,3793	108,2172	206,5965
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.000.000	127,7636	140,5400	268,3036
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	665.000	84,9626	93,4589	178,4214
Total	3.325.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de

atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título

de atualização monetária

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a

título de atualização monetária

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos a partir de 1º de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração

a título de atualização monetária

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020

	2019			
	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291
Dividendos Intercalares (2) (6)	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	1.000.000	127,6610	140,4271	268,0881
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	1.010.000	128,9673	141,8641	270,8314
Dividendos Intercalares (5) (6)	6.790.000	867,0180	953,7197	1.820,7377
Total	10.800.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor de juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

		2018		
	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1)	600.000			
(6)		76,3304	83,9634	160,2938
Juros sobre o Capital Próprio (2)	600.000			
(6)		76,4956	84,1451	160,6407
Juros sobre o Capital Próprio (3)	600.000			
(6)		76,4985	84,1484	160,6469
Dividendos Intercalares (4) (6)	2.880.000	367,4149	404,1564	771,5713
Juros sobre o Capital Próprio (5)	1.920.000			
(6)		244,9433	269,4376	514,3809
Total	6.600.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 março de 2018, ordinárias - R\$64,8808, preferenciais - R\$71,3689 e Units - R\$136,2497 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e pagos a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 setembro de 2018, ordinárias - R\$65,0237, preferenciais - R\$71,5261 e Units - R\$136,5498 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018, ordinárias - R\$312,3027, preferenciais - R\$343,5329 e Units - R\$655,8356 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018 e pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) O valor dividendos e juros sobre o capital próprio será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	2020 Quantidade Units	2019 Quantidade Units	2018 Quantidade Units
Ações em Tesouraria no início do Exercício	16.702	13.317	1.773
Aquisições de Ações	5.052	6.465	15.816
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(2.925)	(3.080)	(4.272)
Ações em Tesouraria no final do Exercício	18.829	16.702	13.317
Saldo de Ações em Tesouraria em milhares de reais	789.587	R\$ 679.364	R\$ 460.550
Custos de Emissão em milhares de reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771	R\$ 882
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	791.358	R\$ 681.135	R\$ 461.432
Custo / Cotação da Ação	Units	Units	Units
Custo mínimo (1)	R\$7,55	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado (1)	R\$33,24	R\$28,59	R\$28,59
Custo máximo (1)	R\$49,55	R\$43,84	R\$43,84
Cotação da Ação	R\$44,83	R\$42,70	R\$42,70

(1) Considerando desde o início das operações em bolsa.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em uma perda de R\$9.274 (2019 – perda de R\$5.796 e 2018 – perda de R\$15.868), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

28. Lucro por Ação**a) Lucro por Ação Básico**

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

	2020	2019	2018
Lucro atribuível à controladora	13.418.529	16.406.932	12.582.477
Lucro por Ação (em reais - R\$)			
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R\$):			
Ações ordinárias	1.713,45	2.094,83	1.604,34
Ações preferenciais	1.884,80	2.304,32	1.764,78
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias	6.511.367	7.965.194	6.108.349
Ações preferenciais	6.907.162	8.441.738	6.474.128
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico			
Ações ordinárias	3.800.140	3.802.303	3.807.386
Ações preferenciais	3.664.666	3.663.444	3.668.527

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

	2020	2019	2018
Lucro atribuível à controladora	13.418.529	16.406.932	12.582.477
Lucro por Ação (em reais - R\$)			
Lucro Diluído por 1.000 ações (em reais - R\$):			
Ações ordinárias	1.713,45	2.094,83	1.604,34
Ações preferenciais	1.884,80	2.304,32	1.764,78
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias	6.511.367	7.965.194	6.108.349
Ações preferenciais	6.907.162	8.441.738	6.474.128
Média Ponderada das ações em circulação - Diluído			
Ações ordinárias	3.800.140	3.802.303	3.807.386
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações (1)	-	-	-
Ações preferenciais	3.664.666	3.663.444	3.668.527
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações (1)	-	-	-

(1) O período de exercício da Opção de Compra do plano de Incentivo de Longo Prazo SOP 2013 foi encerrado em junho de 2018. O Banco não possui planos de remuneração baseado em ações vigentes (Nota 39) e consequentemente não possui itens antidiluíveis.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (NTN-A), compromissadas, LCI Cancelável e em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apuração dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos. Abaixo estão demonstradas as características de valorização consideradas para os principais instrumentos financeiros classificados como nível 3:

Categoria	Tipo Ativo/Passivo	Técnica de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de Inflação	<i>Discounted cash flow</i>	Taxa de Cupom de IGPM
	Swap de taxa de juros	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas pré-fixadas de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo IDI
	Opções de Moeda	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Passivo de previdência	Modelo Atuarial	Taxa de Cupom de IGPM
	Títulos privados	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas de desconto ("Yields") de NTN-C e TDA
Opções de Venda	Opções de venda	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas de crescimento e taxas de desconto

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A política do Banco Santander sobre classificação de instrumentos na hierarquia de valor justo vigente a partir de setembro/2018, introduziu procedimentos mais granulares acerca dos processos de classificação de instrumentos. Foram incluídas definições relativas a instrumentos, fatores de risco e prazos bem como sobre o grau de observabilidade de preços nos mercados, bem como sobre sua relevância no modelo de mensuração de seu valor justo. A aplicação das novas definições a partir de setembro de 2018 resultou nas reclassificações de certos instrumentos financeiros, conforme demonstrado na seção "Movimentação de Valor Justo de Nível 3".

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2020 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	588.778	57.354.806	2.956.882	60.900.466
Instrumentos de dívida	588.778	-	2.956.882	3.545.660
Reservas no Banco Central do Brasil	-	57.354.806	-	57.354.806
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	70.139.962	27.508.722	817.548	98.466.232
Instrumentos de dívida	68.461.854	11.848	47.097	68.520.799
Instrumentos de patrimônio	1.678.108	128.251	11.917	1.818.276
Derivativos	-	27.368.623	758.534	28.127.157
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	217.569	282.151	499.720
Instrumentos de patrimônio	-	185.790	253.122	438.912
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	31.779	29.029	60.808
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	106.456.132	1.987.234	1.297.021	109.740.387
Instrumentos de dívida	106.454.645	1.953.504	1.260.065	109.668.214
Instrumentos de patrimônio	1.487	33.730	36.956	72.173
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	743.463	-	743.463
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	76.890.170	753.121	77.643.291
Derivativos	-	31.082.223	753.121	31.835.344
Posições vendidas	-	45.807.947	-	45.807.947
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.038.467	-	7.038.467
Outros Passivos Financeiros	-	7.038.467	-	7.038.467
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	144.594	-	144.594

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	975.393	28.739.507	2.627.405	32.342.305
Instrumentos de dívida	975.393	132.277	2.627.405	3.735.075
Reservas no Banco Central do Brasil	-	28.607.230	-	28.607.230
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	35.057.803	21.247.552	715.548	57.020.903
Instrumentos de dívida	33.028.333	1.726.441	130.857	34.885.631
Instrumentos de patrimônio	2.029.470	-	-	2.029.470
Derivativos	-	19.521.111	584.691	20.105.802
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	143.077	627	27.749	171.453
Instrumentos de patrimônio	143.077	627	27.749	171.453
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	93.555.527	1.612.741	951.966	96.120.234
Instrumentos de dívida	93.531.617	1.612.741	818.569	95.962.927
Instrumentos de patrimônio	23.910	-	133.397	157.307
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	339.932	-	339.932
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	45.499.913	564.757	46.064.670
Derivativos	-	21.664.260	564.757	22.229.017
Posições vendidas	-	23.835.653	-	23.835.653
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		3.719.416	1.600.000	5.319.416
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	200.961	-	200.961

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2018 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.660.859	40.540.054	510.887	43.711.800
Instrumentos de dívida	2.660.859		510.887	3.171.746
Reservas no Banco Central do Brasil	-	40.540.054	-	40.540.054
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	49.855.112	17.626.932	1.370.270	68.852.314
Instrumentos de dívida	49.094.924	432.910	538.635	50.066.469
Instrumentos de patrimônio	757.843	8.490	-	766.333
Derivativos	2.345	17.185.532	831.635	18.019.512
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	142.732	619.798	154.947	917.477
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	619.180	-	619.180
Instrumentos de patrimônio	142.732	618	154.947	298.297
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	83.283.924	1.442.797	709.956	85.436.677
Instrumentos de dívida	83.253.117	1.442.797	699.777	85.395.691
Instrumentos de patrimônio	30.807	-	10.179	40.986
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	343.934	-	343.934
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	32.697.510	17.600.024	641.458	50.938.992
Derivativos	1.833	17.600.024	641.458	18.243.315
Posições vendidas	32.695.677	-	-	32.695.677
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	223.520	-	223.520

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2020, 2019 e 2018 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Total de Ganhos ou Perdas Transferências				
	Valor Justo (Realizado/não Realizado) 31/12/2019	no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2020	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.627.405	83.832	(239.512)	485.157	2.956.882
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	715.548	502.596-	(231.468)	(169.128)	817.548
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	27.749	100.091	125.282	29.029	282.151
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	951.966	(21.677)	(197.098)	563.830	1.297.021
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	564.757	500.159	(406.971)	95.176	753.121
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.600.000	-	-	(1.600.000)	-

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Total de Ganhos ou Perdas Transferências				
	Valor Justo (Realizado/não 31/12/2018	Realizado)	no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	510.887	290.773	1.700.499	125.246	2.627.405
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	1.370.270	238.632	(1.031.076)	137.722	715.548
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	154.947	(101.541)	-	(25.657)	27.749
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	709.956	253.803	291	(12.084)	951.966
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	641.458	190.813	(586.346)	318.832	564.757

Em milhares de Reais	Total de Ganhos ou Perdas Transferências					
	Valor Justo (Realizado/não 2017	Realizado)	no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Impacto IFRS 9	Valor Justo 2018
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	33.368	60.887	-	445.991	(29.359)	510.887
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	-	(181.355)	1.264.576	246.051	40.998	1.370.270
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	(7.280)	-	-	162.227	154.947
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	140.143	47.773	645.708	-	(123.668)	709.956
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	115.212	710.219	(183.973)	-	641.458

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro. Em 2018, não houve movimentações relevantes entre as categorias de valor justo por conta de alterações no risco de crédito.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Durante 2020, O Banco reclassificou R\$53.357.038 de "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" de nível 2 para nível 3, como não havia mercado de negociação ativo para esses instrumentos.

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2020
					Nível 3
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	20.148.725	20.148.725	20.148.725	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	112.849.776	112.849.776	-	59.492.738	53.357.038
Empréstimos e adiantamentos a clientes	393.707.229	396.878.319	-	4.530.041	392.348.278
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	48.367.791	49.963.947	4.425.723	17.486.057	28.052.167
Total	575.073.521	579.840.767	24.574.448	81.508.836	473.757.483

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2019
					Nível 3
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	15.249.515	15.249.515	-	15.249.515	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	109.233.128	109.233.128	-	109.233.128	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	326.699.480	327.278.243	-	-	327.278.243
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	38.748.296	39.678.192	5.378.791	7.858.612	26.440.789
Total	489.930.419	491.439.078	5.378.791	132.341.255	353.719.032

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais					2018
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil (nota 4)	15.228.491	15.269.809	-	15.269.809	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	91.859.759	91.859.759	-	91.859.759	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	301.702.207	303.495.240	-	-	303.495.240
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida (nota 6)	36.799.509	38.927.356	9.766.162	29.161.194	-
Total	433.337.208	437.299.602	9.766.162	124.038.200	303.495.240

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Durante 2020, o Banco reclassificou R \$ 73.075.341 de "Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito" e R\$ 390.760.088 de "Depósitos de clientes" do nível 2 para o nível 3, uma vez que não havia mercado de negociação ativo para esses instrumentos. "

					31/12/2020
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	131.656.962	131.654.431	-	58.579.090	73.075.341
Depósitos de clientes	445.813.972	445.856.090	-	55.096.002	390.760.088
Obrigações por títulos e valores mobiliários	56.875.514	57.265.307	-	-	57.265.307
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.119.660	13.119.660	-	-	13.119.660
Outros passivos financeiros	59.822.683	59.822.683	-	-	59.822.683
Total	707.288.791	707.718.171	-	113.675.092	594.043.080

					31/12/2019
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	99.271.415	99.271.415	-	99.271.415	-
Depósitos de clientes	336.514.597	336.593.455	-	336.593.455	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	73.702.474	73.889.348	-	10.205.065	63.684.284
Dívidas subordinadas	10.175.961	10.175.961	-	10.175.961	-
Outros passivos financeiros	55.565.954	55.565.954	-	-	55.565.954
Total	575.230.401	575.496.133	-	456.245.896	119.250.238

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais			2018		
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	99.022.806	99.022.806	-	99.022.806	-
Depósitos de clientes (nota 17)	304.197.800	304.197.800	-	304.197.800	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	74.626.232	74.626.232	-	4.599.204	70.027.028
Dívidas subordinadas (nota 19)	9.885.607	9.885.607	-	9.885.607	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 20)	9.779.944	9.779.944	-	9.779.944	-
Outros passivos financeiros (nota 21)	49.782.780	49.782.780	-	-	49.782.780
Total	547.295.169	547.295.169	-	427.485.361	119.809.808

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.
- Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.
- Obrigações por títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 2.e.

30. Índices operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base de 2020, a exigência de PR é de 10,25%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I atinge 8,25% e o Capital Principal Mínimo 6,75%.

Diante do cenário de pandemia, o Banco Central do Brasil vem monitorando o mercado brasileiro e estabeleceu um conjunto de normativos para minimizar os impactos da pandemia. No caso de capital, estabeleceu a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal de 2,5% para 1,25%, visando ampliar a capacidade de concessão de novas operações de crédito.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais	Conglomerado Financeiro		
	2020	2019	2018
Patrimônio de Referência Nível I	77.571.525	66.481.661	61.476.715
Capital Principal	71.006.316	61.389.509	56.581.518
Capital Complementar	6.565.209	5.092.153	4.895.197
Patrimônio de Referência Nível II	6.554.451	5.083.808	4.887.175
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	84.125.976	71.565.469	66.363.890
Risco de Crédito (1)	478.303.523	407.786.238	358.955.592
Risco de Mercado (2)	15.846.255	20.235.208	39.231.773
Risco Operacional	57.419.401	47.965.481	42.375.554
Total de RWA (3)	551.569.179	475.986.927	440.562.919
Índice de Basileia Nível I	14,06	13,97	13,95
Índice de Basileia Capital Principal	12,87	12,90	12,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,25	15,04	15,06

- (1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.
- (2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWacam).
- (3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

31. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2020, 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	1.552.121	3.827.648	5.095.828
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	1.518.557	3.843.798	2.977.670
Empréstimos e adiantamentos a clientes	44.103.997	50.406.078	46.471.507
Instrumentos de dívida	13.556.403	13.528.096	13.629.167
Planos de previdência (nota 22.b)	16.720	27.353	-
Outros juros	2.027.142	1.208.087	2.304.221
Total	62.774.940	72.841.060	70.478.393

32. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do hedge e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2020, 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Depósitos de instituições de crédito	4.327.276	4.866.357	5.367.471
Depósitos de clientes	7.504.276	14.965.958	13.576.866
Títulos de dívida e passivos subordinados:			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	2.785.942	5.138.306	4.606.949
Dívidas subordinadas	-	-	25.336
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 19)	909.393	503.541	604.216
Planos de previdência (nota 21.b)	301.389	342.068	343.137
Outros juros (1)	2.503.953	2.703.723	4.033.076
Total	18.332.228	28.519.953	28.557.051

(1) É composto principalmente por Despesas com Juros de Operações Compromissadas

33. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio. A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	30.232	13.398	27.047
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.522	5.535	5.576
Total	33.754	18.933	32.623

34. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	1.083.262	1.143.229	1.070.258
Contas à vista	2.425.416	2.554.559	2.311.925
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirentes	6.009.780	6.620.708	5.854.503
Cheques e outros	138.483	188.249	169.872
Ordens de pagamento	856.723	720.521	622.405
Total	10.513.664	11.227.266	10.028.962
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	450.940	725.494	717.924
Seguros	3.134.723	3.120.471	2.975.661
Capitalização	634.775	829.852	402.859
Total	4.220.438	4.675.817	4.096.444
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	695.978	721.793	448.914
Negociação de títulos e valores mobiliários	281.686	186.847	137.617
Administração e custódia	495.457	401.310	41.794
Gestão de bens	1.144	2.291	2.173
Total	1.474.265	1.312.241	630.497
Outros:			
Cambiais	1.450.636	968.270	934.801
Garantias financeiras	728.232	650.241	708.819
Outros tarifas e comissões	2.219.472	1.558.623	1.328.928
Total	4.398.340	3.177.134	2.972.549
Total	20.606.707	20.392.458	17.728.452

35. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Tarifas e comissões designados a terceiros (1)	2.685.005	3.639.239	2.364.119
Outras tarifas e comissões	1.693.488	1.040.066	1.232.174
Total	4.378.493	4.679.306	3.596.293

(1) Composto, principalmente, por cartões de crédito.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

36. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	711.949	252.253	(138.673)
	12.122.79	2.391.08	(2.764.859)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação (1)	4	0	)
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	172.828	11.501	61.239
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	(239.054)	(57.522)	(138.104)
Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida	(207.011)	(46.136)	(111.750)
Instrumentos de patrimônio	(32.043)	(11.386)	(26.354)
Sendo: Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes			
Derivativos de hedge e outros	229.543	(134.767)	197.595
	12.998.06	2.462.54	(2.782.80
Total	0	5	2)

(1) Inclui o hedge cambial da posição do Banco em Cayman (nota 23).

37. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Receitas com Variações Cambiais	78.578.786	23.622.963	12.752.765
Despesas com Variações Cambiais	(103.279.748)	(26.411.500)	(15.559.237)
Total	(24.700.962)	(2.788.537)	(2.806.471)

38. Outras Despesas Operacionais (Líquidas)

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Outras receitas operacionais	792.639	591.125	556.715
Outras despesas operacionais	(1.237.133)	(1.351.568)	(1.281.764)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(428.016)	(347.276)	(330.801)
Total	(872.510)	(1.107.719)	(1.055.850)

39. Despesas com pessoal**a) Composição**

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração
----------------------------	---------------------------------------	---------------------------	--------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Remuneração direta	5.730.779	5.876.328	5.812.688
Encargos	1.222.352	1.276.620	1.404.537
Benefícios	1.390.044	1.491.485	1.387.078
Fundos de pensões de benefício definido (nota 22)	6.892	10.917	8.939
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	117.216	131.885	131.388
Remuneração com base em ações	19.348	88.248	58.050
Treinamento	49.037	66.215	62.756
Outras despesas de pessoal	335.813	386.016	340.571
Total	8.871.481	9.327.714	9.206.007

b) Remuneração baseada em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Estes montantes estão registrados nas rubricas Outras Obrigações (Nota 24) e despesas de Pessoal (Nota 39.a).

b.1) Programa Local e Global

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
		01/2019 a 12/2021	03/2022 e 03/2023
		01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2024
Locais	Ações do Santander (Brasil)	2019 a 2023	2022 e 2023
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2025

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 30/12/2020	01/01 a 30/12/2019
				R\$	R\$
				4.916.667 (*)	4.916.667 (*)
				R\$	R\$
		01/2019 a 12/2021	03/2022 e 03/2023	9.440.000 (*)	9.440.000 (*)
		01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2024	841.446	841.446
Locais	Ações do Santander (Brasil)	2019 a 2023	2022 e 2023	SANB11	SANB11
				318.478 SAN	318.478
				1.664.983	SAN
				opções s/	1.664.983
				SAN	opções s/
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2025	SAN	SAN
				R\$14.356.667	R\$14.356.667
				841.446	
				SANB11	841.446
				318.478 SAN	SANB11
				1.664.983	318.478 SAN
				opções s/	1.664.983
				SAN	opções s/
				SAN	SAN

Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2020

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Tipo de Liquidação	01/01 a 30/12/2020
Locais	Ações do Santander (Brasil)	10.776
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	846

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Consolidado	
			01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	103.696	98.441
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	98.069	104.068

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

40. Outras Despesas Administrativas**a) Composição**

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Despesas com manutenções diversas	743.580	748.196	1.330.549
Despesas com manutenção de sistemas	2.355.310	2.058.619	1.786.416
Publicidade	654.175	712.855	621.645
Comunicações	648.856	472.873	457.323
Ajudas de custo e despesas de viagem	68.922	140.016	127.277
Tributos exceto imposto de renda	280.098	112.012	88.977
Serviços de vigilância e transporte de valores	594.953	630.585	617.129
Prêmios de seguros	16.620	34.778	29.434
Serviços técnicos especializados	2.171.460	2.172.567	2.089.614
Relatórios técnicos	319.814	360.990	359.468
Outros serviços técnicos e especializados	1.851.646	1.811.577	1.730.146
Outras despesas administrativas (1)	709.504	531.311	437.767
Total	8.243.478	7.613.812	7.586.131

(1) Em 31 de dezembro de 2020 é composto principalmente por Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$176.105 (2019 – R\$67.724 e 2017 – R\$73.664), Despesas de Serviços no saldo de R\$27.751 (2019 – receita de R\$26.852 e 2018 – R\$87.199), Despesas com Fundo Garantidor de Benefícios – FGB R\$8.478 (2019 – R\$34.996 e 2018 – R\$5.334), Resultado com Juros sobre Capital Próprio R\$0 (2019 – R\$38.006 e 2018 – R\$20.826) e Recuperação de Encargos e Despesas R\$212.850 (2019 – R\$92.408 e 2017 – R\$89.409).

b) Outras informações

O saldo dos “Relatórios técnicos” incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhões de Reais	2020	2019	2018
Auditoria independente das demonstrações financeiras das empresas ⁽¹⁾ constantes no escopo da consolidação	24,0	25,2	19,9
Relacionados a Auditoria	0,4	0,1	0,5
Outros	0,0	0,3	0,1
Total	24,4	25,6	20,5

O valor aproximado dos tributos conforme lei 12.741/2012 totalizam R\$1,5 milhões (2019 – R\$3,6 milhões e 2018 – R\$2,9 milhões).

41. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Ganhos	285.335	55.709	11.627
Alienação de tangíveis	36.778	55.709	11.627
Alienação de investimentos	248.557	-	-
Perdas	(54.622)	(45.063)	(37.103)
Alienação de tangíveis	(14.517)	(45.063)	(37.103)
Alienação de investimentos ⁽¹⁾	(40.105)	-	-
Total	230.713	10.646	(25.476)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

42. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2020, a receita de R\$77 milhões é composta principalmente por receita de R\$24 milhões com reversão de provisão para perdas em outros valores e bens líquida de constituição da provisão para perda do valor recuperável de imóveis, constituição de provisão para perdas em outros valores e bens e de receita de R\$49 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes, e em 31 de dezembro de 2019, a receita de R\$10 milhões, inclui principalmente, R\$ 16 milhões de despesa com a constituição da provisão para perda do valor recuperável de imóveis, constituição de provisão para perdas em outros valores e bens e de R\$34 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes e em 31 de dezembro de 2018 inclui principalmente, R\$104 milhões de reversão para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada.

43. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Como exigido, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores notional que poderiam ser considerados como perda se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	45.930.486	41.870.332	39.081.803
Garantias financeiras	32.477.336	29.397.344	27.216.418
Garantias de desempenho	989.979	1.009.367	907.856
Cartas de crédito financeiras	12.407.888	11.387.788	10.860.425
Outros	55.283	75.833	97.104
Outras exposições contingentes	2.351.530	2.442.235	3.178.671
Créditos de documentação	2.351.530	2.442.235	3.178.671
Total de passivos contingentes	48.282.016	44.312.567	42.260.474
Compromissos			
Compromissos de empréstimo resgatáveis ⁽¹⁾	131.706.433	125.876.671	122.652.229
Total de compromissos	131.706.433	125.876.671	122.652.229
Total	179.988.449	170.189.238	164.912.704

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (*standby letter of credits*) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

O registro das provisões para perdas por redução ao valor recuperável referente às garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu cálculo está descrito na nota 2.i.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$356.226 (2019 - R\$285.218 e 2018 - R\$330.018).

b) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal" (Nota 2.w).

Os fundos geridos pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Fundos sob gestão	2.716.477	2.034.999	1.896.689
Fundos Administrados	191.873.169	230.199.261	200.366.261
Total	194.589.646	232.234.260	202.262.950

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 35.519.498 (2019 - R\$27.283.548 e 2018 - R\$34.040.742).

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2020 Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	7.373.662	12.775.063	-	-	-	-	20.148.725
Instrumentos de dívida	432.579	13.195.527	33.903.698	64.225.680	70.182.705	48.162.275	230.102.464
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	2.329.361	2.329.361
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	57.722.384	2.777.562	36.783.150	15.155.444	363.135	48.101	112.849.776
Empréstimos e adiantamentos a clientes	29.385.631	80.281.579	93.750.065	98.550.271	47.160.700	44.639.790	393.768.036
Derivativos	-	14.558.434	1.994.418	6.726.841	1.869.509	3.721.418	28.870.620
Total	94.914.256	123.588.165	166.431.331	184.658.236	119.576.049	98.900.945	788.068.982
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	-	83.922.876	43.315.412	3.764.159	-	654.516	131.656.962
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	85.433.287	139.191.140	121.804.752	62.768.886	36.578.335	37.572	445.813.972
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	8.815.410	18.736.230	28.158.133	747.340	418.401	56.875.514
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	220.425	-	12.899.235	-	-	13.119.660
Outros passivos financeiros	23.352	21.858.532	20.730.398	17.203.162	4.787	2.452	59.822.683
Posições vendidas	-	45.807.946	-	-	-	-	45.807.946
Derivativos	-	2.046.924	1.973.701	8.010.713	7.744.145	12.204.455	31.979.938
Total	85.456.639	301.863.252	206.560.493	132.804.288	45.074.607	13.317.396	785.076.675
			(178.275.087				
Diferença (ativo e passivo)	9.457.617		) (40.129.162)	51.853.948	74.501.442	85.583.549	2.992.307

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2019 Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	6.549.535	13.577.829	-	-	-	-	20.127.364
Instrumentos de dívida	7.747.516	1.174.094	22.926.088	45.058.398	35.118.355	61.307.478	173.331.930
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	2.358.229	2.358.229
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	69.135.371	1.943.291	21.064.571	14.525.161	2.411.265	153.469	109.233.128
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.451.762	84.839.695	43.180.508	89.624.089	34.092.967	65.510.459	326.699.480
Derivativos	6.806.370	1.893.308	2.649.730	3.546.082	1.950.678	3.599.566	20.445.734
Total	99.690.554	103.428.217	89.820.897	152.753.730	73.573.264	132.929.201	652.195.865
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	390.626	16.584.181	49.097.816	25.655.631	4.877.076	2.666.086	99.271.415
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	69.048.756	130.872.214	76.244.908	43.395.748	16.923.318	29.654	336.514.597
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	10.675.356	695.071	37.268.809	3.900.484	21.162.755	73.702.474
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	170.939	-	10.005.022	-	-	10.175.961
Outros passivos financeiros	10.334	24.360.724	14.509.911	16.678.725	4.717	1.543	55.565.954
Posições vendidas	-	4.748.545	1.554.274	1.256.416	3.747.700	12.528.718	23.835.653
Derivativos	6.776.746	4.345.286	406.383	4.696.823	2.502.040	3.702.699	22.429.977
Total	76.226.462	191.757.244	142.508.362	138.957.174	31.955.334	40.091.454	621.496.030
Diferença (ativo e passivo)	23.464.093	(88.329.028)	(52.687.465)	13.796.556	41.617.931	92.837.747	30.699.835

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

							2018
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	19.070.796	392.791	-	-	-	-	19.463.587
Instrumentos de dívida	27.402	51.255.820	25.903.428	13.186.253	26.367.903	58.692.609	175.433.415
Instrumentos de patrimônio	839.620	34.420	231.576	-	-	-	1.105.616
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	69.780.780	8.449.138	844.658	12.739.730	11.371	34.082	91.859.759
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	111.595.396	75.720.016	63.043.973	21.397.689	29.934.313	301.691.387
Derivativos	-	13.815.791	1.240.161	1.114.446	1.074.875	1.118.173	18.363.446
Total	89.718.598	185.543.356	103.939.839	90.084.402	48.851.838	89.779.177	607.917.210
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito (1)	1.139	55.872.675	18.564.342	19.850.530	2.598.172	2.135.948	99.022.806
Depósitos de clientes (1)	65.241.618	102.942.180	76.987.570	42.399.934	16.624.469	2.029	304.197.800
Obrigações por títulos e valores mobiliários (1)	-	11.104.594	26.741.036	22.479.019	5.854.091	8.447.492	74.626.232
Dívidas subordinadas	9.885.607	-	-	-	-	-	9.885.607
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	9.779.944	9.779.944
Outros passivos financeiros	66.265	31.566.995	35.648	18.086.272	-	27.600	49.782.780
Passivos financeiros para negociação:							
Posições vendidas	206.423	-	1.139.847	31.349.407	-	-	32.695.677
Derivativos	-	7.639.956	7.723.730	1.069.718	604.593	1.428.838	18.466.835
Total	75.401.052	209.126.400	131.192.173	135.234.880	25.681.325	21.821.851	598.457.681
Diferença (ativo e passivo)	14.317.546	(23.583.044)	(27.252.334)	(45.150.478)	23.170.513	67.957.326	9.459.529

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Valor equivalente em milhares de reais	2020		2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	15.835.124	-	15.359.225	-	6.947.282	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	27.012.315	7.867.168	3.349.879	3.210.360	1.211.296	101.833
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.062.156	-	20.386.034	-	7.049.727	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	52.002.476	118.142.613	68.996.884	44.140.284	17.912.203	35.567.194
Total	111.912.071	126.009.781	108.092.022	47.350.644	33.120.508	35.669.027

f) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional.

O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	2020	2019	2018
Até 1 Ano	670.619	651.207	670.553
Entre 1 a 5 Anos	1.607.995	1.492.289	1.435.970
Mais de 5 Anos	171.420	147.125	167.868
Total	2.450.034	2.290.621	2.274.391

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$880 (31/12/2019 - R\$918) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no exercício de 2020, foram no valor de R\$358.656 (2019 - R\$700.958).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de renunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

h) COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

O Banco, ciente de suas responsabilidades, promoveu ajustes em suas políticas de forma a responder à pandemia COVID-19 e adotou medidas tais como as abaixo exemplificadas:

- Prorrogações para pessoas físicas foram concedidas com carência de 2 meses com possibilidade de extensão por mais um mês.
- No caso de pessoa jurídica, prorrogações foram concedidas com carência de até 6 meses em linha com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

As prorrogações foram concedidas no período de março a setembro de 2020.

Ao longo de 2020 a posição de prorrogações em resposta à Pandemia COVID-19 atingiu 1.728.197 clientes, R\$ 40.592 milhões em crédito prorrogado, equivalente a 9,72% do total da carteira de crédito, conforme abaixo demonstrado:

Milhares de Reais

	Total Carteira Prorrogada	Dos quais: expiradas	Total Portfolio	% Carteira Prorrogada
Comercial e industrial	11.277.454	8.876.863	191.281.653	5,90%
Crédito imobiliário - construção	14.061.449	13.569.186	45.791.869	30,71%
Empréstimos a pessoas físicas	15.193.901	15.062.757	178.652.145	8,50%
Leasing	59.404	29.388	2.096.359	2,83%
Total*	40.592.207	37.538.194	417.822.027	9,72%

*O portfólio total exclui exposições não contabilizadas no balanço

Do total de prorrogações expiradas em 31 de dezembro de 2020 de R\$37.538 milhões, R\$ 28.348 milhões estavam no estágio 1, R\$ 6.608 milhões no estágio 2 e 2.567 milhões de reais no estágio 3.

O cenário de incertezas causado pela Pandemia COVID-19 trouxe aumento nas perdas esperadas, para o qual tem-se mantido monitoramento contínuo.

Em resposta, o Banco constituiu, no exercício de 2020, uma provisão adicional no valor de R\$3.200.000 (R\$1.411.000 no estágio 1, R\$1.120.000 no estágio 2 e R\$669.000 no estágio 3). Esta provisão foi calculada com base na análise dos potenciais efeitos macroeconômicos e levaram em consideração não somente indicadores quantitativos e qualitativos, mas também a adequada e acurada identificação dos riscos e uma avaliação coletiva das exposições.

Para a estimativa da perda esperada o Santander Brasil utiliza informações prospectivas. São considerados três cenários macroeconômicos, atualizados periodicamente. Segue abaixo a evolução de 5 anos para os principais indicadores macroeconômicos utilizados na estimativa de perda esperada para o Santander Brasil (antes dos impactos da pandemia:

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Variáveis	Cenários Pessimistas					Cenários Base					Cenários Otimistas				
	2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Juros	7,0%	9,5%	9,0%	9,0%	9,0%	4,5%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	3,5%	3,8%	5,0%	5,0%	5,0%
Desemprego	12,8%	15,9%	17,7%	18,2%	17,9%	10,8%	10,2%	9,7%	8,8%	8,5%	10,1%	8,9%	7,8%	6,8%	6,6%
Preços Habitações	-2,3%	-2,4%	-1,2%	-0,3%	0,0%	0,8%	2,1%	3,6%	3,5%	3,5%	2,5%	7,2%	7,7%	7,3%	7,3%
Crescimento do PIB	-3,0%	-3,3%	-1,7%	-0,9%	1,9%	2,3%	2,2%	2,4%	2,5%	2,5%	4,4%	5,0%	4,6%	4,5%	3,7%
Comprometimento de Renda	21,0%	21,5%	22,0%	22,0%	22,0%	20,4%	20,4%	20,4%	20,4%	20,4%	19,5%	19,0%	18,8%	18,9%	18,9%

No processo de estimação da perda esperada é assignado um peso para cada cenário. É atribuída uma maior relevância para o cenário base, ao passo que são atribuídos pesos menores aos cenários pessimista e otimista:

Ponderações	2020	2019	2018
Cenários Pessimista	10%	10%	10%
Cenários Base	80%	80%	80%
Cenários Otimista	10%	10%	10%

Em relação aos cenários considerando a pandemia utilizados para calcular o ajuste pós-modelo (usados para fins contábeis), a evolução projetada dos principais indicadores econômicos para um período de 5 anos é mostrada abaixo:

4T	Cenários Pessimistas					Cenários Base					Cenários Otimistas				
Variáveis	2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Juros	2,0%	3,5%	9,0%	9,0%	9,0%	2,0%	2,8%	4,8%	6,0%	6,0%	2,0%	2,8%	4,8%	6,0%	6,0%
Desemprego	15,2%	19,2%	19,0%	18,6%	18,0%	15,2%	12,4%	11,4%	10,7%	9,8%	15,2%	12,4%	11,4%	10,7%	9,8%
Preços Habitações	-1,9%	-2,7%	-1,4%	-0,2%	1,5%	-1,9%	1,6%	3,1%	3,3%	3,3%	-1,9%	1,6%	3,1%	3,3%	3,3%
Crescimento do PIB	-4,0%	-6,0%	-1,8%	2,4%	1,2%	-4,0%	3,8%	2,5%	2,4%	2,5%	-4,0%	3,8%	2,5%	2,4%	2,5%
Comprometimento de Renda	21,3%	22,3%	22,7%	23,2%	23,0%	21,3%	20,9%	20,8%	20,7%	20,7%	21,3%	20,9%	20,8%	20,7%	20,7%

Abaixo é apresentada a análise de sensibilidade dos principais portfolios frente a variações de +/- 100 bps frente a variáveis macroeconômicas utilizadas na construção dos cenários.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Variação na Provisão			
	Consumo%	Corporate%	Resto%
Crescimento do PIB			
- 100 bps	0,89	1,66	0,75
+ 100 bps	(0,91)	(1,49)	(0,41)
Comprometimento de Renda			
- 100 bps	(0,82)	1,56	(0,43)
+ 100 bps	1,61	0,69	1,49
Taxa de Juros (Selic)			
- 100 bps	(1,43)	0,55	(0,29)
+ 100 bps	2,11	8,42	1,54

44. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais **2020**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	41.457.352	2.985.361	44.442.713
Receitas de instrumentos de patrimônio	3.617	30.137	33.754
Resultado de equivalência patrimonial	84.051	28.210	112.261
Receita líquida de tarifas e comissões	14.405.280	1.822.934	16.228.214
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(13.515.305)	1.812.403	(11.702.902)
Outras despesas operacionais (Líquida)	(767.088)	(105.422)	(872.510)
TOTAL DE RECEITAS	41.667.906	6.573.623	48.241.529
Despesas com pessoal	(8.139.785)	(731.697)	(8.871.482)
Outras despesas administrativas	(7.634.670)	(608.808)	(8.243.478)
Depreciação e amortização	(2.488.517)	(90.610)	(2.579.127)
Provisões (líquidas)	(1.638.787)	(17.759)	(1.656.546)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.379.570)	(70.619)	(17.450.189)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(28.403)	(56.504)	(84.907)
Outros ganhos (perdas) financeiros	308.176	-	308.176
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	4.666.350	4.997.625	9.663.975
Hedge Cambial (1)	13.583.011	-	13.583.011
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	18.249.361	4.997.626	23.246.987

Em milhares de Reais **2019**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	42.043.774	2.277.333	44.321.107
Receitas de instrumentos de patrimônio	4.864	14.069	18.933
Resultado de equivalência patrimonial	149.488	-	149.488
Receita líquida de tarifas e comissões	13.923.272	1.789.880	15.713.152
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(1.541.343)	1.215.351	(325.992)
Outras despesas operacionais (Líquida)	(1.069.052)	(38.668)	(1.107.720)
TOTAL DE RECEITAS	53.511.003	5.257.965	58.768.968
Despesas com pessoal	(8.554.254)	(773.460)	(9.327.714)
Outras despesas administrativas	(7.139.828)	(473.984)	(7.613.812)
Depreciação e amortização	(2.297.010)	(94.847)	(2.391.857)
Provisões (líquidas)	(3.668.709)	(12.877)	(3.681.586)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.423.361)	53.455	(13.369.906)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(73.216)	(58.219)	(131.435)
Outros ganhos (perdas) financeiros	20.489	-	20.489
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	18.375.114	3.898.033	22.273.147
Hedge Cambial (1)	1.264.279	-	1.264.279
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	19.639.393	3.898.033	23.537.426

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais 2018

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	39.390.512	2.530.830	41.921.342
Receitas de instrumentos de patrimônio	9.974	22.649	32.623
Resultado de equivalência patrimonial	65.958	-	65.958
Receita líquida de tarifas e comissões	12.537.112	1.595.047	14.132.159
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(6.752.093)	1.162.820	(5.589.273)
Outras despesas operacionais (Líquida)	(965.466)	(90.384)	(1.055.850)
TOTAL DE RECEITAS	44.285.998	5.220.961	49.506.959
Despesas com pessoal	(8.404.198)	(801.809)	(9.206.007)
Outras despesas administrativas	(7.186.035)	(400.096)	(7.586.131)
Depreciação e amortização	(1.637.484)	(102.475)	(1.739.959)
Provisões (líquidas)	(1.947.578)	(52.026)	(1.999.604)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(12.419.979)	(293.456)	(12.713.435)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(450.201)	(58.109)	(508.310)
Outros ganhos (perdas) financeiros	156.258	-	156.258
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	12.396.779	3.512.992	15.909.771
Hedge Cambial (1)	5.867.320	-	5.867.320
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	18.264.099	3.512.992	21.777.091

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

		Banco de Atacado Global	Total
Outros:	Banco Comercial		
Total em ativos	839.962.420	96.239.065	936.201.485
Empréstimos e adiantamentos a clientes	317.553.409	76.214.628	393.768.037
Depósitos de clientes	322.328.033	123.485.939	445.813.972

		Banco de Atacado Global	Total
Outros:	Banco Comercial		
Total em ativos	677.139.468	85.097.984	762.237.452
Empréstimos e adiantamentos a clientes	259.644.994	67.054.486	326.699.480
Depósitos de clientes	253.313.187	83.201.410	336.514.597

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

			2018
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	646.128.672	77.736.335	723.865.007
Empréstimos e adiantamentos a clientes	237.411.240	64.280.147	301.691.387
Depósitos de clientes	227.689.079	76.508.721	304.197.800

45. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2020 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2020, no montante de até R\$400.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2020.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Remuneração fixa	90.889	89.518	90.580
Remuneração variável - Em espécie	83.352	70.816	48.526
Remuneração variável - Em ações	81.306	80.832	34.155
Outros (1)	47.832	46.937	54.494
Total Benefícios de curto prazo	303.379	288.103	227.755
Remuneração variável - Em espécie	98.407	92.704	31.797
Remuneração variável - Em ações	97.729	102.046	30.060
Total Benefícios de longo prazo	196.136	194.750	61.857
Total (2)	499.515	482.853	289.612

(1) No primeiro semestre de 2018, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar e liquidar antecipadamente determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco.

(2) Refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e despesa diferida de exercícios anteriores, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$29.162 (2019 - R\$33.912 e 2018 - R\$36.356).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%; e

IV - Pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	2020					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	3.167.755	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,07%	-	0,0%	2.696	0,04%
Funcionários	2.046	0,05%	2.046	0,06%	4.092	0,05%
Administradores (*)	4.034	0,11%	4.034	0,11%	8.067	0,11%
Outros	353.616	9,3%	381.420	10,4%	735.036	9,8%
Total em Circulação	3.799.866	99,5%	3.661.007	99,5%	7.460.873	99,5%
Ações em Tesouraria	18.829	0,5%	18.829	0,5%	37.658	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	355.662	9,3%	383.466	10,4%	739.128	9,9%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						2019
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
GES ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	5.059	0,1%
Administradores (*)	4.525	0,1%	4.524	0,1%	9.049	0,1%
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	739.241	9,9%
Total em Circulação	3.801.993	99,60%	3.663.133	99,50%	7.465.126	99,56%
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,5%	33.404	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.835	100,0%	7.498.530	100,0%
Free Float ⁽²⁾	358.248	9,4%	386.053	10,5%	744.301	9,9%

						2018
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. GES ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.986	0,1%	2.987	0,1%	5.973	0,1%
Administradores (*)	3.930	0,1%	3.930	0,1%	7.860	0,1%
Outros	359.242	9,4%	387.045	10,5%	746.287	9,9%
Total em Circulação	3.805.378	99,70%	3.666.519	99,60%	7.471.897	99,60%
Ações em Tesouraria	13.317	0,3%	13.317	0,4%	26.634	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	362.228	9,5%	390.032	10,6%	752.260	10,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020	
	Controladora (1)	Coligadas e controle conjunto (2)
Ativo	2.966.012	3.589.575
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	(1.326.965)	- (2.527.296)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(1.326.965)	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	(211.154)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	(2.316.142)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	4.240.680	3.587.028 10.446.557
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽³⁾	4.240.680	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda	-	113
Santander Digital Assets, SL	-	8.105
Santander Bank, National Association	-	10.315.450
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	1.250
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	171
Santander UK plc	-	92.703
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	27.993
Banco RCI Brasil S.A.	-	3.587.028
Hyundai Corretora de Seguros Ltda	-	3
Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.	-	45
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	532
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	- 998.063
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	823.467
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁴⁾	-	57.081
Webmotors S.A.	-	18.455
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	-	224
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	169
Gestora de Inteligência de Crédito	-	66.667
Loop Gestão de Patios S.A.	-	11.966
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	19.889
Outros ativos	52.297	2.547 34.589
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	52.297	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.547
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	34.589
Garantias e Limites	-	- 11.038
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	11.038
Passivo	(24.084.795)	(226.046) (1.779.587)
Depósitos de instituições de crédito	(10.456.623)	(226.046) (37.214)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(10.456.623)	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	(36.390)
Loop Gestão de Pátios S.A.	-	(824)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Banco RCI Brasil S.A.	-	(226.046)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(117.368)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(117.368)
Depósitos de clientes	-	-	(869.888)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(64.836)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(335)
Webmotors S.A.	-	-	(1.411)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(581.543)
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(100)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(149.257)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(36.762)
Outros	-	-	(35.644)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(508.491)	-	-
Banco Santander Espanha	(195)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(239.890)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(268.406)	-	-
Outras obrigações	(21)	-	(755.117)
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	(21)	-	-
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(95)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(9.373)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(78.686)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(633.276)
Outros	-	-	(33.687)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.119.660)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	(13.119.660)	-	-

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2019		
	Controladora (1)	Coligadas e controle conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	5.294.152	4.387.013	874.668
Ativos Financeiros para negociação - Derivativos, posição líquida	(763.547)	-	(113.931)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(763.547)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(113.931)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	5.896.120	-	70.261
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽³⁾	5.896.120	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	7.921
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	94
Santander UK plc	-	-	16.701
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	45.545
Empréstimos e adiantamentos a clientes	912	20.367	884.696
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	814.320
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	58.778
Webmotors S.A.	-	20.367	-
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	912	-	-
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	169
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	11.284
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	86.638	4.365.518	192
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	86.638	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	4.365.518	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192
Outros ativos	74.029	1.128	28.476
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	74.029	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.128	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	28.476
Garantias e Limites	-	-	4.974
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	4.974
Passivo	(17.105.753)	(169.103)	(1.529.828)
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	(42.060)	(167.017)	(20.571)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(42.060)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(20.571)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(167.017)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(89.074)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(89.074)
Depósitos de clientes	-	(2.086)	(1.008.416)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(199.934)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(332.916)
Webmotors S.A.	-	(2.082)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(404.427)
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(16.762)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Pessoal Chave da Administração	-	-	(36.104)
Outros	-	(4)	(18.273)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(6.874.602)	-	(12.226)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(1.067.623)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(2.177.207)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(3.629.772)	-	-
Banco Madesant ⁽²⁾	-	-	(1.948)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(10.278)
Outras obrigações	(13.130)	-	(399.541)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(13.130)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(7.203)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(5.066)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(21.219)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(357.249)
Outros	-	-	(8.804)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(10.175.961)	-	-
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(10.175.961)	-	-

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2018		
	Controladora (1)	Coligadas e controle conjunto em relacionadas	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	8.169.537	3.112.734	1.381.770
Ativos Financeiros para negociação - Derivativos, posição líquida	(72.815)	205.337	266.027
Banco Santander, S.A. – Espanha	(72.815)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	266.027
Banco RCI Brasil S.A.	-	205.337	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	8.194.590	-	146.988
Banco Santander Espanha ^{(3) (5)}	8.194.590	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	7.883
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	87.260
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	193
Santander UK plc	-	-	46.615
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	5.037
Empréstimos e adiantamentos a clientes	347	-	966.462
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	913.875
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	45.851
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	347	-	-
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	169
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	927
Pessoal Chave da Administração (8)	-	-	5.495
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	15.143	2.905.947	2.293
Banco Santander – Espanha	15.143	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.905.947	-
BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial LTDA	-	-	10
Produban Brasil Tecnologia	-	-	2.091
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192
Outros ativos	32.272	1.450	-
Banco Santander Espanha	32.272	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.450	-
Passivo	(23.166.005)	(38.380)	(2.975.342)
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	(107.084)	(36.871)	(1.410.619)
Banco Santander Espanha ⁽⁴⁾	(107.084)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(1.151.399)
Banco Santander Río S.A. (2)	-	-	(259.220)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(36.871)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(96.133)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(96.133)
Depósitos de clientes	-	(1.509)	(1.134.675)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(58.968)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(234.249)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(190.674)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(126.988)
Webmotors S.A.	-	(1.509)	-

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	---------------------------	-------------------------------	--------------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(427.209)
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(18.639)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(37.889)
Outros	-	-	(40.059)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.922.473)	-	(5.544)
Banco Santander Espanha	(609.159)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ^{(1) (2)}	(1.242.259)	-	-
Sterrebeeck B.V. ^{(1) (2)}	(2.071.055)	-	-
Banco Madesant ⁽²⁾	-	-	(1.112)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁷⁾	-	-	(4.432)
Outras obrigações	(9.603)	-	(424.504)
Banco Santander – Espanha	(9.603)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(14.476)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(4.291)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(16.924)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(381.292)
Outros	-	-	(7.521)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(19.126.845)	-	-
Banco Santander Espanha	(19.126.845)	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 31 de dezembro de 2020 refere-se a disponibilidades no valor de R\$2.459.371 (2019 - R\$1.089.578 e 2018 - R\$1.515.437).

(4) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(5) O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2020		
	Controladora (1)	Coligadas e controle conjunto (2)	Outras partes relacionadas (3)
Resultado	(2.164.484)	204.209	1.442.100
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	13.934	185.646	1.485
Banco Santander Espanha	13.934	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	185.646	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	1.485
Garantias e Limites	-	-	61
Pessoal Chave da Administração	-	-	61
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	-	(19.215)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(5.664)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(1.039)
Webmotors S.A.	-	-	(2)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(7.198)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(4.657)
Outros	-	-	(655)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(569.355)	(6.226)	(15.032)
Banco Santander – Espanha	(569.355)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(6.226)	-
SAM Brasil Participações	-	-	(3)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(14.645)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(384)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(2.002)	24.789	3.092.951
Banco Santander – Espanha	(2.002)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	24.789	-
Banco Santander International	-	-	45.261
Webmotors S.A.	-	-	223
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	321.008
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	2.706.398
Pessoal Chave da Administração	-	-	308
Outros	-	-	19.753
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(541.693)	-	(413.101)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(541.693)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(396.689)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(4.662)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(17.344)
Pessoal Chave da Administração	-	-	180
Outros	-	-	5.414
Despesas administrativas e amortização	(202.787)	-	(1.354.006)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(202.787)	-	-
ISBAN Chile S.A.	-	-	(20)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(52.431)
TECBAN - Tecnologia Bancária Brasil	-	-	(364.349)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(46.813)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(358.364)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(499.514)

<u>Relatório dos Auditores Independentes</u>	<u>Demonstrações Financeiras</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>Relatório da Administração</u>	<u>Composição da Administração</u>
Notas Explicativas				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outros	-	-	(32.515)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(19.630)
Santander Cultural	-	-	(330)
Fundação Santander	-	-	(1.600)
Instituto Escola Brasil	-	-	(700)
Fundação Sudameris	-	-	(17.000)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	168.588
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	168.588
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(862.581)	-	-
Banco Santander Espanha	(862.581)	-	-

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2019		
	Controladora (1)	Coligadas e controle em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(1.458.386)	226.141	1.254.022
Receitas com juros e similares - Empréstimos e adiantamentos a clientes	219.060	437.322	630
Pessoal Chave da Administração	-	-	-
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	109.530	218.661	630
Banco Santander Espanha	109.530	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	218.661	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	630
Garantias e Limites	-	-	24
Pessoal Chave da Administração	-	-	24
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(25)	(27.433)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(16.387)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(3.275)
Webmotors S.A.	-	(25)	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	(7.747)
Outros	-	-	(24)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(174)	(3.375)	(96.579)
Banco Santander – Espanha	(174)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(3.375)	-
SAM Brasil Participações	-	-	(37)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(67.821)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽²⁾	-	-	(27.595)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.126)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	2.310	10.418	2.635.325
Banco Santander – Espanha	2.310	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	10.201	-
Banco Santander International	-	-	35.294
Webmotors S.A.	-	217	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	231.920
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	2.356.596
Pessoal Chave da Administração	-	-	343
Outros	-	-	11.172
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(724.169)	462	44.858
Banco Santander, S.A. – Espanha	(724.169)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(598)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽²⁾	-	-	(2.297)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	43.858
Pessoal Chave da Administração	-	-	168
Outros	-	462	3.727
Despesas administrativas e amortização	(153.332)	-	(1.283.788)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(153.332)	-	-
ISBAN Chile S.A.	-	-	(28)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(32.032)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(345.610)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽²⁾	-	-	(49.241)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	---------------------------	-------------------------------	--------------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(336.952)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(482.852)
Outros	-	-	(37.073)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(19.015)
Fundação Santander	-	-	(1.615)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.300)
Fundação Sudameris	-	-	(16.100)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(692.551)	-	-
Banco Santander Espanha	(692.551)	-	-

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Controlador a (1)	Coligada s e controle em conjunto	Outras partes relacionada s (2)
Resultado	(972.799)	192.889	1.323.622
Receitas com juros e similares - Empréstimos e adiantamentos a clientes	272.500	273.332	1.541
Pessoal Chave da Administração	-	-	461
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	136.250	136.666	1.080
Banco Santander Espanha	136.250	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	136.666	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	157
Cibrasec	-	-	923
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(92)	(23.146)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(90)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(8.329)
Santander Cultural	-	-	(36)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(5.743)
Webmotors S.A.	-	(92)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)	-	-	(215)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(8.707)
Outros	-	-	(27)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(6.889)	(5.871)	(134.896)
Banco Santander – Espanha	(6.889)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(5.871)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(26.378)
SAM Brasil Participações	-	-	(47)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(102.928)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽²⁾	-	-	(4.442)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.101)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	6.213	32.960	2.653.014
Banco Santander – Espanha	6.213	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	31.981	-
Banco Santander International	-	-	30.789
Webmotors S.A.	-	979	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	300.868
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	2.302.295
Pessoal Chave da Administração	-	-	355
Outros	-	-	18.707
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(680.903)	29.226	(199.985)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(680.903)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(210.324)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(17.726)
Banco RCI Brasil S.A.	-	29.226	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	1.312
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	40.305
Pessoal Chave da Administração	-	-	239
Outros	-	-	(13.791)
Despesas administrativas e amortização	-	-	(952.432)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ISBAN Brasil S.A.	-	-	(14.210)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)	-	-	(33.567)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(24)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(30.021)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(313.433)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(46.884)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(175.466)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(289.612)
Outros	-	-	(49.216)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(20.013)
Santander Cultural	-	-	(2.748)
Fundação Santander	-	-	(1.330)
Fundação Sudameris	-	-	(15.935)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(427.470)	-	-
Banco Santander Espanha	(427.470)	-	-

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

46. Gestão do risco

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- A. Independência da função de riscos com relação ao negócio.
- B. Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão.
- C. Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais.
- D. Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais.
- E. Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como *rating* interno e *credit scoring* e *behaviour scoring*, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Value at Risk, ou valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras.
- F. Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão.
- G. Instrumentos comuns de gestão
- H. Estrutura organizacional
- I. Alçadas e responsabilidades
- J. Limitação de riscos
- K. Reconhecimento
- L. Canais de informação eficientes
- M. Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:
 - A diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras.
 - Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Modelo Normativo de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco, seguindo as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

No Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi definido tomando-se como referência a estrutura definida no nível corporativo, descrito de acordo com as seguintes fases:

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- I. Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Banco Santander.
A Estrutura Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos) tem a função de estabelecer os princípios e as normas que governam o *modus operandi* geral das atividades de risco do Banco Santander, com base nos modelos corporativos de organização e atendendo aos requisitos necessários de regulação para a gestão do crédito.
O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar.
- II. Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.
- III. Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.
- IV. Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pela Diretoria do Banco Santander.
- V. Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas aprovadas e os limites definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima), já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para os demais segmentos, modelos baseados em classificações e *scorings* internos, análise de *VaR* e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto que a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão em processo de integração na gestão de riscos.
- VI. Modelos baseados em classificação e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda com base nas estimativas LGD.
- VII. Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- VIII. RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- IX. *VaR*, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- X. Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos, respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local. Suas principais atribuições são:

- A. Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- B. Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- C. Realizar um acompanhamento periódico de todos os riscos inerentes ao negócio, comprovando se o seu perfil está adequado ao que foi estabelecido no apetite ao risco.
- D. Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- E. Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios e de núcleos de análise e decisão dos créditos de maneira individualizada em Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

Uma estrutura específica é responsável pelo atendimento aos reguladores, supervisores e auditores internos e externos.

Possui um núcleo denominado ERM-Enterprise Risk management, integrado por um conjunto de funções, transversais a todos os riscos, necessárias para sua adequada gestão. Fazem parte desta estrutura as áreas de Metodologia (desenvolvimento e parametrização de modelos); Motores de Decisão; Controle de Risco de Crédito; Controle e Performance de Riscos abrangendo Cultura de Riscos; Gestão Integrada e Relação com Supervisores e Provisão Local & IFRS9.

b) Risco de Crédito**b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito**

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados).

- Gestão individualizada – É executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado (Corporate e Santander Corporate & Investment Banking - SCIB) e Varejo (Carteirizados, Empresas 3 e GIU- Governos, Instituições e Universidades);
- Gestão estandarizada – Voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração**Ferramentas de rating**

O Banco usa modelos próprios de ratings para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não pagamento, determinada a partir da experiência histórica do Banco, para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco de crédito.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas frequentemente. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

Parâmetros de risco de crédito

Nós avaliamos todos os empréstimos no tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito. Os empréstimos são individualmente avaliados para desvalorização ou, coletivamente avaliados por meio do agrupamento de

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

características de risco semelhantes. Empréstimos individualmente avaliados para perdas por redução ao valor recuperável não são avaliados coletivamente.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto à redução ao valor recuperável, consideramos as condições dos mutuários, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de fluxo de caixa, qualidade da administração, governança corporativa, qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e nível de liquidez das garantias, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, nós separamos os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito. Em outras palavras, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

Exposição à inadimplência (EAD): é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na inadimplência. Modelos desenvolvidos incorporam hipóteses considerando possíveis modificações no cronograma de pagamento.

Probabilidade de inadimplência (PD): é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros. Para fins do IFRS 9, isso considerará tanto os PD-12 meses, que é a probabilidade de o instrumento financeiro entrar em default nos próximos 12 meses, como também a PD vitalícia, que é a probabilidade da transação entrar em default considerando o seu prazo remanescente. Informações futuras de relevância são consideradas necessárias para estimar esses parâmetros, de acordo com o padrão.

Loss Given Default (LGD): é a perda produzida em caso de inadimplência. Em outras palavras, isso reflete a porcentagem de exposição que não pôde ser recuperada no caso de um evento de default. Depende principalmente das garantias, que são consideradas mitigantes do risco de crédito associadas a cada ativo financeiro, e dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recuperados. De acordo com a norma, as informações prospectivas devem ser levadas em consideração na estimativa.

Taxa de desconto: a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Para estimar os parâmetros acima, o Banco aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros tanto para fins regulatórios quanto de gestão.

A tabela demonstrada na nota 9.b, mostra o portfólio pelos níveis internos de rating de risco e sua probabilidade de default.

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	219.062.744	186.196.849	186.373.511
Entre 1 a 5 anos	147.013.817	117.841.564	99.309.551
Mais de 5 anos	51.745.465	43.218.247	36.250.128
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	417.822.026	347.256.660	321.933.190
Por classificação interna de risco			
Baixo (1)	347.315.356	257.133.115	240.440.294
Médio-baixo (1)	24.277.405	56.549.196	50.485.682
Médio (2)	26.231.871	11.754.806	11.967.262
Médio-alto (2)	3.896.457	8.512.386	7.722.198

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Alto (3)	16.100.937	13.307.156	11.317.754
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	417.822.026	347.256.660	321.933.190
(1) Operações classificadas no estágio 1			
(2) Operações classificadas no estágio 2			
(3) Operações classificadas no estágio 3			

As perdas de crédito esperadas, mensuradas através de dados históricos suficientes e disponíveis, são apresentadas abaixo.

			2020
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)(1)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	191.281.653	5%	41%
Crédito imobiliário - construção	45.791.869	3%	7%
Empréstimos a pessoas físicas	178.652.145	9%	52%
Leasing	2.096.359	1%	31%
(1) Antes dos impactos de ajuste do modelo Pós.			
			2019
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	145.387.439	7%	40%
Crédito imobiliário - construção	39.720.713	3%	10%
Empréstimos a pessoas físicas	160.036.668	10%	64%
Leasing	2.111.840	2%	41%
			2018
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	141.293.616	8%	42%
Crédito imobiliário - construção	36.515.352	4%	12%
Empréstimos a pessoas físicas	137.287.593	8%	64%
Leasing	1.836.629	5%	32%

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

O Banco estima mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente as comparações dos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente é realizado análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

b.4) Ciclo de risco de crédito

O Banco Santander possui uma visão global de sua carteira de crédito ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comitê Executivo do banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco e sociedades do Conglomerado. O ciclo de crédito prevê três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

É o processo que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido por meio do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes SCIB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se o modelo de limite operacional em valores nominais máximos de crédito.

Para os riscos de clientes com gestão estandarizada, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PEC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado em Riscos.

Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de crédito a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisar e adotar de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (rentabilidade ajustada ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.***Monitoramento e controle de risco**

No varejo Pessoa Física, os clientes são sistematicamente revisados por meio de um processo diário de classificação de crédito. Esse processo permite reavaliações na exposição de crédito, permitindo incrementos de exposição para clientes que apresentam boa qualidade de crédito. Em caso de detecção de deterioro no nível de risco, são gerados automaticamente ações para contenção de risco de crédito e ações preventivas.

No caso de gestão individualizada, a detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN (trata-se de um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso).

Função de controle de risco

A função de controle é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, detectar situações específicas que requerem tomadas de decisões. Obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

As mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

b.5) Recuperação de Crédito

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os respectivos montantes, que resultam em um Mapa de Responsabilidades e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente.

São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes, com menor probabilidade de recuperação, recebam ações tempestivas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento, o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes. Todos os clientes com valores em atraso mais severos ou créditos reescalados possuem restrições internas.

Clientes com maiores volumes em Risco possuem modelo de recuperação Carteirizado, com acompanhamento comercial e especialista de recuperação.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial para ser analisado na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por setor econômico, localidade geográfica/país, grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira. Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Vice Presidência Executiva de Riscos do Banco atua juntamente com a Vice Presidência Executiva Estratégica de Finanças na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

manutenção de garantias para mitigar o risco das empresas, derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado e Empresas 3 (um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

A mitigação dos riscos socioambientais em financiamentos de grandes projetos é realizada a partir de análises pautadas nas diretrizes dos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciados nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da International Finance Corporation (IFC) e nas Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

b.7) Gestão de Crédito - Principais variações

As tendências observadas em 2020 foram consistentes com as de 2019, onde em um cenário econômico desafiador. O Banco conseguiu preservar a boa qualidade dos negócios e não apresentar grandes variações em seu índice de inadimplência. Em dezembro de 2020, esse índice era de 5,55% ante 6,75%, 31 de dezembro de 2019 e 6,98% em 31 de dezembro de 2018.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2020	2019	2018
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	466.104.042	391.569.227	364.193.664
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (nota 9)	417.822.026	347.256.660	321.933.190
Passivos contingentes - Garantias e compromissos (nota 43.a)	48.282.016	44.312.567	42.260.474
Índice de empréstimos inadimplentes (%) - não auditado	5,55%	6,75%	6,98%
Índice de cobertura impairment (perda do valor recuperável) (%) - não auditado	110,64%	96,58%	102,42%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais - não auditado)	25.640.488	22.625.750	22.969.315

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Custo do crédito (% do risco) - não auditado	4,35%	3,93%	3,90%
--	-------	-------	-------

O Banco incorpora informações acerca do futuro tanto em sua avaliação se o risco de crédito de um instrumento aumentou substancialmente desde o reconhecimento inicial quanto em sua mensuração das perdas de crédito esperadas. Com base em orientações de seus Comitês internos e de especialistas econômicos e considerando uma série de informações externas reais e previstas, o Banco elabora um cenário base, bem como outros cenários possíveis. Este processo envolve a projeção de dois ou mais cenários econômicos adicionais e considera as respectivas probabilidades de cada resultado. As informações externas compreendem dados e previsões econômicos publicados por agências governamentais e autoridades monetárias e por analistas do setor privado e acadêmicos selecionados.

O caso base representa o resultado mais provável e está em linha com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como planejamento estratégico e elaboração de orçamentos. Os outros cenários representam resultados mais otimistas e mais pessimistas. Periodicamente, o Banco realiza testes de estresse de choques mais extremos para ajustar sua determinação desses outros cenários representativos.

Abaixo estão os ativos com excesso ou insuficiência de garantias:

31/12/2020						
Em milhões de Reais						
	Ativos com Excesso de Garantia			Ativos com Insuficiência de Garantia		
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	% de Cobertura da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	% de Cobertura da Garantia
Empréstimos Pessoas Físicas (1)	57.633	182.430	317%	3.091	2.756	89%
Crédito Imobiliário	45.746	100.201	219%	46	38	83%
Micros/Pequenas, Médias, Grandes Empresas, Unidades Externas (2)	41.428	143.168	346%	56.052	42.728	76%
Total	144.807	425.799	294%	59.188	45.522	77%

(1) Veículos e outros empréstimos.

(2) Cayman e Luxemburgo.

Empréstimos sem garantia: 213.824.

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/12/2019**Em milhões de Reais**

	Ativos com Excesso de Garantia			Ativos com Insuficiência de Garantia		
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	% de Cobertura da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	% de Cobertura da Garantia
Empréstimos Pessoas Físicas (1)	53.899	150.853	280%	2.762	2.592	94%
Crédito Imobiliário	39.016	84.862	218%	3	3	86%
Micros/Pequenas, Médias, Grandes Empresas, Unidades Externas (2)	34.008	116.236	342%	33.140	26.587	80%
Total	126.923	351.951	277%	35.905	29.182	81%

(1) Veículos e outros empréstimos.

(2) Cayman e Luxemburgo.

Empréstimos sem garantia: 195.765.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value At Risk* - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- I. Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- II. Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentos da taxa de juros e nível de liquidez.
- III. Riscos estruturais:
 - Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o Real (cobertura de resultados).
 - Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais de forma centralizada através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (*Asset Liability Control*) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

Risco de Taxa de Juros

A tabela a seguir agrega por produto os fluxos de caixa das operações do nosso perímetro de empresas que possuem rendimento de juros. As operações estão apresentadas pelo saldo contábil na data de encerramento dos anos de 2020, 2019 e 2018. Ela não está associada à forma de gestão do risco de alterações nas taxas de juros ou descasamentos de indexadores, o que é feito por meio de acompanhamento de métricas de mercado. Todavia, permite avaliar concentrações de prazo e possíveis riscos e abaixo dela são apresentados os saldos dos mesmos produtos ao valor de resgate no vencimento, com exceção da linha que trata dos recebíveis e das obrigações atreladas a contratos de derivativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						2020
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a						
Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	153	50	250	1.747	2.200
Instrumentos de Dívida	-	153	50	250	1.747	2.200
Instrumentos de Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	15.635	18.487	4.867	57.091	17.707	113.788
Instrumentos de Dívida	3.480	11.789	3.150	47.287	14.078	79.784
Instrumentos de Patrimônio	1.164	-	-	-	-	1.164
Derivativos	10.992	6.698	1.717	9.804	3.629	32.840
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	439	-	-	-	-	439
Instrumentos de Patrimônio	439	-	-	-	-	439
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	3.455	3.625	12.177	63.651	22.430	105.339
Instrumentos de Dívida	3.383	3.625	12.177	63.651	22.430	105.267
Instrumentos de Patrimônio	72	-	-	-	-	72
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	50.776	130.066	55.339	152.438	63.844	452.462
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	25.201	39.879	2.765	3.799	-	71.644
Empréstimos e adiantamentos a clientes	25.490	88.071	50.829	134.805	61.795	360.990
Instrumentos de dívida	85	2.117	1.745	13.833	2.049	19.828
Total	70.305	152.331	72.433	273.429	105.728	674.227
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	55.313	7.878	2.088	12.629	3.515	81.424

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Derivativos	10.160	7.878	2.088	12.629	3.515	36.270
Posições vendidas	45.153					45.153
Passivos Financeiros ao Custo						
Amortizado	174.848	100.497	91.433	131.589	16.667	515.035
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	4.007	32.846	22.603	7.891	3.031	70.379
Depósitos de clientes	163.297	44.035	61.293	98.867	203	367.694
Obrigações por títulos e valores mobiliários	7.544	23.616	7.537	24.832	313	63.841
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	13.120	13.120
Total	230.161	108.376	93.521	144.218	20.182	596.458

2019

Em milhões de Reais

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros

de 0 a 30 dias de 31 a 180 dias de 181 a 365 dias de 1 a 5 anos Acima de 5 anos Total

Ativos Remunerados:

Ativos Financeiros Mensurados ao

Valor Justo no Resultado	3.891	1.091	737	8.444	4.446	18.609
Instrumentos de Dívida	-	3	140	188	889	1.220
Instrumentos de Patrimônio	171		-	-	-	171
Derivativos	3.720	1.088	597	8.256	3.557	17.218

Outros Ativos Financeiros ao Valor

Justo no Resultado	4.261	802	3.981	16.737	7.075	32.856
Instrumentos de Dívida	2.232	802	3.981	16.737	7.075	30.827
Instrumentos de Patrimônio	2.029	-	-	-	-	2.029

Investimentos Mantidos até o

Vencimento	98	96	280	3.679	3.981	8.134
Reservas no Banco Central	69.663	-	-	-	-	69.663

Ativos Financeiros Mensurados ao

Custo Amortizado	28.416	75.794	51.603	112.467	54.815	323.095
Total	106.329	77.783	56.601	141.327	70.317	452.357

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	224.610	62.181	69.277	70.882	2.556	429.506
Dívidas subordinadas	-	-	-	10.077	-	10.077
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.677	25.781	19.125	28.134	3.475	80.192
Derivativos	4.597	1.621	1.074	9.119	3.828	20.239
Posições vendidas	23.501	-	-	-	-	23.501
Total	256.385	89.583	89.476	118.212	9.859	563.515

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						2018
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	8.193	6.155	12.013	67.606	25.964	119.931
Instrumentos de Dívida	5.359	5.192	8.294	58.363	23.460	100.668
Instrumentos de Patrimônio	807	-	-	-	-	807
Derivativos	2.027	963	3.719	9.243	2.504	18.456
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	677	9.091	368	16.702	3.577	30.415
Instrumentos de Dívida	379	9.091	368	16.702	3.577	30.117
Instrumentos de Patrimônio	298	-	-	-	-	298
Investimentos Mantidos até o Vencimento	24	521	89	3.603	3.826	8.063
Reservas no Banco Central	70.103	-	-	-	-	70.103
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	27.387	101.441	35.900	85.318	60.966	311.012
Total	106.384	117.208	48.370	173.229	94.333	539.524
Passivos Remunerados:						
Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	200.818	47.172	65.606	71.413	5.343	390.352
Dívidas subordinadas	9.857	-	-	-	9.687	19.544
Obrigações por títulos e valores mobiliários	13.353	20.875	14.612	30.138	9.715	88.693
Derivativos	1.104	1.370	3.257	9.673	3.322	18.726
Posições vendidas	32.440	-	-	-	-	32.440
Total	257.572	69.417	83.475	111.224	28.067	549.755
Risco de Moeda						

					2020
					Em milhões de Reais
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total	
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	42.860	1.870	569	45.299	
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	5.803	3.187	1.140	10.130	
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	57.914	215	-	58.129	
Derivativos	125.495	10.451	2.795	138.741	
Outros	25.866	-	-	25.866	

Relatório dos Auditores Independentes Demonstrações Financeiras **Notas Explicativas** Relatório da Administração Composição da Administração

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Total	257.937	15.723	4.504	278.164
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	61.173	384	-	61.557
Derivativos	147.911	14.449	2.854	165.214
Outros	39.972	219	437	40.629
Total	249.057	15.052	3.291	267.400
2019				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	12.406	224	1	12.631
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	4.776	1.920	-	6.696
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	50.193	3.557	-	53.750
Derivativos	150.538	13.053	9.712	173.303
Outros	10.521	574	-	11.095
Total	228.434	19.328	9.713	257.475
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	59.416	925	49	60.390
Derivativos	169.136	20.184	8.515	197.835
Outros	-	60	1.009	1.069
Total	228.552	21.169	9.573	259.294
2018				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	348.797	-	-	348.797
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	4.505	155	-	4.660
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	45.345	3.390	-	48.735
Derivativos	231.240	18.163	2.490	251.893
Outros	23.619	1.974	42	25.635
Total	653.506	23.682	2.532	679.720
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	390.418	462	145	391.025
Derivativos	262.396	24.809	2.391	289.596
Outros	1.007	-	-	1.007
Total	653.821	25.271	2.536	681.628

c.2) Metodologias

Intermediação financeira

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco Santander calcula requerimento mínimo de capital por riscos de mercado utilizando o modelo interno desde a aprovação pelo Bacen em Maio de 2018.

A metodologia-padrão de mensuração e controle de riscos de mercado aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2020, 2019 e 2018 foi a *Value at Risk* (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida disponível para apuração do risco a qual uma instituição está exposta. Ele é utilizado pela sua facilidade de entendimento, cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras métricas e metodologias também são utilizadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitam a obtenção um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente.

Uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao *spread*, *jump-to-default* e concentrações de posições por nível de classificação.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR), os Ganhos em Reais (EaR – Earning At Risk) e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações nas curvas das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR) e Ganhos em Risco (EaR)

Define-se com o percentil 99% da função de distribuição de perdas do MVE, calculado considerando o valor de mercado atual das posições, com base nos retornos obtidos nos dois últimos anos e com um grau de certeza estatística (nível de confiança) e para um horizonte temporal definido.

Aplica-se também uma metodologia similar para calcular a perda máxima em NII (EaR), com o objetivo de considerar o risco de taxa de juros tanto em termos de impacto em valor econômico, como em margem financeira.

A unidade soma os vetores de retorno do VAR com os vetores de retorno do EaR, resultando o vetor total de retornos. A composição é feita considerando na métrica do EaR as perdas na margem financeira que ocorrem entre o momento inicial (data de referência) e o *holding period* da carteira de não-negociação. As perdas em valor econômico têm em consideração o impacto nas posições vencidas após o *holding period*.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

Gestão de liquidez do Banco Santander

Para o controle e gestão de liquidez, o Banco Santander utiliza-se de métricas de curto e longo prazo e métricas em situações de estresse que são capazes de mensurar o colchão de liquidez seguro para que o banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Desta forma, podemos citar:

Métricas de curto prazo e estresse de liquidez:

a. LCR

O Banco Santander utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "Liquidity Coverage Ratio" (LCR). LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

O total de High Quality Liquidity Assets - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

b. Cenários de estresse de liquidez:

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de estresse.

O Teste de estresse avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de estresse para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Métrica de longo prazo:

Visa mensurar a estabilidade das fontes de financiamento frente aos ativos comprometidos. O NSFR, métrica desenvolvida por BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, através de percentuais determinados verificar se a instituição possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo, segmento do cliente e tipo de produto. É calculado mensalmente pela instituição.

c. Índices de liquidez

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e concentração por segmentos.

Recursos de Clientes

O Banco Santander possui distintas fontes de financiamento, tanto em termos de produtos como do mix de clientes, com uma distribuição saudável entre os segmentos. O total de recursos de clientes está atualmente no patamar de R\$78,6 bilhões e apresentou um incremento em comparação com o volume de 2019, tendo como destaque o aumento nas captações de depósito a prazo e a manutenção de estoque de letras financeiras.

	Em milhões de Reais					
	2020			2019		
	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	35.550	35.550	100%	29.524	29.524	100%
Depósito Poupança	62.210	62.210	100%	49.040	49.040	100%
Depósito a Prazo	77.298	279.778	28%	53.321	190.344	28%
Depósito Interfinanceiros	818	5.145	16%	871	4.299	20%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.544	70.628	11%	3.921	85.963	5%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.189	67.760	5%	5.077	54.880	9%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	13.120	0%	-	10.175	0%
Total	186.609	534.191	100%	141.754	424.225	33%

	Em milhões de Reais		
	2018		
	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	18.854	18.854	100%
Depósito Poupança	46.068	46.068	100%
Depósito a Prazo	49.771	190.971	26%
Depósito Interfinanceiros	863	4.118	21%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.681	70.110	5%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.181	45.936	11%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.857	19.666	50%
Total	134.275	395.723	34%

Os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados são os seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						2020
						Em milhões de Reais
Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	174	98	667	2.900	3.839
Instrumentos de Dívida	-	174	98	667	2.900	3.839
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	16.028	19.211	5.763	63.618	25.489	130.108
Instrumentos de Dívida	3.873	12.513	4.046	53.814	21.859	96.104
Instrumentos de Patrimônio	1.164	-	-	-	-	1.164
Derivativos	10.992	6.698	1.717	9.804	3.629	32.840
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	439	-	-	-	-	439
Instrumentos de Patrimônio	439	-	-	-	-	439
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	5.000	3.874	13.850	75.849	35.538	134.110
Instrumentos de Dívida	4.928	3.874	13.850	75.849	35.538	134.038
Instrumentos de Patrimônio	72	-	-	-	-	72
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	53.147	145.280	69.004	208.295	135.783	611.509
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	24.638	40.579	2.901	4.205	-	72.324
Empréstimos e adiantamentos a clientes	28.424	102.379	64.194	188.430	135.987	519.415
Instrumentos de dívida	85	2.321	1.909	15.660	(205)	19.771
Total	74.615	168.538	88.715	348.429	199.709	880.005
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	55.313	7.878	2.088	12.629	3.515	81.424
Derivativos	10.160	7.878	2.088	12.629	3.515	36.270
Posições Vendidas	45.153	-	-	-	-	45.153
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	176.223	101.111	93.103	145.931	16.471	532.838
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	3.707	33.039	22.860	8.014	2.802	70.421
Depósitos de clientes	165.171	44.571	62.606	110.809	215	383.372

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Obrigações por títulos e valores mobiliários	7.345	23.502	7.637	27.109	333	65.925
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	13.120	13.120
Total	463.072	217.979	190.382	317.119	39.972	1.228.525

2019

Em milhões de Reais

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
---	----------------	---------------------	----------------------	---------------	-----------------	-------

Ativos Remunerados:**Ativos Financeiros Mensurados ao Valor
Justo no Resultado**

	3.766	1.103	802	8.894	6.157	20.722
Instrumentos de Dívida	46	15	205	638	2.600	3.504
Derivativos	3.720	1.088	597	8.256	3.557	17.218

**Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo
no Resultado**

	2.642	1.160	4.853	23.638	15.502	47.795
Instrumentos de Dívida	2.642	1.160	4.853	23.638	15.502	47.795

**Investimentos Mantidos até o
Vencimento**

	99	111	327	4.066	6.030	10.633
--	-----------	------------	------------	--------------	--------------	---------------

Reservas no Banco Central

	69.663	-	-	-	-	69.663
--	---------------	---	---	---	---	---------------

**Ativos Financeiros Mensurados ao Custo
Amortizado**

	32.417	89.335	65.395	159.615	110.607	457.369
--	---------------	---------------	---------------	----------------	----------------	----------------

Total	108.587	91.709	71.377	196.213	138.296	606.182
--------------	----------------	---------------	---------------	----------------	----------------	----------------

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	218.883	61.461	71.953	79.666	2.660	434.623
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	12.673	-	12.673
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.697	26.096	19.829	31.407	4.628	85.657
Derivativos	4.597	1.621	1.074	9.119	3.828	20.239
Posições vendidas	23.501	-	-	-	-	23.501
Total	250.678	89.178	92.856	132.865	11.116	576.693

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						2018
						Em milhões de Reais
Fluxos						
Futuros não						
Descontados						
Exceto para						
Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	a 365 dias	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.388	6.199	12.162	80.590	52.584	158.923
Instrumentos de Dívida	5.361	5.236	8.443	71.347	50.080	140.467
Derivativos	2.027	963	3.719	9.243	2.504	18.456
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	379	9.230	379	18.666	6.037	34.691
Instrumentos de Dívida	379	9.230	379	18.666	6.037	34.691
Investimentos Mantidos até o Vencimento	24	558	126	3.904	5.119	9.731
Reservas no Banco Central	70.103	-	-	-	-	70.103
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	29.234	111.216	45.564	116.107	85.637	387.758
Total	107.128	127.203	58.231	219.267	149.377	661.206
Passivos Remunerados:						
Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	198.259	46.926	67.142	79.161	8.819	400.307
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.857	-	-	-	9.687	19.544
Obrigações por títulos e valores mobiliários	13.395	21.343	15.290	33.627	9.717	93.372
Derivativos	1.104	1.370	3.257	9.673	3.322	18.726
Posições vendidas	32.440	-	-	-	-	32.440
Total	255.055	69.639	85.689	122.461	31.545	564.389

Análise de cenário/plano de contingência

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez. A ativação do Plano decorre do acompanhamento de parâmetros internos relativos às condições de mercado e de liquidez do Banco. Tais parâmetros servem para

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

identificar diferentes níveis de severidade de crise e, assim, determinar se há necessidade ou não de iniciar o processo de ativação.

Após identificada a crise, é estabelecida uma clara comunicação entre as áreas internas capaz de executar as ações corretivas e mitigar os problemas originados. Estas ações corretivas são as medidas capazes de gerar liquidez para solucionar ou mitigar os efeitos da crise e são tomadas levando em consideração suas complexidades, prazos de implementação e impacto de liquidez.

Os parâmetros e medidas deste Plano são revisados a qualquer momento que se faça necessário, entretanto seu período mínimo de revisão é anual.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e "sujos" (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de *back-testing* realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de *Spearman*, medidas de excesso médio, etc. Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração. A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.
2. Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.
3. Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.
4. Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.
5. Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2020

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2020 ficou em R\$30,3 milhões. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2020, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou positiva em R\$334 milhões.

Também no encerramento de 2020, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, ficou positiva em R\$2.063 milhões.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, aumentou em R\$134 milhões entre 2019 e 2018, tendo atingido o máximo de R\$334 milhões no mês de dezembro de 2019. A sensibilidade de valor aumentou R\$ 202 milhões durante o ano de 2019, obtendo o nível máximo de R\$2.342 milhões no mês de outubro. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2019 e influenciaram nas sensibilidades foram a queda da curva de juros (efeito convexidade), decaimento da carteira e atualização das metodologias implícitas sobre os fluxos de caixa dos produtos do Banco Santander.

Em milhões de Reais	2020	2019	2018
Sensibilidades			
Margem Financeira	432	334	200
Valor Patrimonial	1.771	2.063	1.861
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	1.365	1.755	1.744

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições e o resultado do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de Reais		2020		
Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(24.305)	(275.618)	(551.236)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(880)	(9.048)	(18.096)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.757)	(8.376)	(16.753)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(109)	(5.593)	(11.187)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(15.859)	(396.473)	(792.947)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.653)	(1.359)	(2.718)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(37.322)	(267.221)	(534.442)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(184)	(4.604)	(9.208)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias			
Commodities	(commodities)	(52)	(1.288)	(2.575)
Total ⁽¹⁾		(86.122)	(969.581)	(1.939.161)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais **2020**

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(24.638)	(639.741)	(1.870.133)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(49.854)	(576.298)	(903.045)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(42.424)	(286.671)	(585.067)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.803)	(60.177)	(109.050)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(6.615)	(60.266)	(69.259)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(14.660)	166.540	317.466
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(655)	(16.371)	(32.742)
Total ⁽¹⁾		(141.649)	(1.472.984)	(3.251.830)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

e) Estrutura Independente

A área de Risco Operacional & Controle Interno, subordinada a Vice-Presidência Executiva de Riscos atua de forma independente como segunda linha de defesa, apoiando e desafiando a primeira linha de defesa. Possui diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A área adota a definição do Comitê de Basileia, Banco Central do Brasil e demais instruções Corporativas aplicáveis localmente para Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de inadequação ou falha de processos, operacional, sistemas, ou por eventos externos. Além disso, o Conselho da Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência (PR) referente ao Risco Operacional.

e.1) Riscos Operacionais & Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno tem como missão perante o Banco Santander: Corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais.

Adicionalmente, a área de Risco Operacional & Controle Interno atua na prevenção aos Riscos Operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de Controles Internos, atendendo aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia, resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission –Internal Control– Integrated Framework 2013.

Modelo de Controle e Gestão

O Santander Brasil implementou o Modelo baseado em linhas de defesa que visa a melhora e desenvolvimento contínuo da gestão e controle dos riscos operacionais, assegurando que as estruturas possam avaliar, monitorar, controlar, mitigar, reportar e reduzir os riscos e perdas a que estão expostas.

Nas atribuições desse modelo inclui-se a realização de atividades para a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e reporte do Risco Operacional. Assim, distintas análises e acompanhamentos são realizados e reportados. A seguir, são apresentados os principais instrumentos que integram o Modelo de Controle e Gestão de Riscos Operacionais:

- Definição do apetite de Risco Operacional;
- Captura e avaliação de eventos de perdas (internas e externas);
- Treinamento, Comunicação e Cultura;
- Avaliação de produtos e serviços;
- Autoavaliação de riscos operacionais;
- Análise de Cenários;
- Indicadores de Riscos e Controles;
- Controles Internos.

Governança do Modelo

O Modelo conta com a aprovação do Comitê Executivo de Riscos e aprovação pelo Conselho de Administração, integrando à estrutura e responsabilidade de Governança Corporativa da Organização. Periodicamente, os assuntos relevantes de Riscos Operacionais são comunicados à Alta Administração para ciência e deliberações.

Como parte do sistema de Governança de Riscos, também está implantado o Fórum Sênior de Controles Internos e Riscos Operacionais (CIRO) cujo objetivo é deliberar para os Risk Pro Officers (RPO), da 1ª Linha de Defesa as políticas, processos, procedimentos, estratégia e decisões sobre os temas a serem aplicados nas unidades de negócio, e possui periodicidade bimestral.

Para assegurar um processo estruturado da divulgação da cultura da gestão e controle de Riscos Operacionais, os temas relevantes são tratados em Comitês e Fóruns específicos.

e.2) Atribuições da área de Riscos Operacionais e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno atua como segunda linha de defesa no modelo do Banco Santander e visa manter o cumprimento, alinhamento e conformidade às diretrizes corporativas do Grupo Santander, aos Acordos da Basileia,

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Exerce o controle e desafio das atividades desempenhadas pela primeira linha de defesa, contribuindo para o seu fortalecimento, vislumbrando uma abordagem integrada para a gestão dos riscos. A seguir são apresentadas as principais atribuições:

- Disseminar a cultura orientada à gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por Risco Operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional.
- Aprimorar a análise dos riscos para reduzir, consolidar e priorizar ações de mitigação.
- Manter a dinâmica e controle da exposição de riscos operacionais em linha com o apetite ao risco.
- Estabelecer os papéis e responsabilidades, com acompanhamento junto aos responsáveis nas linhas de defesa.
- Assegurar a continuidade dos negócios e fortalecer o ambiente de Controles Internos.
- Fornecer adequado nível de cobertura nas unidades de negócio.
- Fornecer o apoio para as decisões estratégicas da Organização, baseadas no perfil integrado de Riscos Operacionais e tendências emergentes.
- Implementar as melhores práticas para gestão e controle de riscos operacionais nas 1ª e 2ª Linhas de Defesa.
- Identificar o perfil de Risco Operacional da Organização.
- Proporcionar o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e o aprofundamento da cultura de responsabilidade pelos Riscos Operacionais e Controles Internos.

e.3) Fator diferencial

A área de Risco Operacional & Controle Interno investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet e presenciais. Dentre os presenciais destacamos a realização dos treinamentos voltados ao aumento de cultura da gestão de Riscos Operacionais, Controles Internos, treinamentos para a captura das perdas operacionais, entre outros.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander Brasil atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações. O Banco destaca:

- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio de Netcursos, sobre Riscos Operacionais.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability*.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas.
- Desenvolvimento de Indicadores chaves que possuem o objetivo de monitorar os principais riscos operacionais.
- Composição das linhas de defesa com o "ORM - Operational Risk management" Networks: "RPO-Risk Pro Officer", cuja a função é reportar ao executivo o acompanhamento dos temas de Risco Operacional no nível estratégico da Diretoria Executiva, o "RPA-Risk Pro Agent" que é o responsável da VPE perante o Modelo de Gestão e Controle do Risco Operacional e "Auxiliar de Riscos Operacionais" abrangendo o perímetro de RO e "Especialistas" para os casos onde o risco operacional seja transversal à organização.

e.4) Política de Comunicação

A área de Risco Operacional & Controle Interno integra a estrutura de Governança do Banco Santander e mantém processo mensal de comunicação e reporte para a Administração por meio do Comitê Integrado de Riscos Operacionais (CIRO) e Fórum RO, contendo os eventos materializados, principais atividades realizadas, planos de ações corretivos, preventivos e respectivo acompanhamento, assegurando a transparência e o conhecimento aos fóruns de governança.

f) Risco de Reputação**f.1) Risco de Reputação**

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes e, em muitos casos, deriva-se de outros eventos de risco. Em geral, estas fontes podem estar relacionadas com o negócio e outras atividades de suporte que são realizadas pelo Santander, o contexto econômico, social ou político, ou mesmo outros eventos causados por outros concorrentes que possam afetar o Banco.

f.2) Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

f.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Comitê de Ética e Compliance, que se reúne mensalmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e nas denúncias de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são analisados internamente por diferentes áreas técnicas, até que seus riscos tenham sido completamente mapeados, e, posteriormente, deliberados pelo Comitê Local de Comercialização (CLC), composto por executivos do Santander. Após a análise e aprovação os novos produtos e serviços, são realizados acompanhamentos para mitigar eventuais riscos de conduta na comercialização.

g) Adequação ao Marco Regulamentar

O Banco Santander assumiu um compromisso firme com os princípios subjacentes ao "Marco Revisado de Convergência Internacional de Mensuração e Normas de Capital" (Basileia II). Esse marco permite que as entidades possam fazer estimativas internas do capital para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco. Devido a esse compromisso, o Banco Santander tem dedicado todos os recursos humanos e materiais necessários para o sucesso da implementação do projeto Basileia II. Para esse efeito, foi criada no passado uma equipe de Basileia II formada por profissionais qualificados de diferentes áreas, nomeadamente, Finanças, Riscos, Tecnologia e Operações, Auditoria Interna e Negócios - especialmente em relação à integração dos modelos internos na gestão. Além disso, foram formadas equipes específicas com o objetivo de garantir a gestão adequada dos aspectos mais complexos da implementação.

Em complementação aos esforços da equipe operacional de Basileia II, o envolvimento da Administração do Banco Santander tem sido total desde o início da implementação. Portanto, o Comitê de Gestão e o Conselho de Administração são informados regularmente dos avanços do projeto e das implicações da implementação do Novo Acordo de Capitais para o Banco Santander.

No caso específico do risco de crédito, a implementação do projeto Basileia II pressupõe o reconhecimento, para efeitos de capital regulamentar, dos modelos internos que têm sido utilizados para fins de gestão.

"O Banco tem aplicado a metodologia modelos internos baseado em classificação interna (AIRB) de Basileia II para parte de suas carteiras cumprindo os requisitos regulatórios.

As exigências adicionais de capital, derivadas do processo de auto avaliação (Pilar II) devem ser compensadas pelo perfil de risco que caracteriza as atividades de negócios do Banco (risco médio baixo), devido ao seu enfoque em Banco Comercial (pequenas e médias empresas e pessoas físicas) e pela diversificação dos negócios. O Pilar II leva em consideração o impacto dos riscos não considerados no Pilar I (capital regulatório), além dos benefícios relacionados à diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em relação aos demais riscos tratados no Pilar I de Basileia II, o Banco Santander foi aprovado para o uso de modelos internos para Risco de Mercado e permanecerá utilizando o método padronizado para risco operacional, uma vez que considera prematuro o uso de modelos avançados (AMA) para esse fim. Quanto ao Risco de Mercado o Banco Santander foi aprovado ao uso de Modelos Internos em fevereiro de 2018 e passou a divulgar o capital por este método a partir de maio de 2018.

O Pilar II é outra importante linha de ação do Marco Corporativo de Basileia. Além da revisão e do fortalecimento da metodologia de suporte ao modelo de capital econômico, houve um alinhamento tecnológico com a plataforma de suporte ao Pilar I, de modo que as informações relacionadas ao risco de crédito sejam obtidas nessa fonte.

Além das implementações de Basileia II, o Banco Santander cumpre com os novos normativos de Basileia III conforme normas emitidas pelo Bacen.

Conforme a definição proposta pela Comitê da Basileia (Basileia III), "Credit Valuation Adjustment" (CVA) é um ajuste ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos a fim de mensurar o risco de crédito de uma contraparte. Assim, o CVA depende do spread de crédito da contraparte, bem como dos fatores de risco de mercado que impulsionam os valores dos derivativos e, portanto, sua exposição. De uma maneira analítica, o CVA pode ser definido através da seguinte expressão:

$$CVA = EE * PD * DF * LGD^{(1)}$$

(1) EE=Expected Exposure; PD=Probability of Default; DF=Discount Factor; LGD=Loss Given Default

A "Expected Exposure" (EE) é a exposição projetada do derivativo com base no risco de mercado da contraparte. A probabilidade de inadimplência (PD) é calculada com base nos spreads de crédito e também é valorada a mercado. O fator de desconto (DF) é o fator que traz a valor presente a exposição projetada ponderada pela sua respectiva probabilidade de default. A Loss Given Default (LGD) é a perda estimada caso aconteça um evento de crédito.

g.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é uma etapa importante do ciclo de vida de um modelo, além de ser um pré-requisito do processo de validação por órgãos de supervisão na implantação de Basileia II. Uma equipe especializada do próprio Banco, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle dos riscos estão adequados à estratégia e ao perfil de riscos do Banco.

Adicionalmente, a área de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, pois, a área de validação interna é responsável pelo fornecimento de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

O âmbito de Validação Interna no Banco Santander engloba principalmente os modelos de riscos de Crédito, Mercado, ALM, Pricing, Provisões, Capital Econômico e demais modelos relacionados ao exercício do ICAAP. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, reporting, uso, envolvimento da gestão, etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados à Basileia e gestão de riscos.

Dentre as principais funções da área de Validação Interna de Modelos se destacam as seguintes:

- Estabelecer os princípios gerais de validação, conduzindo um processo independente de avaliação incluindo (I) qualidade dos dados, (II) fundamentos metodológicos, (III) entorno tecnológico, (IV) performance e (V) uso e governança;
- Emitir um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade; e
- Fornecer suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, através de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

É importante notar que a função de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação independente para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia, pelo supervisor europeu 'home regulator' (Banco de Espanha e Banco Central Europeu) e pelo Banco Central do Brasil, cumprindo o que se estabelece na Circular 3.648 de 4 de março de 2013 (Capítulo III), na Carta-Circular 3.565 de 6 de setembro de 2012, Circular 3.547 de julho de 2011 e Circ. 3648 IRB e 3646 IMA de 4/3/13, as Res. 4.277 de 31/10/13 e 4389 de 18/12/14 sobre apreçamento/fair value, Res. 4557 de 23/02/17 GIR e Circ. 3876 de 31/01/18 IRRBB. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre validação interna

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e Auditoria Interna, que é a última camada de validação do controle do Banco.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de autonomia efetiva. Auditoria Interna (terceira linha de defesa), na função de última instância de controle existente no Grupo, deve (i) avaliar periodicamente se as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e (ii) confirmar que os mesmos estejam efetivamente implantados na gestão.

g.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de *rating* assim como as expectativas dos investidores.

h) Capital Econômico**h.1) Principais objetivos**

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio. Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

h.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Ativos Materiais. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basiléia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Ativos Fiscais Diferidos, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

% Capital	2020	2019	2018
Tipo de Risco			
Crédito	69%	72%	72%
Mercado	2%	2%	2%
ALM	2%	5%	8%
Negócio	3%	3%	6%
Operacional	6%	7%	5%
Imobilizado	2%	2%	1%
Intangíveis	5%	1%	0%
Fundos de Pensão	2%	4%	1%
Ativos Fiscais	9%	5%	5%
Total	100%	100%	100%

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- 1 - Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- 2 - Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- 3 - Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo das perdas esperadas e inesperadas. Entre essas variáveis temos:

- 1 - Rating de contraparte.
- 2 - Vencimento.
- 3 - Garantias.
- 4 - Natureza do financiamento.

O valor econômico adicionado é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

47. Eventos Subsequentes**Deliberação de Dividendos Mínimos Obrigatórios**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, aprovou proposta da Diretoria Executiva, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até abril de 2021, de distribuição de dividendos, no montante bruto de R\$512 milhões. Farão jus aos Dividendos os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco, em 03 de fevereiro de 2021 (inclusive). Dessa forma, a partir de 16 de fevereiro de 2021 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-dividendos". O valor dos dividendos será pago a partir do dia 03 de março de 2021, imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. A deliberação contou com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme reunião realizada na mesma data, e está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.885/2020.

Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A.

O Banco Santander (Brasil) S.A ("Santander Brasil") em continuação aos Fatos Relevantes divulgados em 16 de novembro de 2020 e 02 de fevereiro de 2021, informa seus acionistas e o mercado em geral que o Conselho de Administração do Santander Brasil, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2021, aprovou a proposta de segregação da participação acionária detida pelo Santander Brasil em sua subsidiária integral Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet" e, em conjunto com o Santander Brasil, as "Companhias"), por meio de uma cisão parcial do Santander Brasil ("Cisão"), a ser deliberada pelos acionistas do Santander Brasil em Assembleia Geral Extraordinária.

Adicionalmente, em 25 de fevereiro de 2021, o Conselho Fiscal do Santander Brasil opinou favoravelmente à proposta da Cisão.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO - BRGAAP X IFRS

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2020	2019	2018
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		78.968.183	69.773.232	65.233.743
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	i	(882)	8.767	8.344
Reclassificação de instrumentos financeiros mensurados por meio de resultados abrangentes	j	(522.107)	73.431	72.980
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados a custo amortizado	a	(635.194)	(23.589)	(1.483.043)
Remensurações, Instrumentos de dívida, em função de reclassificações IFRS 9		907	-	26.274
Transferências de categoria - IFRS 9	b	357.972	(206.984)	(619)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	1.324.853	1.197.325	851.629
Reversão da amortização do ágio	d	27.527.699	26.933.892	26.764.529
Realização dos ajustes do preço de compra	e	615.953	477.366	631.120
Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas	f	-	112.052	112.052
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	g	(1.744.336)	(1.816.799)	(1.323.994)
Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)	h	(209.285)	(239.182)	(269.158)
Crédito tributário com realização acima de 10 anos		-	184.005	322.539
Outros		93.224	177.064	119.074
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		105.776.987	96.650.580	91.065.470
Participações não-controladoras em IFRS		312.885	558.581	529.990
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		106.089.872	97.209.161	91.595.460

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2020	2019	2018
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		13.469.380	14.180.987	12.166.145
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	i	(27.428)	422	(11.974)
Reclassificação de instrumentos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes	j	68.960	451	28.419
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	a	(498.778)	1.872.553	140.557
Remensurações, Instrumentos de dívida, em função de reclassificações IFRS 9		907	(16.659)	(5.360)
Transferências de categoria - IFRS 9	b	(78.057)	6.437	(16.195)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	185.478	346.298	187.425
Reversão da amortização do ágio	d	145.903	175.257	171.677
Realização dos ajustes do preço de compra	e	(5.348)	(153.752)	(71.316)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	g	318.929	-	(143.194)
Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)	h	29.898	29.898	29.820
Crédito tributário com realização acima de 10 anos		(184.005)	(75.995)	260.000
Outros		(7.311)	41.035	(153.527)
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		13.418.529	16.406.932	12.582.477
Participações não-controladoras em IFRS		32.224	224.518	217.441
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		13.450.752	16.631.450	12.799.918

a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa da perda esperada sobre a carteira de ativos sujeitos à redução do valor recuperável, compromissos de empréstimos a liberar e contratos de garantias financeiras, apurada com base nos critérios descritos na nota de prática contábil e de conformidade com o previsto pelo IFRS 9 (em 2017 se refere ao ajuste decorrente da estimativa de perda incorrida de acordo com o IAS 39, normativo então vigente). Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa os limites regulatórios definidos pelo Banco Central (Bacen), além da diferença de escopo da base de cálculo dessas perdas, que para fins de IFRS considera outros ativos além daqueles previstos pelo Bacen.

b) Categorias de ativos financeiros

Conforme detalhado na nota de práticas contábeis, o IFRS 9 prevê a definição dos modelos de negócio associados a cada portfólio, bem como a realização do teste de SPPI – se os retornos daquele ativo são exclusivamente principal e juros, para a classificação nas categorias de ativos financeiros. O BRGAAP prevê certas diferenças na categorização desses ativos financeiros, bem como estabelece como indicador a intenção da Administração para que a classificação seja efetuada. Os critérios para reclassificação entre categorias também são distintos entre as duas práticas contábeis.

c) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva

Segundo o IFRS, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes, que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

d) Reversão da amortização do ágio

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos, estando sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma evidência adicional. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que possa sofrer redução no seu valor recuperável. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recurso futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 – Imposto sobre a renda, relativo as diferenças temporárias.

e) Realização dos ajustes do preço de compra

Como parte da alocação do preço de compra em aquisições de entidade, substancialmente, na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios". O Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida ao valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente à apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos ao valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.

f) Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas

Segundo o IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas", na alienação parcial de uma participação permanente quando se perde o controle, a parcela remanescente é reprecificada ao seu valor justo, sendo o efeito desta atualização reconhecido em resultado. Segundo o BRGAAP, neste tipo de operação, a participação permanente é mantida pelo seu valor contábil.

g) Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado por eles detidas. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$950 milhões e R\$67 milhões respectivamente. Subsequentemente, as opções foram atualizadas, tendo seu efeito reconhecido em resultado. Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A. Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A., pelo valor total de R\$1,6 bilhão, a ser pago na data de fechamento da Operação. Em 30 de janeiro de 2020, foi alterado o nome do Banco Olé de Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Cosignado S.A. Em 31 de janeiro de 2020, O Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$ 1.608.772.783,47. Como resultado, o Banco se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

h) Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)

Segundo o IFRS 3 "Combinações de Negócios", quando a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deverá considerar esse valor como redução do seu patrimônio líquido. Segundo o BRGAAP, esse montante deve ser registrado no ativo como ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

i) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado", visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (accounting mismatch) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com estes ativos/passivos em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a "valor justo através do resultado", como também certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

j) Reclassificação de instrumentos financeiros para ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
--	------------------------------	--------------------	-------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos, como por exemplo, títulos de dívida inicialmente mensurados ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus investimentos e de acordo com as premissas da Circular 3.068 do Banco Central do Brasil, os títulos de dívida foram reclassificados para categoria "negociação" com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado estes Investimentos como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes, mensurando-os ao valor justo com os efeitos desta marcação sendo reconhecidos nas "Demonstrações consolidadas de resultado abrangente", cumprindo com o determinado pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", que não permite a reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

	2020		2019		2018	
Em milhares de Reais						
Receitas com juros e similares	62.774.940		72.841.060		70.478.393	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	16.228.214		15.713.152		14.132.159	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.450.188)		(13.369.905)		(12.713.435)	
Outras Receitas e Despesas	(5.012.403)		(4.025.384)		(6.861.406)	
Despesas com juros e similares	(18.332.228)		(28.519.953)		(28.557.051)	
Insumos de Terceiros	(7.946.539)		(7.544.695)		(7.219.152)	
Material, Energia e Outros	(641.831)		(659.656)		(544.237)	
Serviços de Terceiros	(6.424.755)		(6.047.498)		(5.572.127)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(84.908)		(131.435)		(508.310)	
Outros	(795.045)		(706.106)		(594.478)	
Valor Adicionado Bruto	30.261.796		35.094.275		29.259.508	
Retenções						
Depreciações e Amortizações	(2.579.127)		(2.391.857)		(1.739.959)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	27.682.669		32.702.418		27.519.549	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto						
	112.261		149.488		65.958	
Valor Adicionado Total a Distribuir	27.794.930		32.851.906		27.585.507	
Distribuição do Valor Adicionado	-					
Pessoal	7.943.711	28,6%	8.457.212	25,7%	8.185.896	29,7%
Remuneração	5.749.669		5.961.765		5.863.584	
Benefícios	1.514.611		1.637.099		1.534.560	
FGTS	448.457		502.173		448.699	
Outras	230.974		356.175		339.053	
Impostos, Taxas e Contribuições	6.298.717	22,7%	7.674.704	23,4%	5.813.381	21,1%
Federais	10.088.318		6.571.450		4.864.176	
Estaduais	(830.771)		54		224	
Municipais	(2.958.830)		1.103.200		948.981	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	101.749	0,4%	88.540	0,3%	786.312	2,9%
Remuneração de Capitais Próprios	13.450.753	48,4%	16.631.450	50,6%	12.799.918	46,4%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.837.085		10.800.000		6.600.000	
Reinvestimentos de Lucros	9.581.444		5.606.932		5.982.477	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	32.224		224.518		217.441	
Total	27.794.930	100,0%	32.851.906	100,0%	27.585.507	100,0%

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Santander
(Brasil) S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela exclusão do PAA sobre mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN no 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação

vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da administração na constituição de provisão.

A administração também considerou os impactos da Resolução CMN no 4.803, de abril de 2020, e Resolução CMN no 4.855, de setembro de 2020, que dispõem sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da COVID-19.

Adicionalmente, a administração avaliou o impacto da COVID-19 no processo de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nessa avaliação considerou informações prospectivas, incluindo alterações nos cenários macroeconômicos, impactando o modelo de cálculo de provisionamento da perda esperada de crédito.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para considerar os impactos da COVID-19 na mensuração da perda esperada de crédito adicional, avaliando a razoabilidade das estimativas realizadas considerando os modelos, premissas e dados utilizados. Adicionalmente, verificamos que os ajustes efetuados na provisão para créditos de liquidação duvidosa foram aprovados pelos órgãos de governança apropriados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(r) e 20)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers Edison Arisa Pereira
Auditores Independentes Contador CRC 1SP127241/O-0
CRC 2SP000160/O-5

Banco Santander
(Brasil) S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela exclusão do PAA sobre Ativos financeiros mensurados ao valor justo com pouca liquidez e sem mercado ativo - nível III, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para perdas (impairment) sobre créditos (Notas 1.c.2.1.iv, 2.h, 9, 43.h e 46.b)

A partir de 1o de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma contábil IFRS 9 - Financial Instruments, que substituiu a IAS 39 - Financial Instruments, e estabelece novos requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, dentre os quais um novo modelo de provisão de perda para risco de crédito (impairment) que tem como base a perda esperada. A IAS 39 tinha como base a perda incorrida.

A estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos da IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

A administração avaliou o impacto da COVID-19 no processo de estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito. Nessa avaliação considerou informações prospectivas, incluindo alterações nos cenários macroeconômicos, impactando o modelo de cálculo de provisionamento da perda esperada de crédito.

Dessa forma, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas de crédito esperadas, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) mensuração das garantias na determinação do valor recuperável; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização da provisão para perdas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor, e quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas de crédito esperadas, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) mensuração das garantias na determinação do valor recuperável; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização da provisão para perdas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor, e quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos. Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para considerar os impactos da COVID-19 na mensuração da perda esperada de crédito, avaliando a razoabilidade das estimativas realizadas considerando os modelos, premissas e dados utilizados. Adicionalmente, verificamos que os ajustes efetuados na estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito, em decorrência dos impactos da COVID19, foram aprovados pelos órgãos de governança apropriados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração proporcionam uma base razoável para a apuração e registro contábil das perdas de crédito com base no IFRS 9, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Provisões para processos judiciais e administrativos (Notas 1.c.2.1.vi, 2.r e 22)

O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de provisões para processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, e as divulgações em notas explicativas, incluindo, entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 46 (d))

O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas têm um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco e suas controladas.

Consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinamos a

natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da

auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**Parecer do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao quarto trimestre de 2020 e exercício social de 2020, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

CONSELHO FISCAL

Guilherme de Andrade So Consiglio – Presidente

Antônio Melchiades Baldisera

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap e Conglomerado Prudencial - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2020 do Santander e do Conglomerado Prudencial em padrão BRGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998, 4.557/2017 e 4.658/2018, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2020, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao planejamento das áreas para as recomendações que eventualmente tiveram atrasos devido ao impacto da pandemia. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2020. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2020, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2020, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, acompanha as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento da implantação e impacto do PIX; (v) acompanhamento da evolução do Openbanking; (vi) acompanhamento de

temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vii) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (viii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (ix) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; (x) adequação à regulação específica para atendimento à crise sanitária e econômica; e (xi) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD. No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2020, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

Comitê de Auditoria
Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro
Maria Elena Cardoso Figueira
René Luiz Grande

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander (“Conglomerado”), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no Sarbanes-Oxley Act.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do segundo semestre e ano de 2020 do Santander e do Conglomerado, no padrão IFRS. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998, 4.557/2017 e 4.658/2018, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2020, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como “A melhorar”; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao planejamento das áreas para as recomendações que eventualmente tiveram atrasos devido ao impacto da pandemia. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2020. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2020, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do

relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2020, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, acompanha as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento da implantação e impacto do PIX; (v) acompanhamento da evolução do Openbanking; (vi) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vii) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (viii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (ix) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; (x) adequação à regulação específica para atendimento à crise sanitária e econômica; e (xi) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD. No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2020, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora

Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro

Maria Elena Cardoso Figueira

René Luiz Grande

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2020:

Diretor Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mario Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica
Adriana Marques Lourenço de Almeida
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
João Marcos Pequeno De Biase
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marilize Ferrazza Santinoni
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhaes
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomas Gregor Ilg
Vitor Ohtsuki

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2020:

Diretor Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mario Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica
Adriana Marques Lourenço de Almeida
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
João Marcos Pequeno De Biase
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marilize Ferrazza Santinoni
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhaes
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomas Gregor Ilg
Vítor Ohtsuki

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2020:

Diretor Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mario Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica
Adriana Marques Lourenço de Almeida
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
João Marcos Pequeno De Biase
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marilize Ferrazza Santinoni
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhaes
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomas Gregor Ilg
Vítor Ohtsuki

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2020:

Diretor Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mario Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica
Adriana Marques Lourenço de Almeida
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
João Marcos Pequeno De Biase
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marilize Ferrazza Santinoni
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhaes
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomas Gregor Ilg
Vítor Ohtsuki